



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA**

CAMILA DE CÁSSIA BRITO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER PRETA
UNIVERSITÁRIA SOBRE O FEMINISMO: A REALIDADE DA
AMAZONIA MARAJOARA**

Bragança – PA
2022



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA**

CAMILA DE CÁSSIA BRITO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER PRETA UNIVERSITÁRIA
SOBRE O FEMINISMO: A REALIDADE DA AMAZONIA
MARAJOARA**

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, do Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, como requisito necessário a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagens e Culturas na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana d’Arc de Vasconcelos Neves.

Bragança-PA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862r Brito, Camila de Cássia.
Representações Sociais da Mulher Preta universitária sobre o
Feminismo : a realidade da Amazônia Marajoara / Camila de
Cássia Brito. — 2022.
130 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Joana D'arc de Vasconcelos Neves
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Bragança, Programa de Mestrado
Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bragança,
2022.

1. Representações Sociais. 2. Mulher Marajoara. 3.
Educação feminista. 4. Feminismo Negro. 5. Teoria ego-
ecológica. I. Título.

CDD 305.48809811

CAMILA DE CÁSSIA BRITO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MULHER PRETA UNIVERSITÁRIA
SOBRE O FEMINISMO: A REALIDADE DA AMAZONIA
MARAJOARA**

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, do Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, como requisito necessário a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagens e Culturas na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana d’Arc de Vasconcelos Neves.

Data de defesa: 07/03/2022

Banca Examinadora

Prof. Dr^a. Joana d’Arc de Vasconcelos Neves
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr^o. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior
Universidade Federal do Pará-UFPA

Prof. Dr^a. Dantielli Assumpção Garcia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unioeste- Externa ao programa

Prof. Dr^a. Eunice Lea de Moraes
Universidade Federal do Pará
UFPA- Externa ao programa

*À todas as **MULHERES**, protagonistas de sua própria história.*

AGRADECIMENTOS

Sempre a **Deus**, senhor dos céus e da terra e criador e gestor da vida. Orientador de boas escolhas e protetor do mundo em meio a momentos obscuros, desesperançosos e tristes que a Pandemia do COVID – 19 nos proporcionou.

À minha mãe **Elidalva Brito** por todas as vezes que me incentivou a estudar para ter um “futuro melhor” e que lutou todos os dias para que isso acontecesse de fato.

Ao meu *paidastro* **Raimundo Nonato**, que assumiu a responsabilidade de pai tão jovem e que a fez tão bem, melhor não poderia ter sido. Meu muito obrigada pelos conselhos dados até hoje e por todas as alegrias passadas a seu lado nestes 27 anos de convivência.

Aos meus irmãos, **Giovanna Brito e Ruan Brito** que me fazem rir diariamente e que me dão a sensação de que eu sou exemplo de dedicação e de apoio.

À **Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Soure**, pelos 5 (cinco) anos de trabalhos dedicados ao Campus como Bibliotecária. Lugar este, que me formou a profissional que sou hoje me ensinando todos os dias a ter empatia e generosidade para com a comunidade acadêmica e externa. Obrigada pelas oportunidades.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA**, pelo esforço junto ao **Campus Universitário de Soure** na Coordenação do **Professor Anderson Maia**, para que pudéssemos cursar o mestrado no Município e ao **Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos – GUEAJA** pelos encontros para apresentação de nossas pesquisas como forma de auxílio em seu desenvolvimento. Orientações estas, dadas com muita eficiência pelos professores **Joana d’Arc de Vasconcelos Neves, Salomão Hage e Georgina Kalife**.

À minha querida orientadora **Prof.^a. Dr.^a. Joana d’Arc de Vasconcelos Neves** por toda sua paciência, apoio e confiança em mim. Meu muito obrigado não possui tamanho que possa expressar os sentimentos que sinto neste momento. Serei eternamente grata a senhora por me ajudar nesta caminhada de formação enquanto mulher preta pesquisadora. Meus imensos agradecimentos.

Aos professores membros da Banca, **Prof. Dr.^o. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior e Prof.^a. Dr.^a. Dantielli Assumpção Garcia** pelos pertinentes apontamentos realizados no objetivo de engrandecê-la à esta pesquisa desde a qualificação e a **Prof.^a. Dr.^a. Eunice Léa de Moares** por sua disponibilidade em participar dessa etapa final e contribuir maravilhosamente à minha pesquisa.

A todos os **docentes do PPLSA**, que nos auxiliaram enquanto mestrandos por meio de suas disciplinas enriquecendo ainda mais nossa formação acadêmica.

A querida **Maria de Lourdes** (Bibliotecária) que me estimulou nessa trajetória sempre perguntando como eu estava percorrendo o mestrado e me liberando enquanto minha chefia, sempre que necessário para participar das atividades da pós-graduação. Meu muito obrigada por acreditar na educação e por ser essa pessoa especial enquanto profissional bibliotecária que és e como amiga. A sua compreensão foi muito importante ao meu processo acadêmico.

Ao meu amigo **Karley Ribeiro** que foi fundamental neste caminhar acadêmico para que eu pudesse continuar em meio a tantas turbulências da vida, antigas e presentes que por muitas vezes me fizeram desacreditar da minha capacidade. Saiba que você meu amigo, foi essencial neste processo de (re) construção dessa pessoa que vos fala. Obrigada pela parceria nas publicações científicas e principalmente na vida. Você está na minha lista de personalidades inspiradoras. E sim! Essa vitória é nossa!

A **TODAS AS MULHERES** participantes desta pesquisa, que foram elementares para a construção deste estudo. Essa pesquisa é de vocês, para vocês e por vocês, realizada na crença de que dias melhores virão para nós mulheres pretas.

A **MIM**, por todas as noites mal dormidas, por todas as vezes que eu fui “MULHER” suficiente para enfrentar meus próprios desafios e percalços que a vida me deu variadas vezes. Por todas as abstenções que tive que fazer em prol da minha educação para ser “alguém na vida”. À minha cor de pele a qual me recorda todos os dias o quão forte eu tenho que ser e sou. A esses 32 anos de existência em que tive que me fortalecer diariamente e mostrar para o que eu vim no mundo e fazê-lo minha passarela para eu passar com a minha cor.

E finalmente, **a todos aqueles** que de alguma maneira não acreditaram em mim. Duvidando e inferiorizando minha fala e me “dando” lugares por ser Mulher e Preta. Vos apresento o meu lugar... **TODOS OS LUGARES! PRETA SIM!**

Camila de Cássia Brito
Belém, 28 de Março de 2022.

Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar.

Angela Davis

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar quais representações as mulheres pretas universitárias marajoaras constroem sobre o Feminismo e as implicações sobre seu autorreconhecimento como mulher preta sob a ótica descritiva – exploratória de natureza qualitativa tomando como base teórica – metodológica as Representações Sociais de Serge Moscovici (1978; 2005) e Denise Jodelet (2001) aplicando sua construção na Teoria Ego – Ecológica de Marisa Zavalloni (1980). A discussão gira em torno do Feminismo de modo geral, onde acionamos autores como Simone de Beauvoir (1967), Judith Butler (2003 [1990], 2013), Djamila Ribeiro (2002, 2013), atrelando essa discussão maior ao autorreconhecimento de cor-raça da mulher marajoara preta, apoiando-se nos debates de autores como Alessandra Devulsky (2021), Silvio Almeida (2019), Kanbegele Munanga (1994, 2003, 2004, 2012), Branca Alves (1991) entre outros. Para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três mulheres autorreconhecidas pretas, entre 20 e 34 anos de idade, originárias da Região Marajoara (Amazônia), cenário de desenvolvimento deste estudo. A análise dos dados se fundamenta nas três etapas de análise da Teoria Ego-ecológica articulando com as dimensões das Representações sociais. As etapas analisaram a Contextualização da identidade das sujeitas (Primeira Etapa), os Sentidos de si construídos (Segunda Etapa) e as Representações Identitárias – valores e graus de pertença ao grupo (Terceira Etapa), apresentando as estruturas de abordagem da pesquisa a partir da Ego – ecologia pelos processos de pertencimento através dos polos positivo ou negativo, seja egomórfico ou alomórfico, concluindo na identificação positiva ou negativa das sujeitas no processo de compreender os valores atribuídos e representações assimiladas. Como resultados, identificamos a falta de diálogo na Universidade sobre como o seu ambiente influencia e contribui para a construção identitária da mulher preta marajoara a partir de discussões em âmbito acadêmico levando em conta a produção de conhecimento delas e sobre elas em prol do combate ao epistemicídio do conhecimento negro. No entanto, a pesquisa mostra que as representações sociais das sujeitas, dialogam com as suas realidades e contribuem com a formulação e (re) construção de uma identidade social positiva dessa mulher preta marajoara e universitária a partir do rompimento de um cotidiano histórico-sociológico e acerca de seu corpo, sua cor e sua origem. Elas têm orgulho de si registrados em seus discursos, mas ainda lutam, contra a invisibilidade, a subalternidade, a inferioridade e o silenciamento. Lutam individualmente e coletivamente quando encontram referências na Universidade e acabam por se tornarem referências para esta pesquisa como protagonistas e contadoras de suas próprias histórias em que contribuem com novas possibilidades de estudos e investigação científica acerca das representações do feminismo como fenômeno social na vida de mulheres pretas trazendo suas narrativas carregadas de histórias e de vozes e, se colocando como sujeitas ativas na história para novos estudos neste campo considerando suas especificidades de origem, etnia, classe social e gênero, levando em conta ainda suas experiências advindas de uma realidade específica: a tal bela e majestosa Mulher Preta - Amazônia Marajoara.

Palavras – Chaves: representações sociais; mulher marajoara; mulher preta; feminismo negro; teoria ego-ecológica.

ABSTRACT

The current study has main objective to analyze the representations that black university Marajoara women build on Feminism and the implications for their self-recognition as a black woman from a descriptive - exploratory perspective of a qualitative nature. This study has as its theoretical and methodological basis the Social Representations by Serge Moscovici (1978; 2005) and Denise Jodelet (2001) applying its construction in the Ego - Ecological Theory of Marisa Zavalloni (1980). In the discussion about Feminism, we present authors such as Simone de Beauvoir (1967), Judith Butler (2003 [1990], 2013), Djamila Ribeiro (2002, 2013), relating this discussion to the self-recognition of race of the black Marajoara woman, in addition to the contributions of authors such as Alessandra Devulsky (2021), Silvio Almeida (2019), Kanbegele Munanga (1994, 2003, 2004, 2012), Branca Alves (1991) among others. To obtain the data for this research, semi-structured interviews were carried out with three self-recognized black women, between 20 and 34 years old, originally from the Marajoara Region (Amazon), where this study was developed. Data analysis is based on the three stages of analysis of the Ego-ecological Theory articulating with the dimensions of Social Representations. The stages analyzed the Contextualization of the identity of the subjects (First Stage), the senses of self constructed (Second Stage) and the Identity Representations - values and degrees of belonging to the group (Third Stage), presenting the research approach structures from the Ego - ecology through the processes of belonging through the positive or negative poles, whether egomorphic or allomorphic, concluding in the positive or negative identification of the subjects, in the process of understanding the attributed values and assimilated representations. The results showed the lack of dialogue at the University about how their environment influences and contributes to the identity construction of the black marajoara woman from discussions in the academic environment, taking into account their production of knowledge and about them in favor of combating the epistemicide of the black knowledge. However, the research showed that the social representations of the subjects dialogue with their realities and contribute to the formulation and (re) construction of a positive social identity of this black marajoara and university woman from the rupture of a historical-sociological and everyday life. about her body, her color and her origin. They are proud of themselves recorded in their speeches, but they still struggle against invisibility, subalternity, inferiority and silencing. They fight individually and collectively when they find references at the University and end up becoming references for this research as protagonists and tellers of their own stories in which they contribute new possibilities for studies and scientific investigation about the representations of feminism as a social phenomenon in the lives of black women. bringing their narratives full of stories and voices and, placing themselves as active subjects in history for new studies in this field considering their specificities of origin, ethnicity, social class and gender, also taking into account their experiences arising from a specific reality: such beautiful and majestic Black Woman - Amazon Marajoara.

Keywords: social representations ; marajoara woman; black woman; black feminism ; egoecological theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

Infográfico 01 – Direitos femininos conquistados ao longo dos anos.....	15
Figura 01 - Mapa das produções científicas nas regiões do Brasil (2014-2020).....	22
Figura 02 - MARAJÓ (PA) – Mapa.....	65
Figura 03 – Perfil das participantes	69
Figura 04 – Espaço Elementar de Identidade Social.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estado da Arte por estado – Região Norte (Tocantins).....	23
Quadro 02 – Estado da Arte por estado – Região Norte (Amapá)	24
Quadro 03 – Estado da Arte por estado – Região Norte (Pará).....	24
Quadro 04 – Estado da Arte na UFPA – <i>Mulheres marajoaras</i>	25
Quadro 05 – Quantitativo de matrículas ativas - UFPA.....	68
Quadro 06 – Dados das participantes da pesquisa Soure.....	71
Quadro 07 – Categorias de perguntas.....	72
Quadro 08 – Primeira etapa – fases.....	75
Quadro 09 – Eixos identificadores.....	76
Quadro 10 - Participantes das entrevistas.....	79
Quadro 11 - Resultados – Primeira etapa.....	82
Quadro 12 - Resultados – Primeira etapa.....	84
Quadro 13 - Resultados – Primeira etapa.....	86
Quadro 14 – Resultados- Segunda categoria.....	92
Quadro 15 – Resultados- Segunda categoria.....	96
Quadro 16 – Resultados do espaço elementar.....	98
Quadro 17 – Representações Sociais concebidas.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Matrículas no Ensino Superior por Gênero.....	51
Gráfico 02 - Percentual de declarações relativas às variáveis Cor/Raça do aluno (em relação à matrícula) – Brasil – 2018.....	51
Gráfico 03 – Fator Cor.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPS	Centro de Processos Seletivos
COVID	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EHC	Expressões Chaves
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com deficiência
PEC	Proposta de Emenda Parlamentar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
RS's	Representações Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: Tecendo os primeiros <i>fiões</i> que dão sentido à pesquisa.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA : Ser mulher preta na sociedade atual.....	31
2.1 Mulher Preta Marajoara: na busca da identidade social à construção de nosso problema de pesquisa	38
2.2 O Feminismo: protagonização da mulher preta.....	42
2.3 Mulheres pretas face à universidade.....	47
3 CONTEXTUALIZANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO CAMPO TEÓRICO METODOLÓGICO.....	52
3.1 Representações sociais e processos identitários: elementos Afetivos, Mental e social.....	57
3.1.1 Representações Sociais: (re)construindo o percurso metodológico no diálogo com teoria ego ecológica.....	60
3.2 DOS CAMPOS MARAJOARAS PARA O MUNDO: Cenário da pesquisa	64
3.2.1 Sujeitas da pesquisa.....	68
4 COLETA DOS DADOS.....	72
4.1 Entrevistas.....	73
5 RESULTADOS.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO: Tecendo os primeiros *fiões* que dão sentido à pesquisa

Confinada aos espaços domésticos em nome de sua feminilidade, obrigada à maternidade por “natureza”, reprimida na sua sexualidade pelo papel da esposa respeitável, a dona de casa expressa o dilema do histórico confinamento das mulheres à esfera doméstica *versus* a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Ser intelectual, ocupar o espaço público, ter voz é ainda um desafio todos os dias enfrentado. (RODRIGUES, 2016, p. 15).

A história como conhecemos retrata a época em que a mulher era representada como objeto, “pertencia” ao pai ou ao irmão, na ausência do primeiro e depois ao marido, cuja função era apenas servir e procriar. Um dos registros que retrata esse sentido atribuído à mulher na história é o caso de Penélope na obra *Odisseia* de Homero, em que Telêmaco, filho de Ulisses e Penélope, “coloca sua mãe em seu lugar”. Observemos o trecho do poema em que se dá tal fato:

Penélope desce de seus aposentos particulares e vai ao grande saguão do palácio, onde um bardo se apresenta perante a multidão de seus pretendentes; ele canta as dificuldades encontradas pelos heróis gregos ao voltar para casa. A música não a agrada, e ela, diante de todos, pede-lhe que escolha outro tema, mais feliz. Nesse momento, intervém o jovem Telêmaco: - Mãe – diz ele-, volte para seus aposentos e retome o seu próprio trabalho, o tear e a roca...Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais que de qualquer outro, pois meu é o poder nesta casa. E lá se vai ela de volta ao andar de cima. (BEARD, 2018, p. 15 - 16).

Assim, percebemos o quão era “proibida” a voz da mulher em âmbito público desde o início dos escritos da cultura ocidental. A obra Homero, demarca o sentido de que parte do amadurecimento do homem é aprender a assumir o controle do pronunciamento público e silenciar a fêmea da espécie. Imagem construída a partir do olhar do ‘outro’, mais especificamente, pelo filtro do masculino (SAIS, 2016). Esses elementos simbólicos afirmam em um primeiro momento, a representação hierárquica estabelecida sobre os papéis sociais de homens e mulheres, na qual a mulher era vista como passiva de submissão: na ausência do marido, a mulher ou passa à tutela de seu pai e retorna à casa dele, ou permanece na tutela de seu filho – se este tiver idade.

Em um segundo momento, mas ainda na composição negativa da representação da mulher, a imagem de um ser perigoso, que se deve desconfiar, cabendo aos homens, cautela em relação a elas. Ainda com base na análise da obra *Odisseia*, alguns trechos retratam a mulher da seguinte maneira:

Um olhar pessimista, cuja intensidade varia de autor para autor e de texto para texto, mas que apreende a mulher, que é o outro, com desconfiança,

pois, esse objeto é estranho, diferente, desconhecido, intrigante e potencialmente perigoso. (RAGUSA, 2005. p. 60).

Ressalta-se que essa forma de representar não se constitui em um ato solitário de Homero para reproduzir uma imagem sobre a mulher; muito pelo contrário, como descreve Sandra Jovchelovitch (2004) destaca-se, neste caso em questão, as características não-dialógicas das representações sobre as mulheres, produzidas pelas inter-relações eu/outro/objeto-mundo, na qual o saber masculino é visto como superior ao feminino, ou seja, representações hierárquicas tecidas na dinâmica afetiva das relações eu e outro ressaltando a ligação entre mundos internos e externos, entre indivíduos e as coletividades expressando culturas e modos de vida.

Ao perceber essas representações sobre mulheres, nos questionamos quanto às mudanças ocorridas através do tempo, em termos diacrônicos, no interior das próprias representações e no pensamento social mais amplo, que possam expressar modificações nas sociedades nos tempos atuais. Presencia-se representações dentro de uma concepção patriarcal presente nas obras literárias, ganhando novos sentidos e afrontando os vínculos históricos do machismo, embora ainda normalize ideias relacionadas às submissões das mulheres na atualidade. Entretanto, vale destacar que o sistema patriarcal, ou ainda, a ideologia do patriarcado possui desconformidade em sua definição, pois o termo, pode ser utilizado de forma abrangente desde que contextualizado, pois para Heleieth Saffioti (2009), a síntese do feminismo sobre o patriarcado o coloca como um registro de força automática em muitos casos, mesmo sem a presença do patriarca, sendo incorporado e reproduzido inclusive pelas próprias mulheres, por conta da naturalização com que este fenômeno ocorre de acordo com o momento histórico – social – cultural dos indivíduos em questão. Pois, para a autora, o gênero assim como a raça e etnia vão dando forças e alimentando para que exista subordinação a partir de experiências vividas para além dos papéis sociais.

Destarte, não se trata das representações sociais sobre as mulheres apenas tributárias do passado, mas como passagem para o que está se construindo hoje no acervo cognitivo-afetivo e com o qual ainda se lidará no futuro. Sentidos que podem conjugar lembrança e esperança, memória coletiva e expectativas utópicas. Por isso, considera-se nesta pesquisa, as contribuições sobre o patriarcado, do pensamento da filósofa Simone de Beauvoir (1967) e dos estudos de Joan Scott (1992) que o explicam, como uma criação de códigos, leis e livros sagrados, principalmente escritos por homens onde a inferioridade e subalternidade da mulher é registrada e defendida, ao mesmo tempo em que os interrogam, mostrando a dinâmica das

Á vista disso, o reconhecimento dos direitos femininos, implica como descreve Sandra Jovchelovitch (2004) na legitimidade do conhecimento das mulheres sobre si e no reconhecimento social da diferença entre os gêneros, acarretando na ruptura de encontros de saberes não-dialógicos, de outro lado, impactando em saberes mais dialógicos¹, aproximando estes em embates de saberes entre diferentes sistemas de conhecimento. Todavia, as lutas anteriormente travadas e a aprovação e reconhecimento desses direitos pela Constituição não foram e ainda não são suficientes para vencer as formas de choques não dialógicos que levam à exclusão da população feminina na sociedade.

Nessas circunstâncias de exclusão, as batalhas vivenciadas até aqui ainda não conseguiram anular todas as representações negativas sobre as mulheres, ancorando o avanço da violência, a discriminação no mercado de trabalho, as desigualdades salariais, as ausências da participação política feminina e, em especial a deficiência ao acesso educacional como apontam dados projetados em 2018,

Uma projeção feita em 2018 mostra que serão necessários mais de dois séculos para haver igualdade de gênero no mercado de trabalho. Em outros segmentos, como educação, saúde e na política, as desigualdades entre homens e mulheres precisarão de 108 anos para chegarem ao fim. (FUTURA, 2021).

Esse levantamento nos faz perceber o quanto ainda se tem a caminhar em direção a encontro de saberes mais dialógicos entre homens e mulheres, no sentido de romper os processos históricos de silenciamento, exclusão e segregação das mulheres brasileiras, que sempre as representaram como sexo frágil, designando-as ao local do doméstico “dentro de casa”, muitas vezes, ancorada na imagem da natureza delicada e sensível, para limitá-las as funções do trabalho do lar, do matrimônio e da maternidade. Nessa lógica, é oportuno lembrar que durante “a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas), e aos homens as atividades extra domésticas e produtivas (públicas)” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 131).

Diante desta discussão, constata-se que a representação do gênero por si só já simboliza uma categoria formadora de desigualdades a partir das representações hierarquizadas que inferioriza a mulher em relação ao homem. Todavia, quando estas mesmas representações se voltam para a mulher preta², os sentidos revelam representações

¹O processo dialógico promove a interação dos múltiplos aspectos que envolvem a cognição, colaborando para que o homem aprenda a ser homem e o conhecimento científico possa transcender a concepção da construção de identidade.

² Considerada cor dentro da classificação do IBGE, onde pretos e pardos constituem a classe racial “Negros”.

diferenciadas entre as próprias mulheres, marcadas a exemplo do que aparece na literatura brasileira e no cinema, pelos lugares ocupados a partir da cor da pele: da donzela casadoura branca, da “mulata”³ sensual e ferosa, da preta abnegada, submissa, máquina de trabalhar em que estas imagens diferenciadas correspondem à procriação, à questão patrimonial, familiar e sucessória e à exploração sexual ou da mão-de-obra, implicando no modelo social patriarcal, sexista e racista na qual os lugares sociais assinalados ao gênero feminino e às raças são reforçados por representações ordenadas pelas relações entre homens e mulheres e ainda, entre mulheres brancas e mulheres pretas

Portanto, quando avistado o elemento racial de identificação da mulher preta, o próprio modo de construção da sociedade brasileira, materializa o racismo estrutural em que os pretos são automaticamente excluídos e associados à pobreza, são acrescentados a sub-representação e relacionados predominantemente às representações negativas, condizendo às mulheres brancas os espaços domésticos e condicionando as pretas à imagem de objeto de sexualização e de dissimulação. Assim, como revela Almeida (2019) todos os espaços públicos da sociedade brasileira, economia, educação, política estão atravessados pelo racismo.

Teixeira e Correa & Santos (2012), afirmam que as pessoas de “cor” vivem pior que os brancos, quando possuem menos benefícios do sistema educacional, por exemplo, conseqüentemente ganhando menores salários e sofrendo violência em suas variadas formas – preconceito, discriminação, abordagem policial, violência sexual etc.- Isso ocorre por meio da associação da cor de pele a condições socioeconômicas balizando o racismo como estrutura de uma sociedade, o que chamamos de racismo estrutural. (ALMEIDA, 2019).

Ressalta-se que no caso do Brasil a construção da sociedade brasileira engloba pessoas de cor de pele pretos e pardos ou origem parecidas em um único grupo⁴. Contudo, as divergências existentes relacionadas ao reconhecimento da cor da pele são evidenciadas nas atuais discussões sobre o colorismo populacional do Brasil, onde é definido como um sistema

³ A mulata acolhe dois significados, o tradicional, resultante da mestiçagem; e outro, atualizado pela exploração econômica, no qual representa “mercadoria, produto de exportação”. Segundo Lélia Gonzalez (1983), a percepção da mulata como invenção do português, nos remete à instituição da “raça negra como objeto” pelo colonizador. Nesse caso, a “mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele”. Portanto, a invenção da mulata objetifica os negros, de modo geral, e a mulher negra, de modo particular. (GONZALEZ, 1983, p. 239.)

⁴ O IBGE (2018), qualifica acerca da composição da população negra no Brasil, onde esta, se constitui de pretos e pardos, possuindo suas determinadas terminologias corretas para designação de raça e cor, pois o sistema de autoclassificação de categorias do IBGE está dividido em cinco opções: branca, preta, parda, amarela e indígena, tomando como base a recomendação da ONU (Organização das Nações Unidas) “de que as pessoas devem se auto classificar” (GELEDÉS, 2009).

de hierarquização social oriundo do projeto colonial. (DEVULSKY, 2021), onde se explica o porquê a cor de pele influencia em vários contextos sociais, mas também “problematiza” quando um indivíduo se autodeclara preto e não pardo.

Cabe destacar que esse reconhecimento de cor, não significa a aceitação do outro, pois, reconhece-se o diferente para torná-lo ou não igual ao branco, ou seja, esta distinção de tons que as discussões do colorismo nos transmitem, advém desde as tentativas de branqueamento da sociedade brasileira, na defesa de que “[...]da mistura entre as diferentes etnias que culminou em uma sociedade permeada por uma enorme diversidade de tons de pele, é facilmente observável atualmente o colorismo brasileiro” (SILVA, 2017, p. 3), com o principal objetivo: de incluir políticas de exclusão dos negros nas diferentes relações da sociedade, desenvolvendo mecanismos de “branquear” a população para disfarçar as características de ascendência africana. Percebe-se, portanto, que a partir desse campo simbólico, as representações hierarquizadas que inferiorizam o preto se construíram numa estrutura social secular que até hoje favorece a continuidade da discriminação racial e da ideia de democracia racial em suas variadas formas, pois o uso ou funcionamento do colorismo se apresenta como...

[...]um sistema de favores, no qual a branquitude *permite* a presença de sujeitos negros com identificação maior de traços físicos mais próximos do europeu, mas não os eleva ao mesmo patamar dos brancos, ela tolera esses “intrusos”, nos quais ela pode reconhecer-se em parte, e em cujo ato de imitar ela pode também reconhecer o domínio do seu ideal de humano no outro. (SILVA, 2017, p. 13)

A ideia do colorismo se configura como um sistema de preconceito que pode ocorrer inclusive entre pessoas da mesma raça criando representações desiguais resultantes das tonalidades da cor de pele de cada indivíduo. Em consequência disso, ainda se tem no imaginário social que o mestiço⁵ teria maior tolerância social em relação ao negro de pele mais escura, o preto, predominando esse pensamento numa sociedade que ainda conserva a cor branca como suprema, propagando a ideia de clareamento como forma de permissão de evolução da raça. Ainda que disfarçadamente, se observa através de práticas que “escolhem” o que é mais aceitável aos olhos. Dessa maneira, dizer-se negro de pele escura ou preto é carregar os sentidos das representações que fortalecem a exclusão e afastamento da cor idealizada – a branca.

⁵ Aqui, sinônimo de *Mulato*.

Destarte, que ainda há um grande debate entre os Movimentos Negros⁶ de qual seria o termo correto, na medida em que os termos Negro e Preto não possuem um consenso, mas que dependendo do contexto que são utilizados são passíveis de ressignificação. Para o ativista Nabby Clifford⁷, músico ganês, radicado no Brasil, “preto” é o único termo aceitável, visto que o conceito da palavra “negro” pode variar de país, cultura e política podendo um indivíduo ser classificado como negro em seu país, mas em outro não. Corroborando neste pensamento, Luz (2012) coloca que na discussão que trata os indivíduos em um único grupo – negro- que seria na visão do autor uma identidade social, levanta uma visão política do Estado para além da identidade social de cada indivíduo referente ao seu tom de pele com o qual se autorreconhece. Isso implica dizer que cada sociedade, possui seus critérios de classificação étnica populacional, não somente variáveis sociais como economia e política, mas também características fenotípicas e biológicas que podem definir esse reconhecimento racial a partir da autodeclaração de cada sujeito.

Para Vogt (2015) o processo de identificação ou autodeclaração está correlacionado ao autoconceito e, este por sua vez, deriva do seu conhecimento e da sua pertença a determinados grupos sociais, juntamente com o sentido emocional e do valor associado ao sentimento de pertencimento. Nessa perspectiva, a constituição da identidade social dos indivíduos surge numa construção condutora de elementos em que estes indivíduos possam se identificar ou não, em processos relacionais entre o eu e o outro, como base para essa construção identitária, onde os aspectos da identidade partem da relação de quem eu sou, a partir de quem é o outro e como eu quero ser diante deste e dos demais para me sentir aceito. (VOGT, 2015).

Desta maneira, se torna importante entender a identidade social do indivíduo, que passa por processos de auto reconhecimento que tem como propósito, compreender o que se passa na relação entre o eu e outro (nós) para que o sujeito possa se identificar ou não em grupos que formam a sociedade.

Assim, o indivíduo constrói questões internas e subjetivas tentando encontrar respostas para si, que são: Quem sou eu? (individual); quem sou eu para os outros? (coletivo); Como me vejo? (autorreconhecimento); Como os outros me veem de fato? (sentimento de

⁶ O **movimento negro** no Brasil corresponde a uma série de **movimentos** realizados por pessoas que lutam contra o racismo e por direitos.

⁷ **Negro ou Preto? É Preto!** Por Nabby Clifford. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ccWLI0m4QA>. Também definida por IBGE (2019). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%A9genas>.

pertencimento), que segundo Jacques (1998, p. 161 *apud* LAURENTI & BARROS, 2000), nesses questionamentos surgem em uma dicotomia em que “a identidade passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias).”

Assim, quando retornamos os processos de constituição identitária para a análise de cor e gênero, as mulheres pretas sofrem duplamente o preconceito qualificado como intimidador e identificador do que seria ou não aceitável em sociedade. Um exemplo que tomou discussões em debates internacionais, foi o caso da Nayara Justino que sofreu críticas em sua aparição como “globeleza” na Rede Globo, quando foi “convidada a se retirar do cargo” sem justificativas públicas sendo imediatamente substituída por outra dançarina de pele mais clara. A princípio, a dispensa teria ocorrido por Nayara ser “negra demais para o Brasil”, recebendo diversos comentários racistas em redes sociais, sendo imediatamente substituída por Eryka Moura, negra de pele mais clara, fazendo uma alusão a “mulata⁸” representante do Brasil, fruto da mestiçagem e das ações de branquitude como forma de “melhoria de beleza” da raça.⁹

Essas representações negativas e hierarquizadas ampliam as questões de gênero às desigualdades sócio raciais e econômicas, pois segundo Zélia Amador de Deus (2020) “Ser mulher, negra (preta ou parda) e pobre é alvo de uma tríade de discriminações” ...

Na análise de **Zélia Amador de Deus** (grifo nosso), professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), esse desafio se sustenta com base em três vertentes: o preconceito de gênero (vivido por toda mulher), o de raça (que versa sobre a população preta e parda) e o de classe (nos quais estão inseridos os mais vulneráveis). (BRASIL DE FATO, 2020).

Neste sentido, compreender a identidade social das mulheres pretas implica como descreve Maria Jacques (2001), necessariamente na articulação de dimensões que são aparentemente contraditórias, pois se encontram avessas as representações sociais com as quais vivenciamos cotidianamente, construídas nas relações entre individual/social, estabilidade/transformação, igualdade/diferença, unicidade/totalidade. E que isto também implica compreender a identidade “... como constituída na relação interpessoal (eu, não-eu, eu-grupo) a partir da inserção do indivíduo no mundo social e através da sua atividade que se

⁸ Apesar de esse ser um termo que apresenta conotações negativas, é geralmente usado para pessoas mestiças, que, como pontua Reis (2002), ora são consideradas brancas, ora negras.

⁹ Negra demais para o Brasil (Too black to Brazil). Produzido pelo jornal inglês The Guardian. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S0ODz9aIQ_k

substantiva e se presentifica como atributo do eu: eu sou trabalhador – substantivo – porque exerço a atividade de trabalhar – verbo.” (JACQUES, 2001: p.165).

Para Susana Seidmann (2012) a consciência social que a pessoa alcança de si mesma como construção representativa do eu em sua relação com os outros e a sociedade, é uma atualização, em nível individual, de um certo número de componentes sociais. Dito de outra forma, construir uma identidade significa considerar as influências sofridas por diversos fatores como as relações inter e intrapessoais, fatores culturais e valores sociais os quais este indivíduo está exposto em sociedade.

Essas influências sofridas para a construção de uma identidade se penduram na contextualização de espaço e tempo que Castells (2000) define da seguinte maneira:

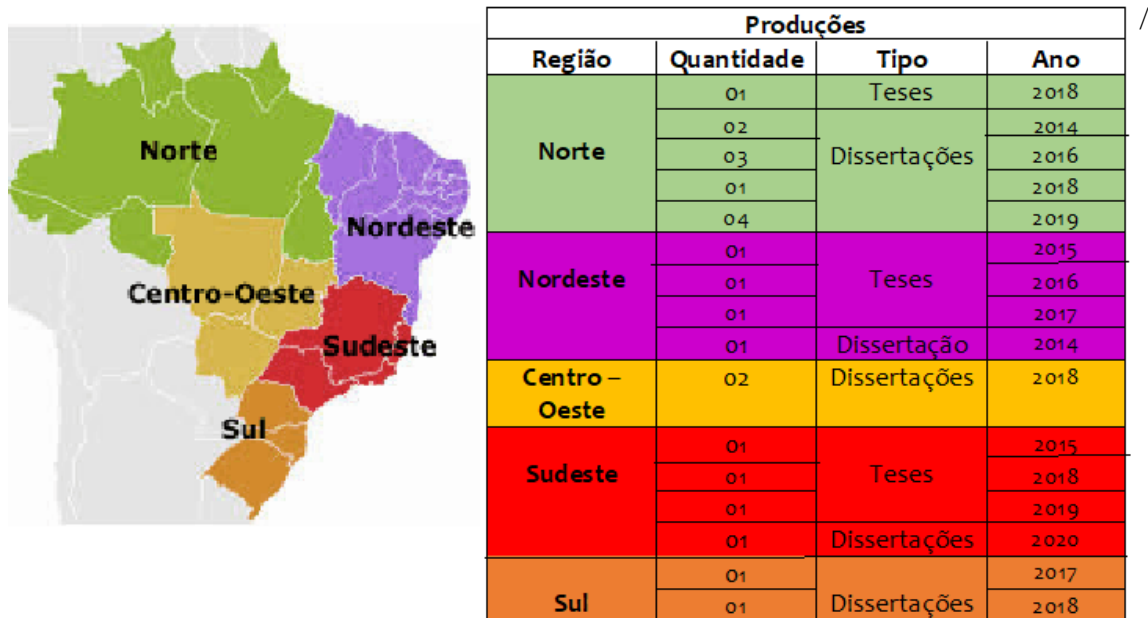
A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 2000, p. 4).

Desta maneira, este estudo reflete como as categorias *Representações sociais* e *Mulher preta* definem, para além do gênero, a condição social e econômica dos processos de construção identitária de gênero, de raça e de identidade social. Para tanto, estudar a mulher preta enquanto sujeita desta pesquisa, não basta considerar aqui apenas gênero, cor de pele e condições sociais e econômicas. É preciso ainda considerar os processos simbólicos que podem nos conceder vestígios sobre o que pensam os grupos e os indivíduos a respeito do autorreconhecimento e de efeitos de influência social, ao mesmo tempo que devem ser considerados os contextos históricos, culturais e territoriais em que os processos psicossociais são construídos. Isso implica em dizer, que os territórios se apresentam como os lugares onde estas mulheres estão inseridas e constroem suas relações sociais, configurando um contexto de circulação e construção das representações e identidade social já que esta última, está exposta às interferências que ocorrem no cotidiano de cada indivíduo.

A participação efetiva das vozes femininas na construção da História, cujas narrativas e trajetórias expressam as diferentes culturas, identidades, costumes e, de certa forma, que atuam na melhoria de vida em suas distintas territorialidades, se configuram no contexto atual acadêmico tanto nas formas de denúncias, quanto de resistências ativas diante das assimetrias

no que tange não só em relação à própria temática, (apenas 23 estudos)¹⁰ mas quanto a própria participação da mulher na produção desses conhecimentos.

Figura 01 –Mapa das produções científicas nas regiões do Brasil (2014-2020)



Fonte: Autora, 2020 (baseado nas pesquisas em bases de dados nacionais de teses e dissertações).

Ressalta-se que num momento atual de discussão em que se há tópicos relacionados as lutas feministas, suas formas de organização e desafios no mundo, na América Latina e no Brasil, encontrar apenas 23 produções que analisa a relação das mulheres nas universidades, sinaliza a necessidade de ampliação das discussão acerca dos significados atribuídos as mulheres nas universidade e das implicações das causas do movimento feminista para que sejam conhecidas e levadas à frente nas lutas sociais, a fim de que ocorram mudanças sobre o conceito de mulher na sociedade.

Alicerçado nesse apontamento, considera-se ainda, que o silenciamento dessa temática na realidade da Amazônia marajoara reflete as marcas das peculiaridades históricas e culturais que revelam complexidades adversas, inclusive em relação às demais regiões brasileiras, sobre o acesso às mulheres ao nível superior e sobre as representações de dependência ao homem, que ainda se fazem presentes na região.

¹⁰ Para o Estado da arte realizado na construção desta dissertação, optou-se pelo levantamento do conhecimento em todas as regiões do Brasil, para tanto, utilizou-se três descritores: *Mulheres universitárias*; *Representação Feminina na Universidade e Mulheres Marajoaras*. Assim, o mapeamento foi realizado nas bases da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes e nos repositórios Institucionais dos Programas de Pós Graduação das IFE's, dentro de um período de 2014 a 2020.

Desta forma os modelos de representações femininas transgressoras da ordem, precisam ser visualizadas em oposição às imposições de uma moral construída pela cultura machista, que perpassa no cotidiano de todas as mulheres até os dias atuais, mulheres que passam a ocupar espaços sociais importantes para reafirmar sua liberdade e autonomia, inclusive nas Universidades.

Diante desses apontamentos algumas reflexões surgem:

- 1) Os papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal influenciam na ascensão de mulheres aos espaços públicos e decisórios? No caso das realidades amazônicas, como identificar as similaridades temporais do processo de transversalização de gênero e potencializar os modelos transgressores ?
- 2) A linguagem tem servido como instrumento de manutenção do poder masculino na medida em que reforça o discurso patriarcal que coloca a mulher como ocupante natural do espaço privado na realidade amazônica, como desconstruir então, visões uniformes sobre as mulheres da panamazônia? Como articulá-las a novos lugares nos processos de desenvolvimento da região?

Observa-se que no contexto da região Norte identificou-se um total de 11 (onze) produções, sendo 3 (três) dissertações no Tocantins, 1 (uma) dissertação no Amapá e 7 (sete) produções no Estado do Pará, sendo 6 (seis) Dissertações e 1 Tese. No caso das pesquisas localizadas na Universidade Federal do Tocantins (UFT) foram identificadas 3 (três) dissertações relacionadas às trajetórias das mulheres cotistas, mulheres nas ciências exatas e tecnologias e trajetórias sócio espaciais das discentes indígenas, desenvolvidas entre os anos de 2018 a 2019.

Quadro 01 – Estado da Arte por estado – Região Norte (Tocantins)

Data	Título	Autor	Programa	Tipo
2018	A universidade como território de resistência: trajetórias socioespaciais de mulheres cotistas do campus de Araguaína – UFT.	Grazielly dos Santos Germano	PPGCT	Dissertação
2019	Mulheres nas Ciências Exatas e Tecnologias: percepções de concluintes do Ensino Médio de distintos ambientes socioeducacionais de Palmas/TO	Ulisses Franklin Carvalho da Cunha	PPGCA	Dissertação
2019	Da aldeia à universidade: Trajetórias socioespaciais das discentes indígenas da UFT- Campus de Araguaína	Marcela Pereira Lima Arcanjo	PPGCT	Dissertação

Fonte: Autora, 2020 (baseado nas pesquisas em bases de dados nacionais de teses e dissertações).

No Estado do Amapá, mais especificamente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), foi identificada 1 (uma) produção que discutiu a mulher no ensino superior pelo viés do gênero na Universidade (percepções das professoras do curso de Pedagogia) e pelo campo dos direitos humanos, conforme o quadro 2:

Quadro 02 – Estado da Arte por estado – Região Norte (Amapá)

AMAPÁ – UNIFAP- 1990				
Data	Título	Autor	Programa	Tipo
2019	Gênero na educação superior: percepções de professoras do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá na perspectiva da decolonialidade.	Miquelly Pastana Tito Sanches	PPGED	Dissertação

Fonte: Autora, 2020 (baseado nas pesquisas em bases de dados nacionais de teses e dissertações).

No caso da UFPA foram 7 (sete) Dissertações e 1 (uma) Tese. Destarte que nem todas tratam da relação da mulher no ensino superior, apenas 2 (duas) trazem à tona essa articulação tendo como fenômeno de estudo: a) Trajetórias de estudantes quilombolas na UFPA. b) O enfrentamento do analfabetismo de mulheres velhas, estas se apresentam a seguir, conforme o quadro 03 abaixo:

Quadro 03 – Estado da Arte por estado – Região Norte (Pará)

PARÁ – UFPA – 1957				
Data	Título	Autor	Programa	Tipo
2016	Do quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência	Laís Rodrigues Campos	PPGED	Dissertação
2019	O enfrentamento do analfabetismo de mulheres velhas no município de Castanhal, na Amazônia Paraense: a velhice negada e a educação “garantida”	Ildete da Silva Falcão	PPGEAA	Dissertação

Fonte: Autora, 2020 (baseado nas pesquisas em bases de dados nacionais de teses e dissertações).

Estes estudos ratificam as situações de exclusão de gênero aliadas às condições de raça/etnias e classe ao mesmo tempo em que evidenciam o protagonismo – processo no qual o enfrentamento das relações sexistas e racistas aliados aos processos de formação tem levado à independência e autonomia dessas mulheres. Os 06 (seis) estudos acima descritos nos diferentes estados, articulam a relação entre a mulher e a Universidade a partir do debate do direito e inclusão em diferentes perspectivas e processos de superação e resistência. Os textos da Germano (2018), de Cunha (2019), de Arcanjo (2019), de Falcão (2019) e de Campos (2016) nos apresentam trajetórias, narrativas, representações e desafios enfrentados pelas

mulheres amazônidas¹¹ em contextos atuais, dentro do espaço universitário, debatendo sobre as ações e Políticas Afirmativas, frente às condições de acesso e permanência na Universidade a grupos socialmente excluídos educacionalmente, seja na graduação ou em projetos de extensão por meio do enfrentamento do analfabetismo de mulheres velhas, por exemplo a partir da extensão desenvolvida pela Universidade

Já as demais pesquisas identificadas no estado do Pará, exploram em suas temáticas a mulher amazônida, mais especificamente as mulheres da ilha do Marajó, apresentando-as a partir das representações construídas no cinema de ficção de Souza (2016) e na literatura por Santos (2018), além de seus saberes e práticas de feitiço caboclo e a mulher na cultura e na arte por meio da música da Amazônia paraense e da palhaçaria feminina nas pesquisas de Moraes (2014) e Flores (2014) e ainda em condições específicas da realidade Amazônica a partir do “corpo escalpelado” nos estudos de Almeida (2016), conforme quadro 04:

Quadro 04 – Estado da Arte na UFPA – *Mulheres marajoaras*

Data	Título	Autor	Programa	Tipo
2016	A construção da imagem da mulher no cinema de ficção produzido na Amazônia paraense	Raissa Lennon Nascimento Sousa	PPGCOM	Dissertação
2014	O feitiço caboclo de dona Onete: um olhar etnomusicológico sobre a trajetória do carimbó chamegado de Igarapé-Miri à Belém	Patrich Depailler Ferreira Moraes	PPGARTES	Dissertação
2014	Palhaçaria feminina na Amazônia brasileira: uma cartografia de subversões poéticas e cômicas	Andréa Bentes Flores	PPGARTES	Dissertação
2016	O corpo escalpelado: possibilidades e desafios docentes no cotidiano de meninas ribeirinhas na Amazônia paraense	Edwana Nauar de Almeida	PPGED	Dissertação
2018	A figuração da mulher em Delcídio Jurandir: entre o desamparo, a opressão e a transgressão	Alinnie Oliveira Andrade Santos	PPGL	Tese

Fonte: Autora, 2020 (baseado nas pesquisas em bases de dados nacionais de teses e dissertações).

São pesquisas que revelam que as representações contemporâneas das mulheres amazônidas, embora mantenham elementos de submissão em relação ao homem, conquistam com enfrentamento, coragem, trabalho, sedução e feminilidade, espaços de atuação e emancipação nos ambientes que vivem (urbanos ou rurais). Categorias como oprimida e transgressora marcam a luta e o sofrimento das mulheres para conquistarem direitos iguais e

¹¹ O Dicionário Houaiss É dos raros que registra o vocábulo amazônida, mas relacionando-o à sua origem etimológica e à lenda das amazonas, as imaginárias mulheres guerreiras que inspiraram a designação dada pelos europeus à maior região homogênea do Brasil. O conceito de amazônida envolve a individualidade da região, para cuja caracterização, existência e persistência a sua vinculação à água, a luz e a floresta, como um organismo integrado, é indispensável. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-utopia-amazonida/>. Acesso em: 10 out 2020

autonomia para viver, libertando-se da ideia da dependência masculina, da visão de que precisam de homem para ser respeitada, revelando inclusive que essas conquistas são pouco vistas já que muitas dessas trajetórias são esmagadas - “silenciadas” - pelo sistema patriarcal e segregador.

Nesses estudos sobre as mulheres amazônidas marajoaras, as imagens são de acordo com Délcia Pombo (2018, p. 96) “mulheres a quem a vida se encarregou de dotá-las de saberes essenciais à própria sobrevivência junto à determinação para tomar a dianteira das situações”. Mulheres que fazem arte de poetizar e cantar sua realidade, ou ainda, que fazem da arte da palhaçaria movimento de autoafirmação, liberdade e posicionamento político e social. Mulheres que trazem no corpo (escalpelamento) e na alma as marcas de que vivem as pelejas diárias para sobreviverem a sua própria vida e não a vida e os sonhos dos outros. Por fim, são trabalhos que entrelaçam as mulheres numa complexa rede, emaranhada em subjetividades, representações e interações simbólicas, permeadas de incertezas e implicações éticas.

Esses estudos apontam que pesquisas sobre as mulheres requerem, como propõe Quijano (2005) o diálogo interseccional, ou seja, o estudo analítico e político das relações sociais a fim de desafiar e combater práticas discriminatórias que vão muito além das desigualdades entre os gêneros. Na visão de Joan Scott (1995), inserir mulheres na pesquisa e incluir suas experiências individuais e subjetivas, não se constrói uma nova história das mulheres, mas começa uma nova história da humanidade, sendo este um compromisso da pesquisadora e do pesquisador, o que em nossa compreensão implica diretamente em conhecer como se dá a construção da identidade social das mulheres auto reconhecidas pretas.

A condição de mulher preta amazônida se transporta das condições históricas desta população a diferentes realidades regionais. Mulheres marcadas pela herança da escravidão e exclusão escolar, atravessadas pela precariedade das condições econômicas, sociais e políticas da sua região, onde devemos considerar estes fatores para todo e qualquer estudo que se faça independentemente da área de conhecimento em que se anseie desenvolver e promover pesquisas equiparadas a realidade vivenciada e experimentada pelo sujeito foco, pois cada sujeito a ser estudado possui uma história própria a partir de uma realidade específica.

Representações negativas, construídas dentro de um contexto de contrastes regionais e de uma sociedade patriarcal vivenciada em uma realidade amazônica e suas diferenças históricas, sócio culturais, econômicas e geográficas tão diversas, como destaca Joana Neves (2007, p. 43),

[...] a região amazônica não pode ser vista, e muito menos analisada de forma homogênea, pois isso seria desconsiderar a sua cultura, o seu modo de vida, a complexidade e unicidade das relações que esses sujeitos estabelecem em suas práticas sociais cotidianas, ou seja, seria um grande erro interpretativo, que não responderia aos verdadeiros anseios amazônicos.

Portanto, impulsionar estudos que respeitem as adversidades regionais dentro de um mesmo território, potencializa as representações sociais emancipadoras¹², políticas e econômicas das mulheres de modo geral, e principalmente as auto reconhecidas pretas, em conformidade às suas realidades vividas, em diferentes espaços, que rompem com modelos conformadores, apontando outras possibilidades de existências das mulheres, inclusive no nível superior/na universidade. Nessa perspectiva nos questionamos:

- Quais representações possui a mulher preta marajoara acerca do feminismo e a respeito de si mesma?
- Quais representações as mulheres pretas marajoaras têm quanto a sua condição de mulher universitária?
- Como essa mulher se autorreconhece e se comporta no cenário universitário diante de condições que lhe são impostas ou renegadas?
- Como essas representações influenciam na construção de sua identidade na condição de mulher – preta - universitária?

Assim, no intuito de responder estes questionamentos objetivamos nesta pesquisa de forma geral: Analisar as representações das mulheres pretas universitárias marajoaras sobre o Feminismo e as implicações no seu autorreconhecimento como mulher preta. E especificamente: diagnosticar os sentidos e significados sobre ser mulher preta marajoara; identificar que representações as mulheres pretas marajoaras têm quanto a sua condição universitária e como essas representações sociais influenciam no processo de construção de identidade social situando esta pesquisa ao campo das Representações Sociais (RS's), utilizando o método da Teoria Ego-ecológica em sua concepção de Identidade Social com o objetivo geral: Analisar quais representações as mulheres pretas universitárias marajoaras constroem sobre o Feminismo e as implicações sobre seu autorreconhecimento como mulher preta. E especificamente: diagnosticar os sentidos e significados sobre ser mulher preta marajoara; identificar que representações as mulheres pretas marajoaras têm quanto a sua

¹² Como nos diz Santos (1989, p. 155): as várias comunidades de saber têm, assim, uma aptidão notável para negociar sentidos, encenar presenças, dramatizar enredos, amortizar diferenças, deslocar limites, esquecer princípios e lembrar contingências. É nisso que reside sua dimensão utópica e emancipadora num mundo saturado de demonstrações científicas, de necessidades técnicas e princípios sem fim.

condição universitária e como essas representações sociais influenciam no processo de construção de identidade social.

Para isso, utiliza-se como base desse estudo, as ideias principalmente de Moscovici (1978, 2007), Denise Jodelet (2001; 2003) e Marisa Zavalon (1973) em que apresentam concepções das RS's aliadas à construção da identidade social do indivíduo, rompendo com a dicotomia entre objetividade e subjetividade, que permite: a apreensão dos fenômenos psicológicos em sua dimensão social; funciona como um sistema de regulação social que atualiza o sistema cognitivo dentro de um determinado contexto; explica as variâncias individuais e coletivas; orienta comportamentos e atitudes; apresentando desta forma, não uma delimitação, mas uma pluralidade de possibilidades.

Assim, na relação entre os estudos sobre o processo de construção de identidade social e a representação social da mulher reconhecidamente preta, parte-se da premissa que todo discurso é situado e que as participantes discursivas são sujeitas posicionadas na história, na cultura da Amazônia marajoara. Ou seja, o discurso é intermediado pelo que as pessoas pensam que são e pelo que pensam que os outros sejam (MOITA LOPES, 2002), logo, é mediado, por que “todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores”. (MOITA LOPES, 2003, p. 19).

Considera-se ainda que a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito), elas são construídas pelas relações humanas com o ambiente. Dessa maneira, a forma como as mulheres pretas desta pesquisa, originárias da Amazônia marajoara numa condição enquanto universitárias tiveram suas RS's construídas ao longo da história, revelam traços característicos de um autorreconhecimento de sua condição de gênero e de cor e da construção de uma identidade marcada pelo ambiente em que vivem e que se relacionam, assim como, pela cultura da realidade amazônica marajoara, bem como seus marcadores socioeconômicos regionais.

Compreende-se ainda, o Feminismo como fenômeno social, (PAIVA, 1997) um movimento global que impulsiona alterações nas relações sociais entre homens e mulheres em diferentes sociedades, impactando nas condições de trabalho, saúde, família, política, economia, cultura e educação interferindo na construção de representações sociais e de uma identidade social feminina que perpassa as definições de gênero, de acordo com Judith Bultler (1990), eleva as desigualdades sociais de cor e raça, como coloca Djamila Ribeiro (2013) e fortalece o lugar da mulher na sociedade a partir de sua concepção de pertencimento ao ambiente onde está inserida de acordo com Simone de Beauvoir (1980).

A identidade social por sua vez, refere-se aos conceitos que o indivíduo desenvolve de si mesmo e que são derivados de sua afiliação em categorias e grupos, que se tornam emocionalmente importantes para ele (FERNANDES & ZANELLI, 2006). Nessa percepção, a identidade social para Moita Lopes (2001, p. 58) é “construída pela ação **conjunta** (grifo nosso) de participantes discursivos, e práticas discursivas situadas na história, na cultura e na instituição”

Portanto, essas categorias se relacionam com as questões internas e subjetivas das mulheres pretas, quando tentam descobrir quem são a partir de suas próprias representações trazidas de sua experiência de vida e da visão de si mesma (quem sou eu?); quando se está exposta às representações dos outros enquanto ser social num contexto universitário diferente de seu contexto de origem (quem sou eu para os outros?); quando como ela analisa seu próprio comportamento a partir de suas relações inter e intra pessoais (como me vejo?) e como as representações (re)criadas no contexto adverso do seu original compreendem e influenciam na construção de sua identidade.(como os outros me veem de fato?).

A importância da definição de si mesmo, é extremamente importante para a construção de uma identidade social. Segundo Turner (1982):

A identificação social como o processo de alguém se localizar ou localizar outra pessoa dentro de um sistema de categorizações sociais; mas define simultaneamente a identidade social como a soma total das identificações sociais usadas por uma pessoa para definir a si própria. Assim, a maneira pela qual alguém é definido por outros influencia sua autoidentidade em algum grau. (TURNER, 1982 *apud* FERNANDES & ZANELLI, 2006, p. 60)

É nessa relação que a escolha do tema desta pesquisa surge de forma natural, onde as condições de gênero, classe e cor, emergiram a partir de inquietações pessoais vividas nas condições femininas de existência aqui elencadas, assim como sobre o papel secundário e inferiorizado da mulher atrelados as condições de território, refletindo as diferenças regionais e realidades singulares da Amazônia, quando se trata de questões relacionadas a saúde, violência, discriminação, e principalmente o contexto educacional existente.

A intenção ao trazer em debate o Feminismo como fenômeno social por meio da academia, se desenvolve a partir dessa conjuntura social vivida por nós mulheres pretas, onde estereótipos estabelecidos em diferenças aos homens, discursos de direitos e deveres oriundos da condição de ser mulher favorecem ações que deslegitimam a nossa posição feminina na sociedade e em instituições de ensino de modo geral, já que o sistema educacional do país se fundamentou num eixo sexista e racista, nos reservando um lugar de discriminação e de exploração, culminando em problemáticas econômicas e sociais.

A vista disso e pensando que as mulheres pretas representadas aqui pelas sujeitas desta pesquisa têm vivenciado um quadro de grande pressão hegemônica relacionadas às problemáticas de gênero, classe, cor e origem, relacionadas ao ambiente em que vivem, pretende-se proporcionar que representações sejam geradas na Universidade como território acadêmico de relações e construções sociais, discussões e produções de conhecimento a partir de outros pontos de vista, possuindo outras cores nas mãos que os produzem e gerados por outros cromossomos.

Assim, para organização desta pesquisa, nesta **primeira seção**, optou-se por situar a condição histórica das mulheres no Brasil, trazendo uma breve discussão sobre o reflexo social delas desde o período Homérico até o período escravista, onde os marcadores de classe e cor entram em consonância com as problemáticas de gênero herdando estas a seus descendentes após 133 anos de “Liberdade”. Registram-se características regionais, utilizando dados estatísticos sobre condições socioeconômicas, que refletem a precariedade da educação feminina. Os debates seguem a partir das produções acadêmicas que tratam e analisam a condição desta mulher, oriunda geograficamente da Amazônia marajoara e autorreconhecida preta.

A **segunda seção** aborda a mulher preta na sociedade atual e sua representatividade em diversos contextos históricos, sociais e culturais, trazendo a partir da literatura as construções dessas representações. Nesta seção as mulheres pretas marajoaras se apresentam como sujeitas de representações sociais e protagonistas de sua própria história, apresentando o Feminismo enquanto fenômeno social para essa mulher preta, em que esta concebe este fenômeno como forma de emancipação feminina, mostrando que mesmo na Universidade (lugar plural e universal de ideias) elas ainda sofrem com as problemáticas de discriminação e preconceito de gênero e cor, onde concebem o Feminismo como artifício de luta e de contenção destas práticas excludentes.

Na **terceira seção** contextualiza-se o campo teórico - metodológico a partir das Representações Sociais relacionando-as com a construção da identidade social, esta por sua vez assimilada em seus processos de construção atravessada pelos elementos Afetivos, Mental e Social. Ainda nesta seção, entrelaçados a partir da Teoria Ego ecológica enquanto vertente de assimilação e análise das Representações Sociais, onde se traça um diálogo analítico para esta pesquisa, com vistas aos pressupostos do Feminismo como interventor nas interações sociais, este por sua vez atravessados pela interferência do ambiente como a Ego ecologia aborda. Em seguida, apresenta-se o cenário da pesquisa como lugar de protagonismo dessas mulheres geograficamente expostas às condições da realidade amazônica marajoara, se

fazendo presente como *locús* produtivo de representações sociais e (re)construtor de identidades sociais, dando lugar às então sujeitas na/da pesquisa por conseguinte, as quais estão expostas às relações e interações que vivenciam no nosso *lócus* de estudo - a universidade, onde esta, interfere no processo construtivo identitário desta mulher enquanto preta marajoara universitária, evidenciando dados como cor, idade, situação econômica e maternidade indicando como tais características foram coletadas mediante as técnicas utilizadas para a coleta e organização destes dados.

Na **quarta seção**, constam a organização, interpretação, análise dos dados, expondo a técnica da entrevista utilizada na coleta e análise a partir de categorias analisadas a vista da Teoria Ego-ecológica com destaque para as categorias definidas para o perfil das participantes, representações sobre sua condição enquanto mulher preta marajoara e universitária e a construção de suas representações sociais a partir de suas vivências e experiências possibilitadas pelo conhecimento e importância do Feminismo.

Na **quinta seção**, os resultados se organizam em quadros ilustrativos de análise descritiva a partir dos discursos obtidos das sujeitas apresentando os resultados de cada categoria trabalhada na coleta de dados conforme se apresentam, utilizando -se das etapas da Teoria Ego ecológica para analisá-las. Finalizamos com nossas considerações finais acerca da pesquisa como um todo e trazemos referências, apêndices e anexos que deram suporte e fundamentação necessários para a realização desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA : Ser mulher preta na sociedade atual

Na descrição de Lima Barreto (1881- 1922 *apud* IPEA, 2011, p. 05), ressalta-se que: “*Nunca houve anos no Brasil em que os pretos (...) fossem mais postos à margem*”, nos leva a inferir que a campanha que culminou na abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, não obteve orientações destinadas à população escravizada que fora “liberta”, no sentido de “integrá-los” às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado. Histórias de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor onde a população preta ficou à mercê de condições desumanas formando uma massa de mendigos, desocupados, trabalhadores temporários, e crianças abandonadas nas ruas, ampliando de forma significativa os números de violência e, ao mesmo tempo criando grupos de resistência ou seja, no processo de resistência à exclusão, os pretos libertos buscaram habitar guetos e comunidades como forma de proteção, iniciando assim, uma nova luta contra o preconceito e a desigualdade social,

surgindo aí o Movimento Negro que tinha por objetivo lutar contra o sistema pós-abolição. (IPEA, 2011).

Diante da história dos pretos no Brasil, e o que foi e ainda é contado nos livros escolares de história, entendemos a fala de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) quando apresenta os perigos da história única, oportunizando reflexões sobre estratégias de garantir histórias em múltiplas versões, na medida em que é impossível falar de história sem falar de poder, dito de outra forma, o ato de descrever acontecimentos, é marcada pela voz e versão de quem conta a história. Nas palavras do poeta palestino Mourid Barghouti, (ADICHIE, 2019) o poder de contar a história de alguém é o jeito mais simples de se destituir uma pessoa e colocá-la em segundo plano.

Chimamanda Adichie (2019), fortalece esses escritos da história, quando aponta que as histórias contadas, por homens e em sua maioria brancos, sobre as mulheres pretas, as inviabilizaram e as silenciaram constituindo uma identidade social marcada por valores negativos, alimentadas por preconceitos e discriminação, sexualização e objetificação do corpo, inclusive, reforçadas pelas Teorias de Branqueamento¹³ utilizadas como fundamentos para a superação do que seria o “atraso do Brasil” na formação de uma nova “raça brasileira” com o sumiço dos negros no território nacional brasileiro.

O ideal da cor branca, em que se afirmava que quanto mais escura fosse a cor da pele, menos chances de ascensão social essa pessoa teria, interferiu não somente na construção da imagem de si, no processo da autoestima, mas também na construção da identidade social pautada nas representações hierarquizadas, na qual o branco é visto como superior ao preto, que dificultaram o engajamento nas lutas de políticas efetivas como afirma Ferreira (2002):

A população “de cor” encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca. Em decorrência, a construção de uma identidade positivamente afirmada, requisito necessário para as pessoas se engajarem em políticas efetivas voltadas para a melhoria de suas condições sociais, torna-se um processo dificultado (FERREIRA, 2002, p. 71).

¹³ A miscigenação foi um processo estruturado, planejado, instaurado e fortalecido pelas ideologias do embranquecimento para negros e índios, sendo difundida como forma de alienação de suas identidades. Para Maria André (2008), a eficácia da miscigenação se deu a partir de três formas de ação: **1:** A violência sexual praticada pelos senhores de escravos em mulheres negras e indígenas - Mulheres foram estupradas com o objetivo de clarear a população. **2:** Casamentos fora do religioso. **3:** A chegada dos imigrantes no país. Nossos governantes resolveram adotar uma política externa no regime colonial, que facilitava a vinda de imigrantes de todos os países do mundo para o Brasil, oferecendo a possibilidade de trabalho e moradia. Mas, a verdade é que, novamente, o objetivo era o clareamento.

Essa desconformidade com o processo identitário da população brasileira, ainda se perpetua, de acordo com o pensamento de Sueli Carneiro (2005), onde ela considera que...

O que poderia ser considerado histórias ou lembranças do período colonial, permanecem vivas no imaginário social e adquirem novas roupagens e funções em uma ordem social, supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor e a raça instituídas no período escravocrata (CARNEIRO, 2005, p. 1).

Moreno (2014), apresenta estudos partindo da ideia de que o sujeito vive em relação ao seu meio social, constituindo uma constante inter-relação com as demais pessoas do seu meio, ou seja, para existir o *eu*, é preciso que este se reconheça e conheça o outro. Assim sendo, a partir do modo de vida da sociedade patriarcal brasileira e da herança sócio cultural escravocrata, o processo de reconhecimento das mulheres pretas e seus corpos femininos, passaram a ser definidas e caracterizadas não somente pela cor de pele, mas pelo gênero. Corpos destinados à procriação, trabalho doméstico, cuidado familiar, manutenção da vida numa aura de servidão, doçura e passividade, e principalmente para a produção do prazer do outro. (WOOLF, 2012), para além dessas condições impostas a seu ser, não somente a mulher preta, mas a população negra no geral, ainda é submetida ao lugar marcado pela exclusão e inferiorização limitados por espaços geograficamente direcionados e (re)significados a partir de sua cor de pele, decifrados por Lelia Gonzalez...

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (LÉLIA GONZALES, 1982, p. 15)

Reconhecida a divisão racial existente em diversos âmbitos sociais, Sueli Carneiro (2011) ressalta que quando falamos de mulheres devemos saber de que mulheres estamos falando, pois elas não são representadas de uma única forma no contexto social brasileiro. As imagens e sentidos atribuídos à mulher preta na sociedade atual, estão relacionadas tanto às questões de raça, quanto a de gênero, mas fundamentalmente, nas relações que refletem posições de inferioridade em relação aos homens por conta do gênero e em relação às mulheres brancas, por conta da cor de pele.

Assim a identidade social das mulheres pretas e as representações sociais delas, se (re)constróem ao longo da história brasileira, transitando na relação entre a construção de papéis sociais vivenciados em torno de sua trajetória e dos valores (campo simbólico)

constituídos e constituidores dessas experiências vividas. O que implica elucidar que são valores que atrelam as questões étnico-raciais ao gênero, implicadas em contextos sociais específicos, na qual a mulher preta termina por edificar sua identidade social a partir de um ideal sociocultural que não lhe representa e que prioriza o branco como raça/cor pura conforme analisou os estudos de Munanga (1994).

[...] a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. (MUNANGA, p. 17)

Márcia Pinto (2014) reafirma esta análise ressaltando que a condição identitária de um povo está relacionada fundamentalmente aos aspectos social e político, construída como referência em torno da qual, o indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação, na dinâmica entre o Eu-Indivíduo, o Outro e o Meio social à sua volta, em que esse processo de construção identitária de acordo com Nilma Gomes (2005), é um processo gradativo a partir de um movimento envolvendo diversas variáveis com causas e efeitos, iniciando as primeiras relações em seu grupo social mais íntimo, a partir de contatos pessoais que se estabelecem permeados de sanções e afetividades onde são elaborados os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo.

Nesse processo relacional entre o eu-outro-social que se configura o processo simbólico de autoidentificação, a antropóloga Lélia Gonzalez (1988) a partir das ideias de Simone de Beauvoir, comenta que:

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais. (GONZALEZ, 1988, p. 2)

Assim, na medida em que se articula gênero, raça e meio social, estamos diante de uma categoria social “mulheres pretas” que fazem parte de grupos maiores – pretos e mulheres – mas que as desigualdades sociais e as violências de gênero possuem cor - a preta - historicamente representadas de forma negativa, transportando em seu corpo tanto herança da escravidão, quanto as marcas de gênero, que atribuem sentidos de ‘mulher fogosa’, ‘boa de cama’, ‘mulata’, criando-se assim, no senso comum a dupla negação de direito por ser mulher e preta. [...]”. (CUNHA, 2017, p. 3).

Submersas a esses contextos de representações negativas hierarquizadas na colonialidade existente no Brasil, muitas mulheres pretas enxergam sua imagem/reflexo como algo ruim que precisa ser mudado, logo, tentam se encaixar nos modelos padronizados de outras mulheres que não condizem com a sua realidade. Uma construção social, que nas palavras de Hall (2006, p. 75) “desaloja as identidades, em processos conflituosos de si para com os demais que provocam renúncias identitárias”, mediadas por uma desvinculação da identidade para com lugares, histórias, tempos e tradições específicas de uma sociedade, que confrontam a identidade do indivíduo apelando para uma possível ‘melhor escolha’ de identidade social.

Ressalta-se que a renúncia da identidade de um povo, ocorre a partir de estratégias de destruição de símbolos e significados que formam tais identidades, deixando-as à mercê das intervenções do mercado cultural (HALL, 2006), na qual a mulher preta é representada como inferior não somente aos homens, mas também em relação a mulher branca, onde para a preta é atribuída o sentido de sexualização do seu corpo, excluída da sociedade e da participação da esfera pública, enquanto que a mulher branca, é idealizada como esposa, mãe e mulher respeitável para se viver em sociedade. (SANTOS, 2007). Quanto a essa perspectiva discriminatória de gênero e cor relacionados a nupcialidade, os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos revelam que mais da metade da população feminina de pele preta vive no Brasil, em “celibato definitivo”, apontando que 52,52% das mulheres pretas não vivem em união estável. Este levantamento reitera os debates acerca dessa realidade onde os relacionamentos vividos por essas mulheres perpassam por relações de poder elevadas no que tange as características dadas ao indivíduo idealizado para formação familiar (PACHECO, 2013). Entretanto, esses dados refletem uma realidade antiga, pois desde 1988, já haviam dados relatados sobre a “solidão” da mulher negra quando Elza Berquó (1988) já apontava estes índices referentes a nupcialidade feminina negra. Segundo a autora:

[...] aos 30 anos, cerca de 30% dessas mulheres já se encontram sós. Aos 50 anos, 41% das negras não possuem um parceiro, enquanto que aos 60 anos esse valor atinge 71%. Em contraposição, somente 27% dos homens negros chegam sozinhos aos 60 anos” (BERQUÓ, 1988, p. 96-98).

Tais dados apontam que as mulheres pretas estão em desvantagem, também na corrida pelo matrimônio, em relação as mulheres brancas. Esse processo advém da historicidade da miscigenação, onde há uma assimetria por sexo e cor em que os homens se baseiam para buscar companheiras de pele mais clara, inclusive os homens pretos e pardos.

Diante desse cenário que as mulheres pretas vivem fundamentadas nas questões discriminatórias de gênero e cor de pele, ainda são representadas na literatura brasileira refletidas e atravessadas pelas telas da televisão como *Gabriela (1958)* de Jorge Amado ou *Jelu (1992)* de Gregório de Matos, erotizando-as e as objetificando enquanto “mulatas”, reforçando os estereótipos sexuais históricos elencados no corpo da mulher preta. Nesse sentido...

Ser mulher mulata ou parda é não ser preta [...] o gerenciamento da gradação da cor morena – cor de jambo, morena – cabo - verde moreninha acarreta num status diferenciado em relação às mulheres de cor preta, chamadas de “nego não” o que se remete a traços grossos a corpo cheio. O que sugere uma diferenciação entre ser preta e ser parda. (SANTOS, 2013, p.16).

Percebe-se assim, uma lógica perversa da não aceitação da cor, em nome de uma beleza padronizada que se distancia do tom de pele preto e tenta se aproximar a todo custo da cor de pele branca,¹⁴ massacrando a identidade da mulher preta que tenta se reconhecer no outro, buscando padrões de estética e de beleza considerados aceitáveis, como alisar os cabelos, utilizar produtos de clareamento de pele, etc. Ou ainda, de hiper sexualização do corpo feminino preto, que objetifica e subalterniza e reforça mitos racistas como da disponibilidade sexual, que historicamente justificou a violência sexual e a formação da miscigenação do Brasil.¹⁵

Assim, diferentemente dos padrões de beleza que fazem com que a mulher preta se distancie de seus traços “grossos”, a violência contra seu corpo e sua cor de pele se aproximam constantemente dessa sujeita...

Discutindo a violência sexual de forma ampla, além da questão do estupro e assédios, podemos ver que a mulher **negra (pretas e pardas)**”, (grifo nosso), ainda tem que enfrentar as questões da exploração sexual infantil e de adolescentes e o tráfico de mulheres, onde compõe o grupo de maior incidência. Isto tem forte relação às imagens de controle que envolvem essa mulher como objeto de consumo e exploração sexual, como também a ausência de políticas públicas de controle e responsabilidade midiática e da indústria do turismo, que deveriam trabalhar para a eliminação destes estereótipos, mas acabam por reforçá-los. (DOSSIÊ VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2015).

¹⁴ Para Sueli Carneiro (2002) e Malachias (2007), a “ditadura da beleza” impossibilita que essas sujeitas exerçam seus direitos enquanto cidadã, onde a estética do corpo de ‘cor’ se define como mais um elemento de desvalorização

¹⁵ Segundo dados do Dossiê Violência Contra as Mulheres (2015), se tem reflexão em torno da mulher preta sobre como a sua imagem – cor – “autoriza” a ação de violência em suas várias formas (DOSSIÊ VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES 2015, p. 5).

A partir dessa lógica, corrobora-se com a discussão de Nilma Gomes (2012) em relação a identidade da mulher preta, que se construiu simbolicamente definindo através da história papéis sociais, atravessando a estética corporal, requerendo o enfrentamento que afirmasse inclusive sua própria imagem, instituindo assim, o racismo institucional balizada por representações negativas como descrito pela autora...

O cuidado com a estética corporal para o negro também pode significar a reversão de uma imagem negativa construída socialmente sobre o seu grupo étnico-racial. Diante de uma inevitável incorporação de uma representação negativa de si mesmo, construída pelo outro e por uma condição histórica e social da desigualdade, o negro e a negra aprendem a manejá-la pelo avesso (GOMES, 2012, p. 141).

Para Suzana Kalckmann (2007, *et al* p. 146), o racismo institucional é o "fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica.". Pode ser detectado através de processos discriminatórios, comportamentos diferenciados que traduzem discriminação além da ignorância, negligência e estereotipação racista relacionado a aparência e cor de pele. Trabalhos com baixa remuneração, braçais, não qualificado, continuam sendo realizados pelas pessoas negras (pretos e pardos) não sendo diferente da época da escravidão, e as mulheres pretas se encontram nesse quadro depreciativo, que no imaginário coletivo, as associa as tarefas domésticas que na maioria dos casos, como apontam Ferreira & Camargo (2011, p. 383) ainda s reforça a ideologia de que o “negro nasceu para ser empregado”, onde Maria Silva (2009) descreve esse pensamento social a partir da herança histórica escravocrata...

Marcadas pelo estigma da escravidão, a elas permanecem destinados os trabalhos sem qualificação, trabalhos que dispensam inclusive a educação e a instrução, sobre elas pesam, além das diferenças de gênero, também as de raça. O que observamos é que com papéis sociais “naturalmente” definidos como adequados, os nexos explicativos da condição da mulher **preta** (*grifo nosso*), remete, primeiramente, à sua condição de escrava. Sobre elas recaem tanto as representações em relação ao uso de seu corpo enquanto objeto sexual como aquelas que o vêm adequado ao trabalho doméstico. (SILVA 2009, p.71).

Essa questão vai além do nosso século, carregando um viés histórico, marcadas por representações preconceituosos, que continuam inferiorizando as mulheres pretas e naturalizando as suas baixas condições econômicas,

Herança escravocrata. Escravidão modernizada. As antigas amas de leite e mucamas hoje são cozinheiras, governantas, lavadeiras, babás. E quando o corpo é negro, os indicadores retratam a agressividade do racismo: as mulheres pretas são a maioria na categoria, têm os piores salários, as condições de trabalho mais precárias e predominam como chefe de família. (MULHERES DA PERIFERIA, 2015).

Elas saíram das senzalas, mas foram para as bordas do país, periferias onde se concentram a maior população negra, segundo pesquisas do Portal Amazônia (IBGE, 2008) “[...] as mulheres da periferia, são majoritariamente pretas. Estão na beira da beira dos direitos, lá onde a dor passa do singular para o plural e a força particular encontra a coletiva”.(OLIVEIRA, 2018, p. 1)

A mulher preta da sociedade atual é a neta da lavadeira, a filha da doméstica, a menina que aprende desde cedo a se virar sozinha sem a presença do pai. Essas mulheres descendem de uma luta histórica e ancestral por liberdade, desde as senzalas até a atual escravidão moderna¹⁶ que em pleno século XXI necessita de combate às desigualdades de oportunidades perante o sexo, raça e classe. Que ainda precisa reconhecer a existência da exclusão social, do racismo e da falta de políticas públicas para combater a todo e qualquer tipo de violência e discriminação e principalmente a diminuição de representações e estatísticas negativas reveladas pelo tom de pele.

Destarte toda a discussão feita, a construção da identidade da mulher preta, estará ligada a valorização do seu sentimento de pertencimento desenvolvido a partir das diferentes condições que a ela impõe, sejam sociais, culturais, emocionais, físicas e principalmente étnicas, fazendo com que ela tenha possibilidades de buscar um lugar exclusivo neste mesmo espaço coletivo, se diferenciando de forma positiva e se identificando e autor reconhecendo como mulher preta e se tornando singular.

2.1 Mulher Preta Marajoara: na busca da identidade social à construção de nosso problema de pesquisa

Qual é a maior lição que uma mulher pode aprender? que desde o primeiro dia, ela sempre teve tudo o que precisa dentro de si mesma. Foi o mundo que a convenceu que ela não tinha.

Rupi Kaur

A forte presença das mulheres na história da Amazônia confunde-se com a intensidade das marcas do silêncio e das táticas por elas criadas para resistir, subverter e problematizar modos de ser e viver no regime patriarcal, enraizado e espreado, de diferentes formas com várias ressonâncias, por todo o território brasileiro. As experiências de transgressões femininas nesses cotidianos são diversas e paradoxais, indo de ditos, interditos, assim como

¹⁶ A pobreza estrutural pode motivar fluxos de migração de indivíduos vulneráveis. Neste contexto, o tráfico de pessoas e o trabalho escravo é uma triste realidade ainda presente nos dias atuais, caracterizando a escravidão moderna. (HARRES, 2013) Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35487>

usando outras linguagens para inscrever-se neste contínuo vivido com revelador vigor. (PACHECO, 2014, p. 1).

Construções sociais realizadas por processos de colonizações portuguesas sobre os nativos que ali viviam e dos pretos traficados da África, impondo sistemas de governo, fixando relações de poder hierarquizadas por meio da raça, etnia e gênero, nas quais, o branco português, explora os “negros da terra” e os “negros da África”,

Dentre as regiões para onde singraram esses filhos das Áfricas diaspóricas, a ilha e o arquipélago marajoara ganharam expressão por sua posição estratégica e potencialidade de suas terras para a criação e o plantio. Desta forma, espaços de fazendas de gado, engenhos de açúcar, roças de produção da farinha, matas de coletas de frutos nativos, tornaram-se palco de esforços, trabalho e vivências de negros da África que, juntamente com “negros da terra”, configuraram as faces da mão-de-obra duramente explorada ao longo dos séculos XVIII e XIX. (PACHECO, 2016, p. 26)

Nesse contexto, a historiografia da Amazônia marajoara se constrói, reconhecendo seus campos de presença negra escravizada e florestas com presença indígena, onde estes povos conceberam experiências e empreenderam na luta por sua existência física e cultural (PACHECO, 2016). Ainda para o autor, assim criou-se, as “Áfricas” na Amazônia Marajoara, influenciando nas identidades de homens e mulheres marajoaras, onde suas matrizes afro indígenas estão sendo reinventadas ao longo da história regional.

A partir de então, a cultura marajoara ganhou registros importantes através da literatura que se faz tão forte na região, marcada por poesias, biografias, canções populares e em especial pelos romances, tendo como um dos principais autores e mais conhecidos na região, Dalcídio Jurandir, onde este retrata a mulher marajoara em seus escritos (GABAY, 2009). Na obra de Dalcídio, ‘Chove nos Campos de Cachoeira’¹⁷, o autor retrata a imagem da mulher marajoara representada na personagem de Dona Amélia, “Ela, negra, neta de¹⁸escravos, trabalhava nos seringais em sua terra natal, mas em Cachoeira chegou como companheira do Major, com quem teve dois filhos: Alfredo e Mariinha” (HAGE, 2015, p. 1) que se ‘amasia’ a um homem branco de boa posição social para sobreviver às condições de miséria, que faz do relacionamento a única chance de ter boas condições de vida. Uma

¹⁷ A primeira edição de Chove nos campos de Cachoeira foi publicada em 1940, depois que o romance ganhou o prêmio “Dom Casmurro” oferecido pela Editora Vecchi. O prêmio e a publicação deste seu primeiro livro abriram caminho para que Dalcídio Jurandir se tornasse um dos mais importantes autores brasileiros do século XX, com uma obra que revela o universo urbano e provinciano de uma região afastada dos grandes centros, ao mesmo tempo em que toca naquelas questões universais do ser humano que permeiam toda boa literatura.

¹⁸ Termo utilizado por Dalcídio Jurandir ainda em sua obra “Chove nos Campos de Cachoeira (1941)” apresentando traços correspondentes a região amazônica marajoara, fazendo crítica à pobreza e ao subdesenvolvimento humano da população da época.

imagem simbólica, ainda vivenciada por muitas mulheres da região amazônica, mas principalmente as negras (pretas e pardas).

A obra apresenta as condições de vida de uma mulher pobre e negra antes e depois do casamento com um homem branco, mostrando na personagem de Dona Amélia o peso da discriminação sentido pela “mulher de cor” que ousa o enlace com o branco. Dalcídio ainda se aprofunda em revelar o preconceito diante da cor até mesmo das coadjuvantes da personagem de Dona Amélia na obra, onde estas absorvem a ideologia de raça branca como pura e superior onde as demais mulheres da sociedade criam ira não pelo casamento, mas sim pelo casamento de uma “mulher de cor” com um homem branco. (TUPIASSÚ, 2010/2011, p. 48).

Os registros encontrados não informam ao certo qual seria o tom de pele da personagem de D. Amélia (parda ou preta) caracterizando-a como negra (raça), todavia considerando as condições de preconceito e racismo da sociedade por ela vividos, entendemos que a mesma possuía traços fenotípicos bem próximos aos africanos que ali foram escravizados, visto que seria descendente deste povo, se acredita, portanto, que se reconhecia preta, como podemos ver nos comentários das filhas do major:

A característica negativa de D. Amélia, apontada pelas filhas, revoltadas pelo convite de casamento do pai, foi justamente sua cor: “Era uma pretinha. Se ainda fosse pessoa de qualidade..., mas uma pretinha de pé no chão! Quem logo! Seu pai estava de cabeça virada para uma negra.” (JURANDIR, 1997, p. 78)

E desta maneira, a literatura que embeleza a Amazônia marajoara também nos apresenta as condições das mulheres pretas da região da Ilha do Marajó, evidenciando as situações de discriminação vivenciadas por estas como resquícios da estrutura colonizadora que formou o país e sobretudo, as regiões que tiveram grande participação na escravização de povos africanos, trazendo na personagem de D. Amélia a condição duplamente fragilizada enquanto mulher e pobre, na região marajoara carregada com o estigma social inferior da cor, destinando-as à tríplice exclusão social: mulher, pobre e preta.

Ressalta-se que as dificuldades da região amazônica são muitas, mas quando tratamos de desigualdades sociais as aproximamos num mesmo eixo. As experiências vividas por mulheres da região amazônica marajoara, trazem à tona questões sociais, culturais e econômicas que refletem diretamente no sentimento de pertencimento, de identidade, e da relação com o lugar que faz parte da sua história. Se nos grandes centros urbanos a discussão relacionada a igualdade de gênero se fortalece constantemente, nas regiões de ilhas como o Marajó quase se não sabe de fato o que seria isso, visto que as condições que as mulheres

marajoaras vivem estão baseadas nas ideologias do patriarcado que fundamentam a posição social delas como mostrada na personagem de Dalcídio Jurandir.

O movimento feminista aqui caracterizado marajoara diante de suas especificidades, garantiu o envolvimento feminino em causas oriundas de seu lugar de origem. No caso do Marajó, o sindicalismo e o reconhecimento delas como trabalhadoras rurais deram direito à posse de terras, à licença maternidade, créditos de Programas rurais e direitos previdenciários, conferindo-lhes a independência financeira. (HERRERO, 2016). Atualmente, a luta mais urgente das mulheres marajoaras é o combate à violência. Ainda faltam políticas públicas que orientem e protejam coibindo as diversas formas de violência, mesmo em alguns municípios do arquipélago possuindo Delegacias da Mulher (DEAM), a cultura do patriarcado ainda fortalece as práticas de poder da masculinidade. A revista *Época* trouxe em 2015 intitulado “O que querem as mulheres da Ilha do Marajó?” por Thaís Herrero, onde uma das entrevistadas, Dona Raimunda, anuncia que as mulheres marajoaras precisam ser empoderadas sobre seus direitos. E isso não é apenas dizer que elas podem trabalhar, exatamente porque muitas já atuam nos campos em atividades produtivas, onde também se tem a divisão das atividades pelo gênero, como por exemplo na pesca onde as mulheres são responsáveis por separar os mariscos, considerando que é uma atividade onde se requer mais cuidado.

Elas estão em todo lugar, principalmente no que rege a região marajoara em seus saberes tradicionais e em atividades representadas simbolicamente com a mulher na relação com a natureza e com o místico. Onde estes saberes tradicionais são passados de mulher para mulher (avó, mãe, tia etc.).

As benzedoras têm uma longa história na região. Já no período colonial, a prática de benzer, curar e partejar era exercida por mulheres que tratavam principalmente de outras mulheres, em um mundo onde os médicos eram raríssimos. Suspeitas ou acusadas de curandeirismo e magia, essas mulheres sofriam perseguição tanto pelos inquisidores do Santo Ofício da igreja católica, como pelas autoridades civis[...] Tal perseguição era injusta, uma vez que, para ajudar os outros, apesar das suas limitações materiais, elas se utilizavam sim de refinados conhecimentos de medicina relativos à ortopedia, ginecologia e psicologia, entre outros (SOUSA; FREITAS, 2011, 18).

São mulheres com poucos anos de estudos, algumas mais idosas e que aprenderam seus saberes na prática com a mãe ou a avó, que por sua vez receberam de uma mulher mais velha. Possuem papel importante para a família que necessita de seus serviços justamente pela prática desse cuidado, além de que na maioria das vezes conhecem remédios, orações e rezas e outros segredos de cura. (PICANÇO, 2016) fazendo parte da construção da realidade amazônica marajoara no contexto dos saberes tradicionais da região.

Contudo, podemos dizer que esta realidade vem mudando nos campos da Região do Marajó, quando vagarosamente, as mulheres marajoaras, estão conseguindo se emancipar em outros espaços de atuação, obtendo conhecimento acerca de seus direitos e novas formas de insurgências femininas, seja pela educação ou por seus “dons”, tendo como exemplo grandes nomes femininos marajoaras que fizeram das suas histórias, bandeiras de lutas para as gerações futuras, dentre as quais se destacam:

Zélia Amador de Deus: Marajoara, filha de empregada doméstica, formada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela UFPA em 1978, é reconhecida por sua luta em defesa dos direitos e de políticas afirmativas para negros, mulheres e populações tradicionais, assim como pela atuação na área cultural e nas artes, principalmente no teatro e na literatura, sendo a primeira professora emérita negra da universidade Federal do Pará e uma das fundadoras do CEDENPA¹⁹.

Edel Moraes: Marajoara, filha de extrativistas, atua como ativista pelo reconhecimento da mulher, pelos seus muitos companheiros e companheiras extrativistas, pela sustentabilidade do planeta, pela diminuição e aceitação das diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos, rurais e urbanos, pelos povos da floresta muitas outras.

Zeneida Lima: Marajoara, pajé. Sofreu preconceitos pelo dom e por ser mulher nesse mundo místico. Exerce no Município de Soure no Marajó projetos educativos em sua Fundação Caruanas do Marajó, onde atende mais de 240 crianças com atividades dedicadas a comunidades extremamente carentes, onde são repassados os valores histórico-culturais do Marajó na intenção de ensiná-los a amar a natureza e não deixar morrer a memória da pajelança.

Dessa forma, estudar as Representações Sociais das mulheres pretas marajoaras a partir do Feminismo como fenômeno nos dá a possibilidade de construir um campo teórico embasado em suas experiências e vivências abordadas epistemologicamente em uma realidade embutida no contexto amazônico marajoara.

2.2 O Feminismo: protagonização da mulher preta

As mulheres negras são fortes porque o Estado é omissivo, porque precisam enfrentar uma realidade de violência. Para ela,

¹⁹ O Cedenpa é uma Entidade sem fins lucrativos, sem vínculos políticos-partidários, fundada em 10 de agosto de 1980 e legalizado em 27 de abril de 1982, que, a partir do Estado do Pará, vem contribuindo no processo de superação do racismo, preconceito e discriminação, que produzem a desigualdades sócio-raciais, de gênero e outras, prejudicando, sobretudo, a população negra e indígena, em todos os aspectos da sociedade brasileira.

internalizar essa guerreira que tanto se romantizou é só mais uma das formas de morrer

Djamila Ribeiro

Registrado como movimento plural dentro de um campo de lutas particulares (PINTO & BARREIRA, 2003), o feminismo passa pela dificuldade de ser narrado diante das várias visões do lugar da mulher na sociedade, marcadas por formas de dominação em sua grande maioria. Podemos defini-lo considerando o pensamento de Silva (2018), como um movimento político que reivindica a libertação da mulher de todos os padrões e expectativas de comportamento baseadas na discriminação de gênero.

A partir de então o Feminismo se constitui em três conjuntos de lutas, conhecidos como ondas feministas, com propósitos distintos, porém que se entrelaçam com o passar dos anos, primeiramente pelos direitos civis e questões relacionadas à sexualidade e reprodução feminina, numa segunda onda, caracterizou-se pela mídia e a disposição da imprensa feminina como forma de manifestação alternativa contra as condições trabalhistas e salariais. E no terceiro momento, aparecem as “diferenças”, onde se contextualizam as condições de gênero afetadas às condições sociais, raciais e étnicas.

No Brasil o movimento feminista ganha forças a partir dos anos 60 na segunda onda com dois períodos importantes de mobilizações: as primeiras, na segunda metade do século XIX quando jornais editados por mulheres começam a reivindicar o acesso feminino à educação e à instrução. Num segundo momento, na primeira metade do século XX, no movimento liderado por Bertha Luz em torno de direitos civis como o direito de votar - que vai ser conquistado apenas em 1932- e logo depois pelos movimentos que discutem as condições da vida familiar das mulheres e nas condições de inferioridade e subalternidade trabalhista denunciando as opressões do trabalho doméstico e assalariado tendo à frente mulheres como Maria Lacerda de Moura. (CPDOC-FGV, 2009).

As maiores bandeiras de lutas trazidas pelo movimento de modo geral são marcadas na relação de gênero dentro das sociedades: violência contra a mulher, a diferença salarial entre gêneros, a pouca inserção feminina na política, casos de assédio, preconceito e discriminação por conta do gênero, necessidade de atenção à saúde e acesso à informação entre muitos outros que são dedicados às lutas para que se consiga a tão sonhada igualdade de gênero. (POLITIZE, 2016)

[...]propõe o enfrentamento das relações de poder baseadas no gênero e subordinação das mulheres pelos homens em que há disseminação da ideia de que as mulheres são sujeitas inferiores na sociedade. Como decorrência, o feminismo denuncia as diferenciações injustas entre homens e mulheres,

assumindo essas o protagonismo diante da exploração e opressão sexistas pela luta contra o patriarcado expressão do domínio masculino Assim, desde o final do século XIX, a contestação da injustiça vivida pelas mulheres tem ensejado variadas demandas, desde a busca de oportunidades em igualdade com os homens, passando pelo reconhecimento de direitos reprodutivos e questões de gênero e sexualidade.(RIOS & SILVA, 2015, p. 3)

Porém, para além do gênero, enquanto as mulheres brancas estavam a lutar por igualdade aos homens nos vários âmbitos sociais, as mulheres pretas lutavam pelos direitos básicos que àquelas já possuíam. Dessa maneira, surgem várias vertentes na intenção de tratar pautas específicas de cada grupo de mulheres, visto que uma mulher preta possui necessidades diferentes de uma mulher branca. Nessa perspectiva, surge o Feminismo Negro, advindo historicamente nos anos 80, juntamente ao Movimento de Mulheres Negras (MMN), partindo da percepção de que as mulheres pretas possuem problemas para além do gênero, porque sofrem opressões dupla: por ser mulher e pertencer a raça negra. (POLITIZE, 2019).

Suas principais lutas se pautavam nas condições das mulheres negras na sociedade e o combate à discriminação, racismo e preconceito de raça e gênero, além de defender a cultura e a história desse povo marcado pela herança da escravidão. Contudo, segundo Conceição Evaristo (2016) a mulher preta tem muitas formas de estar no mundo (todos têm), mas principalmente elas, possuem um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, diante das estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos traduzindo histórias de dor. Esses cenários são constituídos principalmente pelo meio social a que esta mulher pertence, condições socioeconômicas e educacionais, que interferem diretamente nas circunstâncias de exclusão que elas sofrem.

Nesta lógica de raciocínio quando se estuda as mulheres pretas na região amazônica marajoara, para além da representatividade do Feminismo Negro, necessita-se considerar demais condições detentoras de problemas sociais nesse contexto e pensa-las também considerando o debate do Feminismo Interseccional, na medida em que este estuda segundo Djamilia Ribeiro (2002) as diferentes demandas de grupos diversos.

Kimberlé Crenshaw (1989), explica que o a dimensão interseccional do feminismo perpassa pela visão de que as mulheres sofrem opressão em contextos diferentes e em variados graus de intensidade, como por exemplo, os padrões culturais que são influenciados e estão interligados às Interseccionalidades da sociedade, tentando localizar as mulheres negras a partir da ideia de sua relação com uma marginalização estrutural, na tentativa de preencher as lacunas acadêmicas sobre o encarceramento negro e tipos de violências contra as mulheres pretas a partir do uso da subordinação interseccional.

Isto posto, estudar o feminismo da mulher preta demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras (AKOTIRENE, 2019, p. 35) e quando se trata da mulher preta marajoara, consideram-se para além de suas condições biológicas, raciais, sociais, as condições territoriais históricas, que instrui a todas as mulheres pretas, a partir de um passado histórico recente, para as lutas presentes e futuras, sabendo seu lugar de fala e da capacidade autônoma de decidir por si enquanto mulher sobrevivente destas condições, num exercício de contribuição para que o preconceito, o racismo e todas as suas formas de comportamentos, insanos e criminosos direcionadas a esta mulher, marcada principalmente por sua cor, sejam erradicadas.

Fazer a mulher preta presente, em todos os locais e posições é necessário a partir do momento que essa ação impulsiona a diversidade de gênero e de tom de pele nos papéis da sociedade, abrindo campos de discussão para temas relacionados às variadas esferas das lutas das mulheres pelos direitos humanos enquanto cidadã, do fortalecimento das noções de cidadania e ainda, explorar o protagonismo a partir da visão do lugar que pertence, levando em conta todas as suas adversidades.

Então, superar todas as limitações impostas socialmente vai muito além do que uma forma de se auto reconhecer e controlar de sua própria vida, mas se identificar racialmente e se posicionar diante de diferentes significados elucidados a partir da presença feminina e sua força de imposição na sociedade, como coloca Silva (2011):

O protagonismo, mais do que nunca, está na capacidade de manifestar o pensamento de forma cuidadosa e inteligente, sem deixar de fora os princípios éticos. Sabemos que a mulher não é um ser superior e nem mais importante do que o homem, mas alguém que revela capacidade de inclusão a partir de sua própria presença feminina. (SILVA, 2011, p. 1).

Destarte que a mulher preta ainda combate o silêncio que lhe foi imposto desde a escravidão, porém, apoiadas em um pertencimento identitário, as pretas rompem com o preconceito racial que se perpetua através das limitações impostas socialmente justificadas primeiramente por seu gênero e tão logo por sua cor de pele e depois por todas as demais características sociais que esta mulher possui, onde ela reivindica seu espaço na sociedade buscando a revisão de seus direitos enquanto mulher e preta.

O poema “*Ainda assim eu me levanto*” de Maya Angelou²⁰a seguir, retrata a força, independência e o poder sobre seu corpo e suas decisões atravessadas pela herança dos seus antepassados que a mulher preta construiu como combate à opressão social, revela assim como na vida real, que o protagonismo feminino da mulher preta, está principalmente em sua luta não só como mulher, mas como um indivíduo que para além de seu gênero, possui demais atributos que revelam uma historicidade única, mas que se torna eixo norteador de vida, conduzindo o estado de sobrevivência dessa mulher em sociedade,

Maya Angelou - *Ainda assim eu me levanto* (1978)

Fonte: Geledés, 2018

*Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

*Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.*

*Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.*

*Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?*

*Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.*

*Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.*

*Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta*

²⁰ Maya Angelou, figura extraordinária das letras norte-americanas, foi porta-voz dos anseios e da revolta dos negros. Amiga de Martin Luther King e de Malcolm X, a vida inteira dedicou-se à militância pelos direitos civis de seu povo. Nascido em Saint Louis – Missouri, partindo de uma infância miserável e cheia de tropeços no Sul profundo, educou-se para consagrar-se a duas causas: a seu povo e à poesia. Viajou pelo país fazendo campanhas onde fosse necessário; posteriormente percorreria também a África, sempre denunciando a injustiça. Artista polivalente, fez teatro, cinema, televisão e dança. Autora de livros de memórias e assessora de presidentes, soube empunhar a poesia como arma de luta pela emancipação. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>

*Por que eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?*

*Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto*

*De um passado enraizado na dor
Eu me levanto*

*Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.*

*Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto*

*Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto*

*Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.*

E assim, eu me levanto

Eu me levanto

Eu me levanto.

Considerado hino de guerra resistente à opressão sofrida pelos negros de modo geral, também apresenta em suas linhas a representação da mulher preta, lutando contra sua submissão, resistindo as condições de discriminação ainda vividas, em estrofes como “*Minha presença o incomoda?*” apresentando aqui como a mulher preta ainda é excluída de diversos espaços da sociedade e quando consegue se fazer presente, ainda assim incomoda seus diferentes. Noutro trecho: “*Você não queria me ver quebrada? Cabeça curvada e olhos para o chão? Ombros caídos como as lágrimas, Minh’alma enfraquecida pela solidão?*” mostra como a sociedade posiciona esta mulher a partir de relações de poder trazidos do período escravocrata, em que ela se nega a aceitar satisfazer as condições as quais ainda querem submetê-la, além das repetidas vezes que ela afirma “*ainda assim eu me levanto!*”.

Uma realidade contada em versos poéticos que a discriminação contra as mulheres pretas não foi totalmente desarmada, mas, contudo, elas não sujeitas passivas, lutam resistem e estão conseguindo ocupar mais espaços na sociedade. Não porque os homens se tornaram menos machistas e mais tolerantes, mas porque, justamente graças ao conhecimento adquirido e por muitas resistências de seu povo, elas demonstram competências e capacidades que lhes “arrombam” as portas antigamente fechadas.

2.3 Mulheres pretas face à universidade

O Racismo como uma das estruturas que a sociedade brasileira construiu, refletiu diretamente nas desigualdades educacionais, estando intimamente ligadas às questões étnico raciais que se desenvolvem no Ensino Superior nas Instituições das cinco regiões do país. No

que diz respeito à região Norte, esta sofre com as disparidades educacionais desde 1970²¹, com altas taxas de analfabetismo, refletindo assim nas baixas taxas de matrículas no ensino superior, representando apenas 8,2% do total de estudantes do ensino superior em 2018 no Brasil.

Segundo o Instituto Semesp (2020), estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem mais matrículas do que todas as 20 mesorregiões e 450 municípios dos sete estados do Norte juntos, e nessa região, os estados do Pará e Amazonas, são os que mais se destacam em número de matrículas da população jovem negra, entre mulheres e homens. De acordo com Ferreira & Camargo (2011), a escola, assim como a Universidade, são lugares fundamentais na construção da identidade de um indivíduo desde a sua infância. Mas infelizmente, elas são também locais onde são desenvolvidas e alimentadas as atitudes de preconceito e discriminação, refletindo nos processos sociais da sociedade em que esse indivíduo vive até a sua fase adulta quando se pretende cursar o nível superior.

Ancora-se nessa afirmativa, a análise de Torchio Jr. (2001), quando enfatiza que as dificuldades escolares, advém desde a formação básica refletindo no acesso à educação superior que se condiciona as perspectivas de gênero e cor (raça), onde resulta a evasão escolar e logo adiante, reflete em situações de desvantagem no mercado de trabalho e em disputas de bons empregos e salários. Além de que para as mulheres pretas as condições negadas pelo racismo institucional nas Universidades acabam por evidenciar as situações já vividas na sociedade, reforçando as ações de discriminação, preconceito e exclusão por conta do gênero e da cor de pele.

No cenário brasileiro, as universidades públicas intensificam os debates acerca das desigualdades educacionais relacionadas à cor/raça, a partir da adoção do sistema de cotas (PONTES, 2020). A cota racial está enquadrada como subcota das cotas sociais regulamentadas pela lei nº 12.711/2012, que buscam a igualdade racial na educação superior. À vista dessa historicidade basilar na construção do país, grande parte desse contraste educacional condiz com a desigualdade socioeconômica do Brasil que desfavorece sobretudo a população negra (pretos e pardos), que de acordo com o IBGE (2018), os estudos sobre a condição de vida dos brasileiros, apresentam indicadores que:

²¹ Quando se trata da relação entre renda e educação, o mais comum é atribuir-se a desigualdade de renda à desigualdade educacional. O debate é antigo. No Brasil, ele ganhou destaque no início da década de 1970. Embora a desigualdade não seja um único determinante, há a evidência empírica de que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira. (FERREIRA, *In*: HENRIQUES, 2000, p. 155).

[...]apontam para a existência de maior vulnerabilidade de renda, moradia e saneamento das populações que residem nos estados das **Regiões Norte e Nordeste** (grifo nosso) do País. Da mesma forma, há maior vulnerabilidade no mercado de trabalho destas regiões, com elevada participação de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho. Estas desigualdades também são observadas quando as desagregações levam em consideração as características da população, **sendo mais vulneráveis as mulheres, a população de cor preta ou parda**, (grifo nosso) crianças e, em alguns casos, os idosos; população que vive nas áreas rurais também apresentam maiores níveis de vulnerabilidade nos indicadores produzidos, assim como os **arranjos domiciliares formados por mulheres sem cônjuge e com filhos**. (IBGE, 2018 grifo nosso).

Esses dados explicam, principalmente a condição das mulheres pretas das regiões Norte e Nordeste quando se leva em conta sua preparação e oportunidades na área profissional em condições advindas da baixa escolaridade em sua grande maioria, e assim, ocupam-se em tarefas no mercado que exigem menor grau de escolaridade, como no caso da função de empregadas domésticas. Indicando que tanto o gênero quanto a cor de pele limitam as posições que essa mulher possa vir a ter, como percebemos na pesquisa do Informe Brasil – Gênero e Educação (AÇÃO EDUCATIVA, 2013), que liga a questão do gênero a outros grandes desafios:

[...] as desigualdades persistentes entre as mulheres brasileiras, o avanço nos indicadores de acesso e desempenho é marcado pelas desigualdades entre mulheres de acordo com a **renda, raça e etnia e local de moradia (rural e urbano)**, com destaque para a situação das mulheres negras e indígenas; a situação de pior desempenho e de maiores obstáculos para permanência na escola por parte dos meninos brasileiros, em especial, dos meninos negros; a manutenção de uma educação sexista, homofóbica/lesbofobia/transfóbica, racista e discriminatória no ambiente escolar; a concentração das mulheres em cursos e carreiras ditas feminina, com menor valorização profissional e limitado reconhecimento social; a baixa valorização das profissionais de educação básica, que representam quase 90% do total dos profissionais de educação, que – em sua gigantesca maioria – recebem salários indignos e exercem a profissão em precárias condições de trabalho; o acesso desigual à educação infantil de qualidades. (AÇÃO EDUCATIVA, CARREIRA, 2013 grifo nosso)

Diante disto, quase que totalmente qualquer oportunidade que as mulheres pretas possam vir a ter, centralizam-se nos afazeres domésticos e em empregos considerados de baixa capacidade intelectual e com salários insuficientes a uma sobrevivência digna, reforçando o entendimento de Castells (2002), acerca da condição feminina em que estava restrita ao trabalho do lar e cuidados com a família. Todavia, nos últimos anos ela passa a ser provedora do lar, na posição de contribuinte com renda familiar própria, mas muitas vezes

como provedora principal, tendo sua renda financeira como única e fundamental fonte de subsistência das famílias brasileiras, principalmente quando se trata das camadas menos favorecidas economicamente no país. Elas acumulam dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças quando as têm, e de prover o sustento material de seus dependentes, como apontam Brito (1998):

Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. [...] (BRITO, 1998, p. 1).

Condições sociais que trazem a mulher numa nova estrutura familiar que se torna desafiante sobretudo, quando a questão étnico racial é mais um fator a se considerar, quando esta mulher almeja seu sucesso profissional e acadêmico ao mesmo tempo em que se torna responsável pela renda familiar e pela educação dos filhos e cuidado com a família, concomitantemente. (FLECK; WAGNER, 2003). É nesse contexto que a vida da mulher preta se encontra muitas vezes numa problemática que acaba por refletir em seu desenvolvimento educacional, especialmente conseguir conquistar o nível superior e dar continuidade aos estudos, visto que fontes do IBGE (2019), apresentam que somente 10% das mulheres pretas conseguem concluir o nível superior, sendo o percentual de concluintes brancas 2,3 vezes maior (23.5%). Esse quadro só piora quando relacionamos ainda a região de origem, pois como já sabemos, as regiões Norte e Nordeste são as que possuem maior população negra (pretos e pardos) na situação de vulnerabilidade social e econômica e as mulheres pretas estão no topo desse grupo, (IBGE, 2018), refletindo no quantitativo de ingresso e permanência destas na Universidade.

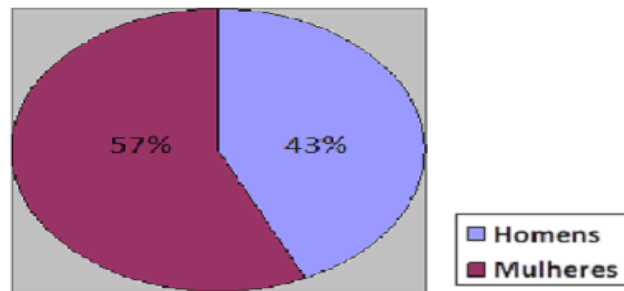
Para compreender estes dados, deve-se olhar para como se deu a construção do país e quais as oportunidades que foram e são dadas a esta mulher, quando ela está exposta às formas de exclusão implicadas por seu gênero e sua cor de pele, considerando que as condições e oportunidades negadas pelo racismo institucional nas Universidades acabam por evidenciar situações já vividas em sociedade reforçando as ações de discriminação, preconceito e exclusão por conta destas duas condições de existência: mulher e preta.

Assim sendo, a partir da Universidade, a mulher preta tem a oportunidade de refazer a sua identidade profissional por meio das manifestações feministas que a influenciam no reconhecimento não só de seus anseios, mas também de sua identidade como sujeita de direitos, pois partindo da sua real inserção no mercado de trabalho e das conquistas advindas das lutas feministas relacionadas não somente a seu gênero mas atravessadas pela sua cor de

pele, o direito à educação foi um dos principais pilares para repensar e reelaborar a sua posição na sociedade enquanto mulher preta.

Perante esse novo contexto de inserção educacional feminino e de direito à educação superior, conquistado pelas mulheres de modo geral, percebemos a sua maior presença nas Universidades segundo o Inep (2019), revelando que a desigualdade de gênero no ensino superior tem sido superada com o passar dos anos levando em conta a independência feminina e o interesse maior pela educação, como podemos visualizar no Gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Matrículas no Ensino Superior por Gênero



Fonte: Inep/MEC, 2019 (Adaptado pela autora, 2021)

No entanto, quando analisados os dados associados a etnia / raça, os números se alteram descortinando as desigualdades raciais e elucidando as questões do racismo institucional nas universidades, como podemos ver no gráfico 02:

Gráfico 02 – Percentual de declarações relativas às variáveis Cor/Raça do aluno (em relação à matrícula) – Brasil - 2018



Fonte: Censo da Educação Superior, 2019

Entretanto, ressalta-se que estes dados são relativos a todos os gêneros, nos trazendo a necessidade de analisar o gênero direcionado aos dados de cor/raça, pois embora as mulheres apresentem índices maiores do que os homens em matrículas e a diversidade étnica na

universidade esteja presente, mesmo que em porcentagens bastante distintas, deve ser vista a mulher preta enquanto universitária e como essa educação de nível superior ainda é desigual para ela.

De acordo com dados do IBGE (2021), os indicadores mostram que em 2019, as mulheres negras (pretas e pardas) entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase que 50% menor que os números registrados em relação às mulheres brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). Não bastando as problemáticas relacionadas ao gênero, a cor /raça determina inclusive as áreas educacionais que estas mulheres estarão presentes dentro da Universidade, impondo barreiras inclusive nas áreas de exatas e tecnologia.

Por influência de toda discussão traçada até aqui sobre sujeitas Mulheres pretas e como estas se tornam protagonistas de sua própria história, essa pesquisa apresenta sua base teórica metodológica ancorada nas Representações Sociais onde contextualiza a mulher a partir de seu gênero aliado à sua cor /raça, evidenciando suas experiências e vivências fundamentadas na (re)construção de suas representações sociais para a construção de uma identidade individual e coletiva.

3 CONTEXTUALIZANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO CAMPO TEÓRICO METODOLÓGICO

Esta pesquisa bibliográfica e de campo, caracteriza-se pela abordagem qualitativa a partir do entendimento de que estas trazem contribuições fundamentais para a pesquisa social, tendo em vista sua natureza investigativa e descritiva, com ênfase nos processos e nos significados dos fatos para os atores envolvidos. Trata-se de uma modalidade de pesquisa que responde a questões muito particulares, tanto individual quanto coletivamente. Segundo Maria Minayo (2008) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis matemáticas.

Para Thomas (1970), a pesquisa qualitativa pode potencializar aos pesquisadores descobrirem como os seres humanos definem as situações nas quais se encontram, a compreenderem os fenômenos complexos, os fatos e processos particulares e específicos de grupos e, como esses, passam a influenciar esses grupos (MINAYO & SANCHES, 1993).

Desta maneira, esta pesquisa situa-se na abordagem qualitativa que trata dessa relação entre o social e os processos de significação, mais especificamente ao campo teórico e metodológico das Representações Sociais (RS's) por permitir organizar o mundo objetivo e subjetivo e articular aspectos das ciências sociais das ciências humanas, ou seja, estudar os processos psicossociais.

Com base no entendimento de pesquisa qualitativa, a definição de Representações Sociais (RS 's) é complexa já que possui muitos contornos em sua composição. Todavia, pode ser definida de forma geral baseando – se em Serge Moscovici (1961, 1977, 1978, 1995, 1999, 2001, 2004), considerado o maior estudioso na área da psicologia social, entendendo que as RS's são:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no desenrolar das comunicações interpessoais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podendo também, serem vistas como versão contemporânea do senso comum (SÁ, 1996).

Por conseguinte, segundo Charlot (2000, p. 83), “as representações sociais aparecem como ‘sistemas de interpretações’ ancoradas em uma **rede de significados** [...] (grifo nosso). Já para Denise Jodelet (2001), as representações sociais são uma forma de ligação entre o sujeito e o que ele representa, é fazer a representação de algo, ou dar presença a algo que se está ausente. Corroborando este pensamento, Moreira (2015) considera que:

As Representações Sociais correspondem ao ordenamento do imaginário em imagens, que condensam significados e constroem sistemas de referência, que permitem interpretar e classificar essas construções. Parte-se do fato de que as pessoas não constroem seus pensamentos de forma isolada, mas que se influenciam umas às outras na base das verificações coletivamente compartilhadas e referidas aos objetos que conformam sua realidade. (MOREIRA *et al*, 2015, p. 1158)

Portanto, as RS's não são uma cópia nem reflexo, e nem tampouco uma fotografia da realidade: são traduções, versões,

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado. [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como opiniões sobre nem imagens de, mas como teorias, como ciências coletivas *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade. (MOSCOVICI, 1961)

Destarte que as RS's são alvo de críticas por não permitirem amarrações em sua metodologia, e por isso possui diversos enunciados em sua conceituação. A definição mais

consensual é a de Denise Jodelet (2001) quando afirma que as RS's são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, possuindo praticidade em seu objetivo, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

A fluidez conceitual é apresentada como proposital por Moscovici (1961) para que as RS's sejam desenvolvidas com criatividade pelos pesquisadores na medida em que o interesse maior é a descoberta, não a verificação e comprovação. Dentre as diferentes abordagens Denise Jodelet (2003) descreve que as RS's devem ser trabalhadas articulando três elementos: afetivos, mentais e sociais integrando as relações sociais que afetam os indivíduos de um determinado grupo. É neste processo de relação entre os indivíduos e o social que o pesquisador encontra os elementos para responder a três perguntas fundamentais: Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito? Assim sendo, as RS's, são definidas como ideias, valores e práticas circulando nas mais variadas formas possíveis de interação social.

Nessa direção as RS's são:

- a) elaboradas na forma de compreensão de significados de diferentes aspectos das experiências de indivíduos de um grupo comum;
- b) estão diretamente ligadas ao senso comum;
- c) expressam visões de mundo que orientam o modo de agir de mulheres e homens em seu cotidiano.

Portanto, são formas de conhecimento que colaboram para a construção das identidades sociais individuais e também coletivas. Assim, considera-se que na medida que este indivíduo convive em diferentes grupos, identificando aquilo que é comum e, ao mesmo tempo, ao que é incomum ao grupo, a sua identidade social se constrói, influenciada pelas variáveis inter-relacionais que influenciam em seu processo de identificação enquanto sujeito social. (PERDIGÃO, 2019).

Para Moscovici (2007) as representações devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar aquilo que já sabemos. Elas ocupam uma posição, em algum ponto, entre conceitos que têm como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordens e percepções que o reproduzam de forma significativa.

Á vista disso, esta pesquisa se fundamenta dentro do campo das Representações Sociais articuladas a Identidade Social, com o intuito de responder nossos questionamentos aqui apresentados e atender aos objetivos deste estudo, de forma geral: Analisar as representações das mulheres pretas universitárias marajoaras sobre o Feminismo e as implicações no seu autorreconhecimento como mulher preta. E especificamente: diagnosticar

os sentidos e significados sobre ser mulher preta marajoara; identificar que representações as mulheres pretas marajoaras têm quanto a sua condição universitária e como essas representações sociais influenciam no processo de construção de identidade social

Considera-se aqui, o interesse pela temática balizado no processo de respostas aos questionamentos propostos para essa pesquisa apresentados em nossa introdução (vide p. 27) Tais questionamentos estão relacionados com as questões internas e subjetivas das nossas sujeitas da pesquisa, o que implica em articular os processos de representações da realidade ao de autorreconhecimento do indivíduo e de construção da identidade social das mulheres pretas do Marajó. Assim sendo, ressalta-se que este estudo parte da compreensão da Identidade Social como uma construção em constante movimento, pautada na relação entre semelhanças e diferenças, que nos mobiliza a responder aos tipos de cognições que apoiam os sentimentos que traçam essa construção.

Neste sentido, a noção de identidade social, expressa o resultado das interações entre as pessoas, os outros e a sociedade. Isso acarreta dizer que a consciência social que a pessoa alcança de si mesma, como construção representativa do eu em sua relação com os outros e a sociedade, é uma atualização, em nível individual, de certo número de componentes sociais. (SEIDMANN *et al.*, 2012, p.45-46).

Ao assumir a ideia do processo relacional (eu-outro-sociedade), afirma-se a ideia de que existem estruturas cognitivas, que se estabelecem antes do sentimento de pertença. Estas estruturas cognitivas são relativas e estipuladas nas diferenças e semelhanças em relação ao outro, sobretudo como resultado de um processamento de informação, ou seja, de um processo intersubjetivo, no qual a representação social se configura como expressão das identidades, uma interdependência simbólica Eu/Outro em termos de processos psicossociais...

[...] a noção de si mesmo está indissolivelmente ligada ao reconhecimento do outro. O outro me reconhece e me constitui como pessoa, brindando-me sua mirada que me personifica e me permite ver o mundo tal como o veem os demais... os significados mais importantes de meu mundo social e cuja presença me permitirá orientar-me e me desenvolver no mundo. (SEIDMANN *et al.*, 2012, p. 49)

Nesta perspectiva uma das funções das representações sociais é a manutenção da identidade e isso se dá pela influência da cultura dos grupos de pertinência que oferecem possibilidades simbólicas de construção identitária, provendo significados sociais que veiculam a concretização de práticas sociais.

No construto teórico de Moscovici (2007) as construções identitárias se fazem através de processos simbólicos promovendo significações sociais. Estes mesmos processos são também utilizados na elaboração de representações sociais de sujeitos e grupos, no entanto com outra finalidade que não é aquela de simples caracterização, mas sim, a de classificar dentro de um sistema de crença e valores. Classificar algo significa que se confia a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é permitido em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe. Quando se classifica uma mulher como dona do lar ou fogosa e perigosa, esta se confina em um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos. E se ela atinge o conhecimento dessa definição, há uma interferência ao ponto de influenciá-la, pelo fato dessa formulação social de padrões específicos relacionados a expectativas do outro.

Ressalta-se que a principal força de uma classificação, o que a torna tão fácil de suportar, é o fato de ela proporcionar um modelo ou protótipo apropriado para representar a classe, seria uma espécie de amostra de fotos de todas as pessoas que supostamente pertençam a ela. Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. (MOSCOVICI, 2009, p.63). Então caracteriza-se e classifica-se com a intenção de:

Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas outra coisa é completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso. Pois, nesse caso, nós simplesmente não registramos o que tipifica um parisiense, uma pessoa “respeitável”, uma mãe, um Complexo de Édipo, etc., mas essa consciência é usada também como um critério para avaliar o que é incomum, anormal e assim por diante. Ou, em outras palavras, o que não é familiar. (MOSCOVICI, 2009, p.55)

Nesse pensamento, Seidman (2012) aponta que uma das funções das representações sociais é a manutenção da identidade e isso se dá pela influência da cultura dos grupos de pertinência que oferecem possibilidades simbólicas de construção identitária, provendo significados sociais que veiculam a concretização de práticas sociais (SEIDMANN, *et al.* 2012).

[...] a noção de si mesmo está indissolúvelmente ligada ao reconhecimento do outro. O outro me reconhece e me constitui como pessoa, brindando-me sua mirada que me personifica e me permite ver o mundo tal como o veem os demais...os significados mais importantes de meu mundo social e cuja presença me permitirá orientar-me e me desenvolver no mundo. (SEIDMANN, *et al.*, 2012, p. 49)

Nessa lógica, as RS 's mostra que não existe uma construção verdadeira de mundo que deva ser seguido de uma única forma, ao contrário, o mundo permite várias interpretações considerando a vivência e experiência dos grupos. Portanto, cada indivíduo possui uma rede de representações, pois estas são criações que expressam valores e concepções da pessoa sobre si mesma, sobre as pessoas com as quais convive e sobre a sociedade. Daí a importância de se trabalhar com identidade social do indivíduo articulada às representações, uma vez que elas são construídas e reconstruídas em processos de interações do EU com os demais indivíduos, que compartilham das mesmas vivências e experiências de vida, que implicará ou não, no sentimento de pertencimento ao grupo, como se tenciona apresentar a seguir.

3.1 Representações sociais e processos identitários: elementos Afetivos, Mental e social

Denise Jodelet (2003) destaca a complexidade em elaborar e conceituar as RS 's e o tratamento de seus fenômenos em articulação ao debate das construções das identidades sociais. Como forma de conhecimento prático, as Rs's apresentam em sua constituição, três elementos fundamentais: **Afetivo**: proteção e legitimação de identidades sociais; **Mental**: familiarização com a novidade – sentimento de pertencimento; **Social**: orientação das condutas e das comunicações. (JODELET, 1994).

Ainda para Denise Jodelet (1989), o estudo das RS's requer do pesquisador a compreensão do comportamento psíquico, ou seja, de como estes elementos afetam e são afetados pelas representações construídas coletivamente, pois para a autora, as representações sociais estão em uma posição mista de cruzamentos de conceitos sociológicos e psicológicos...

[...] as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais, de modo integrado à cognição, à linguagem e à comunicação, levando em consideração as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual devem intervir. (JODELET, 1989/1997, p. 58, tradução nossa)²²

O que implica dizer que as representações, enquanto fenômeno cognitivo concebe ou não, o sentimento de pertença social do indivíduo. Dito de outra forma, as Rs's originam implicações afetivas e normativas (sociais) no indivíduo. Ao caminhar neste pensamento, Mary Spink (1993), destaca que a função afetiva se consolida como uma construção do sujeito enquanto sujeito social na percepção de si com as pessoas e com o social, não sendo apenas

²² [...]les représentations sociales doivent être étudiées en articulant éléments affectifs, mentaux et sociaux et en intégrant à côté de la cognition, du langage et de la communication, la prise en compte des rapports sociaux qui affectent les représentations et la réalité matérielle, sociale et idéelle sur laquelle elles ont à intervenir.

produto ou produtor de determinações sociais, pois estas estão sempre a se reconstruir contextualizadas, resultantes das condições em que surgem e que circulam na sociedade, como forma da manutenção das identidades ameaçadas,

[...]a ênfase dada à função cognitiva, por mais que procure preservar a realidade vivida e não reduzir a elaboração das representações a processos cognitivos, acaba por privilegiar tais processos. Já a função afetiva de proteção de identidades nos remete à dinâmica da interação social e, mais especificamente, à elaboração de estratégias coletivas ou individuais para a manutenção das identidades ameaçadas. (SPINK, 1993, p. 306).

As concepções acerca destes elementos trazidos por Denise Jodelet (1989/1997) e Mary Spink (1993), são também considerados por Serge Moscovici e Maria Zavalloni (1969), ao destacarem um maior esforço cognitivo no processo de divergência nas interações sociais, em que:

[...] Surge uma questão a respeito de eventuais diferenças entre a posição atitudinal de um grupo e dos indivíduos que o compõem. A natureza de tais diferenças, se houver, também precisa ser determinada. Se alguém extrapolasse o efeito da interação do grupo a partir dos resultados obtidos em estudos de normas de julgamento, um "nivelamento" de atitudes poderia ser previsto.[...] pode-se esperar que a interação social entre indivíduos onde há divergência de opinião sobre um assunto importante requer maior esforço cognitivo e gere conflito e ansiedade (MOSCOVICI; ZAVALLONI, 1969, pp-125; 132, tradução nossa)²³

Nessa lógica, as emoções e afetos são considerados como estímulos aos símbolos inscritos na tradição, na cultura, nos comportamentos etc. nos quais os indivíduos vivenciam e os reconhecem como parte da sociedade e da construção desta. Ressalta-se que esse processo, mesmo manifestado cognitivamente, não se reduzem a estes elementos, pois, são elaboradas e compartilhadas socialmente e contribuem para a construção da identidade social de cada indivíduo, dentro de uma realidade comum possibilitada pela comunicação. (SPINK, 1993)

Para Sandra Jovchelovitch (2004, p. 22) esse processo se justifica na medida em que “a representação é uma estrutura de mediação entre o sujeito-outro, sujeito-objeto. Ela se constitui enquanto trabalho, ou seja, a representação se estrutura através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo”. Sendo assim, conhecer os saberes e os processos para a construção de RS’s é fundamental para a

²³ [...]A question arises concern-ing eventual differences between the attitudi-nal position of a group and of the individuals comprising the group. The nature of such differences, if they exist, also needs to be determined. If one were to extrapolate the effect of group interaction from the results obtained in judgment-norms studies, a "leveling" of attitudes could be predicted. [...] Social interaction between individuals where there is a divergence of opinion on an important issue can be expected to require greater cognitive effort and to generate conflict and anxiety (MOSCOVICI; ZAVALLONI, 1969, pp-125;132)

compreensão das dimensões cognitivas, afetivas e sociais de cada indivíduo, grupo e sociedade, assim como, para a compreensão da construção das identidades sociais, ou seja, para a compreensão dos sujeitos constituído nas ações relacionadas às crenças, valores, saberes e relações sociais de seu grupo.

Nesta lógica, a identidade se estrutura numa construção social complexa, que resulta na identidade individual, considerando fatores psicológicos e sociológicos que influenciam diretamente na construção identitária, dito de outra forma, da inter-relação indivíduo - social. Trata-se de um processo permanente de construção, pois um indivíduo vive em plena interação, não somente com outros sujeitos, mas com a natureza e suas transformações. De acordo com Jacques (2001) compreender identidade implica necessariamente na articulação de dimensões que são aparentemente contraditórias, pois se encontram avessas ao pensamento formal com o qual estamos habituados, explicitados pelas noções de individual /social, estabilidade /transformação, igualdade /diferença, unicidade/totalidade, fatores estes que implicam em compreender a identidade.

[...] como constituída na relação interpessoal (eu, não-eu, eu-grupo) a partir da inserção do indivíduo no mundo social e através da sua identidade que se substantiva e se presentifica como atributo do eu: eu sou trabalhador – substantivo–porque exerço a atividade de trabalhar–verbo (JACQUES, 2001, p. 165)

Cláudia Andrade (2000, p.147), também apresenta um conceito de identidade como representação do papel social do sujeito, no qual ela é compreendida como “multidimensional e sincrética, apresentando um caráter dinâmico causando dificuldade na sua delimitação”. Logo, a identidade individual pode ser apreendida como processo negociável dentro de um movimento, onde se confronta as representações socialmente criadas para certos sujeitos e grupos e as representações (representações de um objeto ausente) se acionadas e executadas por eles próprios como forma de inserção naquele grupo.

A identidade é percebida através da representação de si mesmo, sendo sempre a representação de um objeto ausente – si mesmo, sendo assim a identidade responde à pergunta: ‘quem és’... A ‘identidade do eu’ se dá a partir da igualdade com os outros e das diferenças em relação aos outros, incorporada por unidades simbólicas mediadas pela socialização (HABERMAS, 19990).

Compreende-se, portanto, que as identidades funcionam como pontos identificadores balizados por sua capacidade de exclusão e transformação do diferente em ‘externo’ ao objeto investigado, possuindo necessidade daquilo que lhe falta para que possa ser construída.

À vista dessa discussão, é necessário o construto de uma teoria que explique e descreva esse processo de construção de identidade, por conseguinte pode-se dizer que tanto

as RS's, quanto a identidade social do indivíduo estão intimamente ligadas às condições que este se comporta em sociedade e define as representações mediante suas experiências e trocas interacionais. São duas formas expressivas de construção da realidade, passíveis de influência e de mudanças estando, ambas, numa constante movimentação de recriação de uma mesma realidade evidenciando normas e valores que direcionam a vida do(s) indivíduo(s), os relacionando entre si potencializando trocas de sentidos e significados no que diz respeito às suas práticas socioculturais.

3.1.1 Representações Sociais: (re)construindo o percurso metodológico no diálogo com teoria ego ecológica

Eu sei que a natureza não tem nada de verde e nem de cinza que ela representa, na verdade, uma paleta infinita de cores
Serge Moscovici (2002, p. 13)

A Teoria das Representações Sociais está sendo (re)construída na medida que novas pesquisas surgem com a missão de saber lidar com suas múltiplas dimensões e categorias trabalhadas. Nesse contexto, a construção da identidade é questionada a partir do momento que o ambiente começa a ser visto como parte desse processo enquanto dimensão social na constituição desse indivíduo, resgatando as “características sociais e culturais do passado remoto ou recente do indivíduo” (ZAVALLONI, 1973, p. 66, tradução nossa)²⁴. Desta maneira, esta pesquisa assume a responsabilidade da escolha em trabalhar a Identidade social ancorada na Teoria Ego-ecológica.

A Teoria Ego-ecológica, se configura como vertente de estudo das RS's e procura entender a identidade como um modo de construção da realidade a partir da relação do mundo exterior (ambiente) com o mundo interior considerando a história de vida do indivíduo ao qual está inserido num grande número de categorias sociais que podem ser considerados grupos de identidade, podendo ser filiação nacional, religião, étnica, idade etc. em que tais categorias sugerem Representações Sociais como aborda Marisa Zavalloni (1973, p. 82, tradução nossa) afirmando que “o estudo da identidade social se preocupa com a contrapartida subjetiva da identidade, ou seja, com o significado das diferentes associações de grupos de identidade, para um indivíduo²⁵”

²⁴ A recurrent theme in this domain is that personality features are correlated with features of the cultural and social environment of the individual's remote or recent past.

²⁵ The study of social identity is concerned with the subjective counterpart of the identity card, that is to say with the meaning of different identity group memberships, for an individual.

Dessa maneira, “a análise Ego-Ecológica permite compreender o sujeito e suas complexidades e paradoxos e as relações que estabelece no contexto da família, do trabalho, do lazer e nas situações sociais no espaço micro e macrosocial.” (MELLO & FUREGATO, 2011, p. 825), levando em consideração o ambiente em que o indivíduo está inserido e seu(s) grupo(s) identitário(s), a partir do seu vínculo com esse ambiente passando por relações do eu-outro para uma relação do eu - objeto, gerando representações (MOSCOVICI, 1976, p. 109, tradução nossa)²⁶

Ressalta-se que diante a multiplicidade de conceitos que as Representações Sociais possuem, como destacou-se anteriormente, elas estão relacionadas a grupos de identidades dentro de uma estrutura diversificada de perspectivas, onde a base teórica da identidade social teria que ser aprofundada e afetada pela interação do ambiente para expressar os valores e símbolos construídos pelo indivíduo. Desta forma, justifica-se a escolha da Teoria Ego-ecológica, na medida em que se propõe analisar o indivíduo a partir de seus atributos de comportamento individual e coletivo na interação com o ambiente externo, ao passo que, se define internamente o sujeito social pertencente a esse mesmo ambiente, capacitando-o a (re)construir suas representações sociais no que se refere a categorias de análise elencadas que definirão a construção de sua identidade social, individual e coletiva.

Sendo assim, a Teoria Ego – Ecológica auxilia na compreensão de como se constroem diferentes realidades e regras que influenciam nas motivações pessoais individuais. Nessa concepção, seguindo o princípio de identidade social em que as sujeitas desta pesquisa se auto reconhecem mulher e preta, articula-se os processos e estudos da Representação Social, que a caracteriza como saber social, conduzindo ao estudo de fenômenos, orientada pelas marcas sociais e as condições de sua gênese (JODELET, 2002).

Para Marisa Zavalloni (1971) a Ego-ecologia apresenta o indivíduo inserido em um projeto matizado por lutas e por conflitos, onde ele participa da situação em questão, transformando e sendo transformado, ou seja, “as identidades produzidas pela interação do organismo, consciência individual e estrutura social, reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-o” (ZAVALLONI, 1971, p. 159, tradução nossa)²⁷. Assim sendo, pensar o homem em sua relação com o meio social, onde esse faça parte daquele e de sua construção enquanto indivíduo social, é compreender os seus sentidos,

²⁶ The individual is now linked to this environment without the intervention of the specialist or his special knowledge and moves from a relation with another person to a relation with the object.

²⁷ The identities produced by the interaction of the organism, individual consciousness and social structure, react on a given social structure, maintaining it, modifying it or even remodeling it...

significados e símbolos construídos a respeito da identidade como produto da interação do sujeito com o mundo que de outro lado também influencia o próximo.

Esse pensamento elucidada que as condições de exclusão e desigualdades sociais, fazem com que a identidade seja apreendida de forma negativa, pois a negação de si enquanto indivíduo e de seu pertencimento por determinado grupo, acarreta na opressão a partir de identidades impostas socialmente²⁸ e ao mesmo tempo nos permite analisar “categorias sociais como homem, mulher, estudante, negro, etc., que são vistas como constituintes de um ambiente humano onde preexiste representações cognitivas para cada indivíduo dentro dessa categoria.” (ZAVALLONI, 1973, p. 66, tradução nossa)²⁹

A partir de então, compreende-se o reconhecimento da identidade social das sujeitas desta pesquisa por elas próprias e pelo meio em que estão inseridas concebendo o Feminismo como fenômeno social interventor de seus comportamentos e interações coletivas, busca-se entender a partir das dimensões da Teoria Ego – Ecológica, respostas aos objetivos requeridos, implicando em uma pesquisa que visa conhecer a identidade social das sujeitas, suas particularidades e realidade coletiva através das representações que elas possuem de si mesmas, do(s) seu(s) grupo(s) de pertencimento e do meio social em que vivem e por consequência as influenciam.

E dessa maneira, partindo da problemática compreendida no seio das questões de desigualdades sócio raciais que se acumulam com as de gênero e colocam a mulher preta exposta à tríade: Mulher – preta – pobre e que se atrela a questão territorial, assimilasse-se que a construção da identidade social desta mulher passa por mudanças significativas a partir das suas experiências, vivências e interações ocorridas no contexto da Universidade como espaço construtor dessas representações sobre o feminismo.

Ressalta-se que o estudo sobre as representações sociais das mulheres marajoaras sobre o Feminismo permite ouvir as vozes já existentes destas mulheres, a partir de suas realidades objetivas e subjetivas ao mesmo tempo, guiadas pelos processos de comunicações vivenciados por nossas sujeitas. Um exercício no qual Branca Alves e Jaqueline Pitanguy (1991, p.9) classificam como o “repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adotar a modelos hierarquizados, e

²⁸ De acordo com Bauman (2005, p. 44) : “[...] identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam [...]”

²⁹ The social elements of identity usually refer to social categories: e.g. to be a man or a woman, of a given nationality, religion, ethnic group, political affiliation; whereas attributes expressing personality traits, behavior characteristics, interests and values, represent personal identity elements.

onde as qualidades femininas ou masculinas sejam atributos do ser humano em sua globalidade”

Logo, tenciona-se a apresentar neste estudo, o Feminismo desenhado a partir das RS's de nossas sujeitas, considerando as desigualdades, exclusões e relações de poder as quais as mulheres amazônidas foram e ainda são submetidas, atravessadas pelos conhecimentos construídos acerca desse movimento a favor da ampliação e valorização do papel e dos direitos das mulheres na sociedade, como afirma Carla Garcia (2011),

[...]a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. (GARCIA, 2011, p.14)

Para além de ser teoria política e prática social, o Feminismo é muito mais como reforça Cynthia Sarti (2001),

O feminismo teve que se enfrentar, ainda, com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais. (SARTI, 2001, p.43-44):

Dessarte para esta pesquisa, que o Feminismo compreende o processo de construção da identidade social da mulher preta marajoara permeada pelo movimento contraditório entre as formas de submissão da mulher preta e o processo de empoderamento, que permitiram romper com posições secundária e subordinada, e as colocaram na posição de protagonistas de sua própria história. Segundo Judith Butler (2003 [1990], p. 169), “todas as oprimidas conhecem esse poder de superioridade e são obrigadas a lidar com ele por meio da composição social do patriarcado que fundamentou os ideais de superioridade da classe masculina” e então o feminismo surge como movimento social provocando, nas indivíduos e indivíduos novos comportamentos e pensamentos acerca da sua existência enquanto ser social de um grupo.

Nesta direção parte-se da premissa que as representações sociais sobre o Feminismo enquanto fenômeno social, pode deslocar a posição da mulher na sociedade, trazendo em seu bojo, a noção de “gênero”, criada pelos estudos feministas, onde se desmascara a ação do social contida nos discursos sobre a “natureza” humana a partir das características biológicas e permite movimentos de rupturas com paradigmas físicos, morais, mentais que tendem a

homogeneizar o “ser mulher” condicionando-a a uma posição de inferioridade e subordinação.

Assim, a análise das Representações Sociais sobre o Feminismo, ilustradas pelas mulheres amazônicas marajoaras podem visibilizar aspectos omitidos, valorizando o saber do senso comum, no âmbito consensual das interações cotidianas e na singularidade dessas mulheres em traduzir a realidade, descortinando os sentidos construídos diante de fatores sociais como a discriminação, o preconceito, a violência e demais outras que precisam de discussões mais abrangentes.

Nesta perspectiva, aprecia-se analisar as Representações Sociais de Mulheres Pretas Marajoaras a partir do contexto universitário sobre o Feminismo na realidade amazônica marajoara e as implicações em seu autorreconhecimento como mulher preta. Evidencia-se a cor de pele **Preta**, como principal fator de discussão, para além da dimensão social, retratando a integração com o ambiente Amazônico presente e interagente das relações sociais e trazendo à tona os sentidos e significados acerca dos estigmas qualificados ao corpo feminino, do comportamento e das relações de poder edificadas com base no gênero e na cor de pele e em que estes fatores característicos, oferecem como base para que estas sujeitas (re)construam suas identidades sociais individuais e coletivas dando significância as suas vivências e experiências em uma abordagem interseccional de cor, raça, espaço, escolaridade.

Seguindo essas fundamentações, contextualiza-se na Amazônia Marajoara, nosso *locus* de pesquisa o Campus Universitário de Soure – UFPA como lugar recreativo de representações sociais, para que a pesquisa prossiga em resposta às questões norteadoras e atendimento aos objetivos propostos naquela, considerando o espaço universitário como critério geográfico representativo das relações sociais as quais as sujeitas estão expostas.

3.2 DOS CAMPOS MARAJOARAS PARA O MUNDO: Cenário da pesquisa

A Ilha do Marajó é considerada um roteiro turístico e exótico. Sendo a maior ilha fluviomarítima do mundo, surpreende com suas belezas naturais e lendas amazônicas cheias de mistérios. Sua principal característica é ser uma ilha costeira do tipo marítimo – fluvial com 48.000 km² de extensão, banhada pelos Rios Amazonas e Tocantins se formando a partir do Furo de Santa Maria ou Rio Pará que se encontra com o rio Tocantins para mais adiante formar a baía de Marajó, que recebe as águas dos rios Guamá e Acará, formando um delta e a baía de Guajará, onde está a cidade de Belém. O Arquipélago possui em sua extensão 16 municípios como apresenta o Mapa 01 a seguir:

Figura 02- MARAJÓ (PA) – MAPA



Fonte: Portal Embrapa, 2018

Antes da chegada dos portugueses, a Ilha do Marajó já era habitada por populações indígenas que viviam em sociedades avançadas para a época e dominavam a peculiar e refinada arte de modelar a argila, produzindo, desde aquela época, a cerâmica marajoara, uma tradição da Ilha do Marajó que sobrevive até hoje graças às habilidades dos artesãos marajoaras em manter viva essa tradição. Quanto ao seu nome, dizem que o nome ‘Marajó’ vem do tupi Mbara-yó, e quer dizer ‘tapamar’, ou ‘anteparo do mar’. Isso mostra uma extrema capacidade de observação e entendimento da natureza e do meio ambiente dessas populações indígenas da Ilha do Marajó, já que os rios da ilha, tem um ciclo de cheia e baixa de acordo com as marés, recebendo água dos rios Amazonas, Pará e Tocantins.

Dentre os seus 16 municípios, escolheu-se Soure como *locus* de coleta de dados desta pesquisa, localizado a 80 km da capital Belém, no Estado do Pará. Conhecida como a “Pérola do Marajó” e “Capital do Marajó”, fora primitivamente, uma aldeia dos índios Maruanazes. Em 1757, chegou para governar o Estado do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, objetivando criar o município no interior da Amazônia, fez com que a comunidade fosse elevada à categoria de Vila com a denominação Soure, dando-lhes assim, autonomia municipal, com a qual entrou para a independência.

Em 1833 a vila foi extinta, sendo novamente criada em 1847. Entretanto, o seu território permaneceu anexado ao do município de Monsarás até 1859, quando ocorreu a real

instalação do município de Soure. Após a Proclamação da República, em 1890, foi criado o Conselho de Intendência Municipal. Nesse mesmo ano, Soure obteve status de cidade. O topônimo de origem portuguesa, é o nome de uma antiga vila concelhia do Distrito de Coimbra, que no tempo dos romanos se chamava Saurium-Jacaré. Os habitantes do lugar recebem a denominação de sourenses numa estimativa populacional de 25.565 pessoas de acordo com o IBGE (2020)³⁰. Politicamente, Soure é dividido em dois distritos: Soure (sede) e Pesqueiro.

O distrito Sede divide-se em oito bairros: Centro, São Pedro, Matinha, Pacoval, Bairro Novo, Tucumanduba, Macaxeira e Umirizal. Já o distrito do Pesqueiro abriga a Vila e praia de mesmo nome, as comunidades do Pedral, Céu, Cajú – Una e várias fazendas. Entretanto, mesmo com toda sua beleza natural, assim como demais municípios do arquipélago, Soure possui mazelas sociais que indicam a gravidade social da conhecida "Pérola do Marajó" como podemos observar neste trecho do Relatório para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento solicitada pela prefeitura do município em 2017:

Apesar de seu arcabouço natural, Soure sofre com mazelas sociais como desemprego, baixa qualificação profissional, índices de analfabetismo e violência. Seu IDH é de 0.564, um dos menores do Brasil, indicando a sua situação de gravidade social em que se encontra a população sourense, que em alguns casos, fica completamente excluída das condições mínimas exigidas para a vida moderna, como educação básica, saúde que garanta bem estar e longevidade e renda mínima para subsistência (BRASIL, 2018, p. 1).

A situação de extrema pobreza que atinge o arquipélago do Marajó, ainda chama atenção para os desafios frente aos fatores sócio econômicos que possuem na Ilha seu endereço de origem, pois a população ainda está exposta às margens da pobreza quando comparados à capital Belém por exemplo. Dados do último Censo (2010), apresentam um percentual da região marajoara de pobres e extremamente pobres bem acima da média estadual e nacional, como podemos verificar em números:

Em Afuá, o percentual de extremamente pobres era de 45,65%, contrastando com a média registrada no Estado (15,90%) e no Brasil (6,62%). Melgaço era o município com o maior percentual de pobres (73,43%), equivalente a mais que o dobro apresentado no Pará (32,33%) e maior ainda em relação ao Brasil (15,20%). (IBGE, 2010).

De acordo com Diniz et al (2010) a pobreza relativa da Amazônia pode ser representada em termos da riqueza representada e em termos do comportamento da riqueza agregada da região, frente às demais regiões do país, o que pode ser realizado a partir dos estados que a compõem. Mas, pode ser feito, ainda, comparando a posição relativa quanto a

³⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/panorama>

diversos indicadores sociais, dos cidadãos residentes nos estados da região, em contraposição aos cidadãos residentes nos estados pertencentes às demais regiões do país. Em quaisquer dos casos, fica evidente a posição desfavorável da Amazônia brasileira, uma pobreza, em meio a abundância. Esses dados elucidam parte da historicidade dos problemas da região atrelados a condição de atraso relativo em que nas últimas duas décadas a Amazônia experimentou as armadilhas da pobreza ao passo que esta, se torna um forte influenciador nas condições de vida da população, estando associada a diversos problemas de ordem não somente econômica, mas social³¹ e políticas (BARBOSA; SÁ, 2009).

No contexto, na qual a questão social no meio amazônico é marcada por um conjunto de fenômenos relativos à fragmentação das esferas política, econômica e social constituída na dinâmica antagonista da relação entre capital e trabalho (BARBOSA; SÁ, 2009), a educação é vista como um instrumento fundamental para socialização dos povos e para o desenvolvimento socialmente referenciados. Em territórios como a Amazônia marajoara, de dificuldades de acesso e de vulnerabilidades socioeconômica, o papel das Universidades tem oportunizado novas formas de participação na dinâmica social e nos processos produtivos.

Dessa forma, pondera-se a Universidade como *locus* de relações sociais e de construção identitária, levando em conta as condições de acesso advindos da condição de cor, classe social, gênero e origem e todas as demais diversidades que estão presentes nesse espaço como mecanismo para a construção de um perfil dos estudantes na intenção de oferecer oportunidades iguais, mas proporcionais às condições de cada indivíduo.

A instituição denominada Universidade, em épocas e regiões diversas, com modos de produção, níveis de desenvolvimento social e econômico distintos, padrões culturais profundamente diferentes, é também ela, em verdade, muito diferente: não tem correspondido a um modelo único e tem se ajustado, ao longo do tempo, à realidade contextual. [...]. Assim, considerasse que apesar de existir por vários séculos e em países profundamente distintos entre si, não há um conceito único e universalmente válido de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempos e espaços diferentes. (BELLONI, 1992, p. 71).

Para pesquisa, a Universidade Federal do Pará³², mas especificamente o campus de Soure será a referência para coleta de dados, valorizando a realidade amazônica marajoara

³¹ De acordo com o Plano de Ação Abrace Marajó (2020-2023), estar abaixo da linha da pobreza, torna a população vulnerável a violência de toda e qualquer natureza, como à prostituição, variadas doenças, déficit educacional e vulnerabilidade e desigualdade social e econômica.

³² Foi criada por meio da Lei de nº. 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Estruturalmente possui 15 institutos, 8 núcleos, 36 bibliotecas universitárias e 1 Central, 2 hospitais universitários, 1 Escola de Aplicação e 12 Campis universitários espalhados pelo Interior do Estado do Pará, além da Região metropolitana. De acordo com a visão educacional do país, a UFPA tem por missão, oferecer educação superior de qualidade que busque formar cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável, promovendo a inclusão social e a

como contexto de circulação de informações das representações e de construções de identidades estabelecendo assim, uma relação com as sujeita@s na condição de universitárias - onde estão expostas às diversas interações sociais decorrentes deste meio acadêmico- como contexto de circulação de informações e construção de suas representações sociais e portanto, de implicações na constituição de suas identidades sociais enquanto mulher, preta e universitária a partir das considerações trazidas pelo Feminismo enquanto fenômeno social.

O campus Universitário do Marajó – Soure³³, criado a partir dos Projetos de Interiorização da UFPA, em 1986, foi oficialmente reconhecido como Campus Universitário somente em 1993. Funciona atualmente com a oferta de dois cursos regulares fixos em seu calendário que são: Letras Inglês e Ciências Biológicas, atendendo 264 alunos (quadro 05) e 4 cursos intervalares com um total de aproximadamente 131 alunos entre calouros e concluintes flexibilizados de outros *campis*.³⁴

Quadro 05 – Quantitativo de matrículas ativas - UFPA Soure

Faculdades	Matrículas ativas – Qtd.
Letras- Inglês	100
Ciências Biológicas	164
Pedagogia	42
Ciências Contábeis	35
Geografia	22
Licenciatura Integrada	32
Total	395

Fonte: Autora, 2021 (adaptado de <https://soure.ufpa.br/index.php/historico>)

ressalta-se que o *locus* de estudo se configura em um território acadêmico, vivenciado por mulheres e homens de várias etnias e diversas culturas que se misturam e interagem cotidianamente refletindo nas construções de identidades sociais, contexto de circulações de informação e de construções de representações sociais acerca de um objeto investigado, influenciando nas percepções de mundo que cada indivíduo possui e que (re) constrói a partir destas interações sociais.

3.2.1 Sujeitas da pesquisa

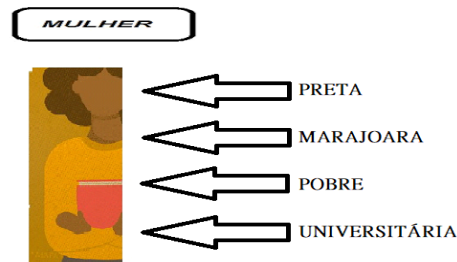
globalização de sua comunidade e como visão, enquanto gestora do conhecimento humano e científico, ser referência regional, nacional e internacional na produção acadêmica, científica e cultural.

³³ Disponível em: <https://soure.ufpa.br/index.php/historico>

³⁴ A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos é constituído pela UFPA numa perspectiva Multicampi, onde os *campis* fora da sede Belém “trocam” seus currículos pedagógicos entre si para oferta de vagas de novos cursos que não façam parte da sua atual grade curricular, mas que possam atender as demandas sociais do local. Geralmente os *campis* solicitam a oferta a outros que possuam cursos diferentes dos seus já fixos. Vale ressaltar que é ofertado uma turma por vez no calendário do vestibular não sendo obrigatório a oferta no ano posterior.

Considera-se para tal estudo, qual seria a identidade social da mulher preta marajoara, numa realidade específica da Amazônia, possuindo singularidades carregadas de histórias de exploração, de lutas, mas também de vitórias. Desta forma, esta pesquisa traça um perfil específico de sujeitas a ser trabalhado, considerando seu gênero, cor, origem, classe social e condição como universitária, como ilustra a figura 03:

FIGURA 03 - Perfil das participantes



Fonte: Autora, 2020

Como apresenta Pacheco (2014) a mulher marajoara a partir do nosso perfil, possui algumas características oriundas de um determinado espaço de existência, mulheres marcadas pelo silenciamento e resistências que subvertem os modos de ser e viver do regime patriarcal marajoara atravessados pelas condições sociais e econômicas que por sua vez estão atreladas a sua cor de pele na maioria das ocorrências.

Em decorrência do cenário pandêmico na saúde a nível mundial, causado pelo COVID-19³⁵ (Coronavírus) no período de 2020/2021, adaptou-se às formas de delimitação das sujeitas que a princípio seria realizado presencialmente. Assim, atendendo às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) de isolamento e distanciamento social, foi necessário encontrar outros meios de comunicação e interação para com as participantes, levando em conta a preocupação em não prejudicar o andamento desse estudo e sua conclusão e, resguardar a saúde de todos.

Nessas condições, a coleta de dados foi realizada por meio de ferramentas online, visando alcançar o número significativo de mulheres. Entende-se que a amostra de uma pesquisa é a parte representativa de um público a ser pesquisado que representa o total do universo do estudo, escolhidos de acordo com critérios e/ou características em comum que

³⁵ Em 26 de Fevereiro de 2020, se confirma o primeiro caso de coronavírus no Brasil. Paciente é um homem de 61 anos que viajou à Itália, e deu entrada no Hospital Albert Einstein no dia anterior. Um dia depois, sobe para 132 o número de casos suspeitos de coronavírus em monitoramento pelo Ministério da Saúde. E em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decreta pandemia de coronavírus. Estimativa da entidade considerou neste período que os números de pessoas infectadas, mortes e países atingidos deveriam aumentar nos dias e semanas seguintes, o que veio ocorrendo ligeiramente até meados do início do ano de 2021. Informações disponíveis em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>

contemplem os objetivos da pesquisa e que possam ser analisados metodologicamente (NETO, 1977)

Dessa maneira, a atividade de delimitar o quantitativo da amostra ocorreu em dois momentos: o primeiro antes da pandemia ser confirmada e o segundo durante o estado de calamidade na saúde pública. Em meados de 2019, houve exposição da pesquisa às estudantes do Campus UFPA – Soure de maneira informal, onde apresentou-se um resumo da pesquisa convidando a comunidade a participar posteriormente. Já em 2020 – durante os cuidados sanitários devido à alta proliferação do Coronavírus – foi criado um questionário online e enviado via WhatsApp³⁶, (Apêndice 1), composto por questões básicas de identificação, como origem de nascimento, idade, cor de pele etc., para que pudéssemos conhecer nossas participantes e definir quais delas seriam convidadas a participar ativamente desta pesquisa de acordo com o perfil a ser trabalhado: Mulher, marajoara, preta e universitária.

O compartilhamento do questionário, aconteceu no período de **03** de junho de 2020 a **30** de junho de 2020 e nesse tempo foram recebidas **16** respostas de um total de **20** solicitações. Para Lakatos & Marconi (2003), o questionário como técnica de coleta de dados indica algumas vantagens em seu uso, como por exemplo, economia de tempo pela rapidez que são respondidos assim como a velocidade de compartilhamento no formato online; abrangência simultânea da quantidade de pessoas; resultados mais precisos às perguntas, dentre outras.

Desta maneira, a partir das respostas obtidas, delimitou-se as sujeitas para esta pesquisa, apresentando a seguir a porcentagem das respostas ao questionário, em que fizemos um recorte do “Fator Cor” como a principal característica para a escolha das participantes. É possível verificar que somente pretas e pardas fizeram parte desse procedimento, não por especificidade da pesquisa até então, mas talvez pelo alcance e interesse das participantes que se disponibilizaram a responder às questões:

Gráfico 03 – Fator Cor

³⁶ WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

5. Cor *

Número de participantes:
16

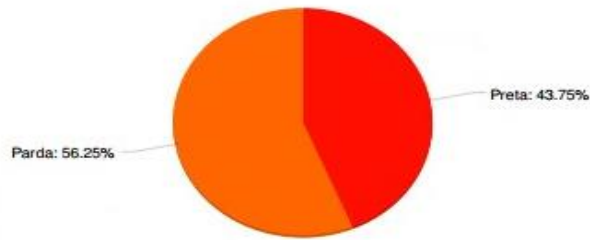
7 (43.8%): Preta

9 (56.3%): Parda

- (0.0%): Branca

- (0.0%): Amarela

- (0.0%): Indígena



Fonte: Autora, 2020. (Parte do Questionário online)

Para melhor apresentar alguns dos dados mais relevantes das participantes desse primeiro procedimento de coleta, apresenta-se a tabulação com as algumas informações abaixo. Identificando-as por letras, segue um quadro para melhor visualização dos dados mais relevantes solicitados no questionário como apresenta o Quadro 06:

Quadro 06 – Dados das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Cor	Curso	Ingresso	Renda	Filhos	Cotas
A	25	Preta	C. Biológicas	2016	Própria	N	Não
B	19	Preta	C. Biológicas-	2018	Não respondeu	N	Cota Renda - Cor
C	20	Preta	C. Biológicas-	2016	Nenhuma das alternativas	N	Cota Renda
D	29	Preta	C. Biológicas	2018	Própria e ajuda da família	N	Cota Escola - Cor
E	34	Preta	Pedagogia	2019	Nenhuma das alternativas	S	Cota Escola - Cor
F	29	Preta	C. Biológicas	2018	Familiares	N	Não
G	20	Preta	C. Contábeis	2019	Familiares	N	Cota Renda - Cor

Fonte: Autora, 2020 (baseado no questionário online)

Constata-se que a maior parte da amostra se encontra na faixa etária entre 19 e 25 anos, não possuem filhos e dependem da ajuda financeira de seus familiares mesmo possuindo renda própria. Diante destes dados infere-se que apenas 2 das 7 sujeitas não utilizaram cotas para adentrar a Universidade, numa possível reflexão acerca da disparidade econômica que ainda é visível na população marajoara, identificando que as Cotas de “renda e de cor” são as mais requisitadas embora, a cota “escola pública” esteja atrelada a aquelas duas.

4 COLETA DOS DADOS

Seguindo nesse raciocínio cognitivo das RS's, mas com foco nas relações interpessoais constituidoras e constituídas nos processos psicossociais, volta-se o olhar aos elementos constitutivos das RS's que Denise Jodelet (2002) apresenta, ou seja, aos aspectos afetivo, mental e social em que são cruciais na construção da identidade social e na obtenção do sentimento de pertencimento de grupo. Estes elementos descritos pela autora, aparecem contidos nos discursos das sujeitas desta pesquisa, como aspectos da sensibilidade social das mesmas onde, identificam seus sentimentos e sentidos articulados como Ideia Central a partir das respostas aos questionamentos propostos, pois as RS's “[...]são indispensáveis para mobilizar as pessoas, para permitir representar o futuro e também para criar vínculos, uma vez que há algo posto em comum com o pensamento, nos sentimentos e no intercâmbio conversacional.” (MOSCOVICI, 1999, pp. 302-303 tradução nossa)

Estes elementos cognitivos trazidos por Denise Jodelet (2002), ultrapassam a ideia das RS's como uma configuração de comunicação e de linguagem, abordando as emoções vinculadas efetivamente a dimensão da construção de identidade, que neste caso, devem ser compreendidas como indicadoras de fortalecimento dos sentimentos de pertença e reconhecimento das pessoas diante do grupo. A partir desta perspectiva, apresentamos a organização dos dados mediante o roteiro base de entrevista (Apêndice 1) utilizado com perguntas categorizadas, analisando como se constroem as RS's do mundo através das relações do indivíduo para com o grupo, onde são orientadas pelas dimensões trabalhadas pela Teoria Ego – ecológica. Prosseguindo a partir deste entendimento, abaixo evidencia-se o roteiro base de entrevista, norteador da análise dos resultados.

Quadro 07 – Categorias de perguntas

CATEGORIAS	PERGUNTAS
<p style="text-align: center;">PERCURSO EDUCACIONAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Me conte como foi sua trajetória educacional até a chegada à Universidade ... • O que você queria que fosse diferente nessa trajetória? • Quais as dificuldades enfrentadas para cursar uma graduação? Comente sobre sua permanência e quais anseios tem para o futuro.
<p style="text-align: center;">SENTIDOS DE SER MULHER PRETA E IDENTIDADE SOCIAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que é ser mulher preta para você? E como você se vê nessa condição? • Você consegue se identificar na relação: MULHER – MARAJOARA – PRETA - UNIVERSITÁRIA? Se sim, descreva como se sente dentro da universidade a partir dessa

	identidade? <ul style="list-style-type: none"> • O que significa para você representatividade na Universidade a partir das discussões de gênero e cor?
FEMINISMO PARA A MULHER PRETA NA UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DA MULHER MARAJOARA	<ul style="list-style-type: none"> • O que você pensa sobre o feminismo dentro da Universidade? Você se considera feminista? Se sim, quais causas na sua concepção ainda devem ser discutidas dentro da Universidade? • De modo geral, o que você acha sobre a educação das Mulheres no Marajó?

Fonte: Autora, 2020

Os questionamentos propostos possuem o objetivo de trazer uma ampla visão da mulher preta marajoara e universitária a partir de três categorias de perguntas, que marcam o uso de suas memórias bem como de suas experiências e vivências que formam base importante na construção de suas identidades tais como se identificam e na construção de RS's acerca do Feminismo enquanto fenômeno social, interventor em suas crenças, valores e comportamentos e quais as implicações desses sentidos no processo de autorreconhecimento de mulher preta.

4.1 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas por web conferencia e antes de dar início a aquela, foi explicado o teor da pesquisa e quais os objetivos da mesma para o caso de surgimento de dúvidas referentes ao tema no futuro. Já gravando fizemos uma releitura das respostas dadas ao questionário online como forma de dar veracidade aos dados enviados anteriormente à entrevista.

Realizou-se a consulta as participantes selecionadas quanto às questões tecnológicas que as mesmas possuíam para que ocorresse o agendamento conforme a disponibilidade dentro de suas condições estruturais. Ressalta-se que do total de **sete** participantes indicadas no Quadro 06 (p. 71) apenas **três** se dispuseram a participar das demais etapas da pesquisa, entretanto levou-se em consideração a justificativa de Mary Spink (1995) quando coloca que a coleta de dados nos estudos de Representação Social, exige longas entrevistas semiestruturadas acopladas aos levantamentos do contexto social e dos conteúdos históricos dos grupos estudados, desta forma a análise centrada dos discursos é demorada e portanto se utiliza de poucos sujeitos.

As participantes do estudo foram informadas através do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (Apêndice 2) a partir da descrição da pesquisa e quais objetivos da mesma, além das atividades a serem realizadas e o vínculo da pesquisa. Os cuidados éticos

necessários para a realização desta pesquisa foram concedidos mediante aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (Anexo A) da Universidade Federal do Pará por meio do Instituto de Ciências da Saúde. Ao iniciar as entrevistas foram apresentados os objetivos do estudo e garantido o anonimato das participantes além da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2).

As entrevistas foram marcadas de acordo com a disponibilidade de cada participante e escolheu-se realizá-las por vídeo chamada com gravação simultânea de áudio, todas obedecendo um roteiro elaborado com antecedência. No que diz respeito ao tempo aplicado às entrevistas, este foi bastante variável, pois assim como permite que os participantes discorram sobre sua história a partir das perguntas bases, suas angústias, expectativas, lembranças e dificuldades em se expressar em alguns momentos interfere no andamento da coleta dos discursos, onde é possível perceber como as relações e comportamentos se apresentam. A partir de então, trabalhou-se com três etapas articuladas, onde o imaginário social do grupo se torna quase real, fazendo com que as RS's se materializem em uma dimensão simbólica do contexto social do grupo. Se divide em três fases que permitiram não apenas coletar aos dados, mas serviram de estrutura de análise: Contextualização; Sentidos de si e; Representações Identitárias – valores e graus de pertença ao grupo

- **Primeira etapa:** Nomeada nesta pesquisa como **contextualização**: tem por objetivo elucidar e aprofundar o estudo das RS's investigadas. Busca-se a compreensão da história do indivíduo e sua relação com os atributos citados a partir dos questionamentos propostos. Neste caso, é analisado as referências implícitas que o indivíduo possui de si mesmo e de seu grupo onde ele reflete estas representações já construídas antes mesmo de ter contato com um novo meio social, no caso desta pesquisa, a Universidade, pois o sujeito já traz consigo representações aplicadas a si mesmo e ao(s) grupo(s) que possui sentimento de pertencimento.

Nesta etapa, apresenta-se como base a primeira categoria de perguntas do roteiro de entrevistas, onde as sujeitas são questionadas sobre sua trajetória educacional antes de adentrar a Universidade. Os dados extraídos e organizados geram Ideias Centrais dos relatos estabelecendo as ancoragens necessárias para a construção de RS's. Dando prosseguimento, temos a segunda e terceira etapa.

- **Segunda etapa:** Nomeia-se para esta pesquisa e melhor entendimento como **Sentidos de si**. Nesta fase (forma sistemática) o ser humano enquanto ser social se comporta sendo autor que se reconhece no grupo ao qual acha que pertence diante daquilo que lhe é oferecido como culturas, valores, crenças e comportamentos.

Nesta etapa utiliza-se a técnica de complementar a frase. Assim as sujeitas se definem individualmente a partir da condição de *“Quem sou eu?” “Como me vejo?” e “Quem sou eu para os outros?” e “Como os outros me veem de fato?”*, onde as respostas emergem com base em suas interações sociais, materializando seus pensamentos e os tornando reais e naturais para si. Em seguida (Complementação de frases), no(s) grupo(s) do(s) quais(s) a pessoa faz parte. No exercício dessas respostas, ocorre a ancoragem, quando são criadas categorias sociais semelhantes de pertencimento a partir das mesmas estruturas sociais classificando e atribuindo nome ao objeto estudado. Nesta lógica, no processo de representação que o sujeito faz de si mesmo e do(s) grupo(s) a que pertence, serão identificadas e analisadas as identidades sociais. Apresenta, a seguir o quadro 8:

Quadro 08– Segunda etapa– fases

Forma sistemática	Complementação de frases	Representação que o sujeito faz de si mesmo e do(s) grupo(s) a que pertence
<p>As frases são completadas a partir de dois estímulos distintos: "eu", "nós" e "eles" elencados na entrevista semiestruturada.</p> <p>Exemplos: "Como mulher preta eu..." "Como mulheres pretas, nós..." "Como mulheres pretas elas..."</p>	<p>Após a complementação de frases, o entrevistado atrela os conteúdos citados à própria pessoa através do auto inclusão ou da autoexclusão. Tal classificação gerará uma identificação específica com os aspectos sociais, culturais, históricos, psicossociais e/ou políticos do objeto de investigação. Neste momento, pergunta-se ao entrevistado se ele se identifica (auto inclusão) ou não (autoexclusão) com os conteúdos citados por ele.</p>	<p>No terceiro momento, retorna-se ao conteúdo produzido e solicita-se ao entrevistado que classifique as características em atitudes positivas ou negativas, para observar os campos simbólicos onde se depositam as realizações, as atitudes, os projetos e os desejos do indivíduo.</p>

Fonte: Autora, 2021

Seguindo essa dinâmica relacional, é através das relações sociais entre o indivíduo e seu grupo, segundo os processos de comparação e categorização que surgem as possibilidades de produção de solidariedade e exclusão a partir das identificações sociais. (SOUZA, 2004 p. 66-67). É o que ocorre ao se observar os atos discriminatórios e preconceituosos para com as suet@s desta pesquisa, pois

Pensar estes processos se mostra relevante, uma vez que as identificações e diferenciações sociais são mediadas por e mediadoras das representações que se tem de determinado grupo social, expressando por excelência o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra. Para além das estruturas dadas da vida social, elas

oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que ainda não existe, mas que poderia existir. Elas são, nesse sentido, uma relação do ausente e um meio de evocar o possível (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 41)

Nesta etapa identifica-se a identidade das sujeitas, a partir da concepção de si, dos outros e do social, questionados na primeira categoria de perguntas do roteiro base. Onde essa identidade é permeada pelos elementos de igualdade e diferença que interferem na elaboração discursiva do que é ser mulher e preta, flexibilizando aspectos individuais que acabam por construir novos círculos de percepção da relação gênero e cor. Por conseguinte, temos a terceira etapa de análise, que se define da seguinte forma:

- **Terceira etapa:** Identificada como **Representações Identitárias – valores e graus de pertença ao grupo**. São os procedimentos de retomada de cada palavra e de sua exploração junto com o próprio sujeito da pesquisa. Esta fase considera os conteúdos coletivos dos sujeitos tais como suas privações sociais (grupo) e conteúdos individuais como biografia (Jodelet, 2002).

A partir desta fase define-se os seguintes eixos de observação e análise:

Quadro 09 – Eixos identificadores

Identificação positiva com o grupo;
Identificação negativa com o grupo;
Diferenciação positiva com o grupo;
Diferenciação negativa com o grupo.

Fonte: Autora, 2021(Baseado em Jodelet, 2002)

Os resultados concedem o estabelecimento de graus de identificação dos indivíduos com seus pares, com os indivíduos de outros grupos com os quais convive e com a sociedade, permitindo a construção de suas RS's, atribuindo valores a cada uma dessas representações, positivamente ou negativamente a uma significação no que concerne ao objeto estudado, neste caso as identidades sociais de Mulheres pretas.

A análise evolui para a construção dos eixos de identidade- egomórfico e alomórfico – e eixos de afetividade – positivo ou negativo-, onde pode ser concluída a discussão dos pensamentos sobre as sujei@s e suas representações. A partir da organização dos discursos de acordo com cada etapa da Teoria Ego- ecológica, organizou-se esses dados em torno dos resultados das três categorias já analisadas, de onde essa discussão parte principalmente da

visão de si mesmo, dos outros e do coletivo de cada participante entrevistada para além de suas aspirações e expectativas diante da Universidade.

A organização segundo os eixos identitários, englobam as respostas dadas pelas entrevistadas e pela valorização que estas possuem a partir do pensamento do próprio indivíduo que responde, que Marisa Zavalloni (1984, 1987, 2001) utiliza para caracterizar os termos egomórfico e alomórfico como indicadores do grau de identificação do indivíduo com suas respostas, onde irá classificar como positivas ou negativas.

- **Egomórfico:** significa que o indivíduo se identifica com a resposta que ele deu e atribui valor positivo a ela;
- **Alomórfico:** quando o indivíduo não se identifica com sua resposta e atribui valor negativo a ela;

Destarte, Marisa Zavalloni (1984, 1987, 2001) apresenta um quadro destes polos de identificação para organização e análise destes dados que sugere a identificação de valores positivos e negativos atribuídos pelos indivíduos a quem se pesquisa, relacionado à maneira como as entrevistadas compreendem suas relações com o seu(s) par(es) ou com seu(s) grupo(s), estando o objeto de representação como centro dessa construção. A seguir, apresenta-se a figura 04:

Figura 04 – Espaço Elementar de Identidade Social

(+)	
Pólo Egomórfico Positivo Pólo positivo (<i>auto-referência</i>)*	Pólo Alomórfico Positivo Pólo positivo (<i>hetero-referência</i>)**
<p>Situação de: poder privilégio superioridade: ser e fazer</p> <p>Sentimentos: destino comum (solidariedade,convivência, orgulho, satisfação)</p> <p>Eu</p>	<p>Referente com diferenciação positiva</p> <p>1. situação de: apoio, aliança, ajuda sentimentos: gratidão, solidariedade</p> <p>2. situação de: privilégio, poder sentimentos: desejo, frustração</p> <p>3. referente exercendo atividade valorizada sentimentos: admiração, atração</p>
Eu	Não eu
Pólo Egomórfico negativo Pólo negativo (<i>auto-referência</i>)*	Pólo Alomórfico Negativo Pólo negativo (<i>hetero-referência</i>)**
<p>Situação de: perigo / crise opressão inferioridade: ser e fazer</p> <p>Sentimentos: destino comum (solidariedade, convivência, cólera, aflição)</p>	<p>Referente com diferenciação negativa</p> <p>1. situação de agressão, de adversidade, de opressão sentimentos: ódio, desejo de contra-agressão, raiva</p> <p>2. Expressão de oposição a valores (ódio, agressão, cólera)</p> <p>3. Outro percebido como oprimido, sem poder sentimentos: despeito ou compaixão e desejo de ajudar</p>
(-)	

*Egomórfico – características aplicadas a si mesmo
**Alomórfico- características dissociadas de si mesmo

Fonte: Zavalloni ,1987, p. 85

A partir das identificações das sujeitas com cada polo identitário, Marisa Zavalloni (1984) coloca que há várias maneiras de analisar e distribuir os resultados positivos e negativos, entretanto, esta pesquisa utiliza duas formas que se correlacionam com os dados analisados nas três etapas da Teoria Ego-ecológica que serão agrupados por atributos identitários, adaptadas para a pesquisa, identificadas como **S** e **N** a seguir:

S – Se nas categorias de perguntas a maioria das respostas forem positivas e as sujeitas se identificarem positivamente quanto as suas respostas, estes dados se encontrarão no polo egomórfico, pois entende-se que o sujeito consegue ver uma tendência positiva de si mesmo e dele para com o grupo a que pertence.

N- Se nas categorias de perguntas, a maioria das respostas forem negativas há a identificação negativa da sujeita com as características impostas a si mesma e dela para com o grupo a que pertence e estes dados serão agrupados no polo alomórfico, onde indica que há um afastamento identitário com o objeto investigado e questionado.

Desta maneira, adiante segue a apresentação dos resultados discutidos e analisados segundo a Teoria Ego-ecológica fundamentadas em suas três etapas categóricas expostas até aqui.

5 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa se apresentam de forma descritiva - analítica a partir da coleta dos discursos das sujeitas organizados em narrativas valorativas possíveis de análise nas Representações Sociais. Para a primeira Etapa fez-se uma análise da Contextualização da identidade das sujeitas, fazendo uma transcrição de seus discursos acerca de suas trajetórias acadêmicas o que implica na percepção da identidade social individual. Na segunda etapa – Sentidos de si - trabalhou-se a análise representativa acerca do reconhecimento enquanto mulher preta, onde há identificação a partir desse processo de organização de complementariedade dos discursos e as respostas aos questionamentos de autorreconhecimento e reconhecimento de grupo(s), sua(s) cultura(s), crenças e valores.

Já a terceira etapa de análise - Representações Identitárias – valores e graus de pertença ao grupo - apresenta as estruturas de abordagem da pesquisa se aproximando da Ego – ecologia pelos processos de pertencimento através dos polos positivo ou negativo, seja egomórfico ou alomórfico, concluindo na identificação positiva ou negativa das sujeitas, partindo dos aspectos valorativos sobre o Feminismo, atribuindo assim, novos valores as novas representações assimiladas.

Logo, as entrevistadas se dispuseram a participar da construção desta pesquisa e fazê-la o seu lugar de fala, entretanto, ressalta-se que a participação das sujeit(a)s não se resume apenas por estarem dentro do perfil selecionado como amostra desse estudo, mas sim, pelo interesse delas em manifestarem suas falas quando muitas ainda não são permitidas. Portanto, o *corpus* de análise desta pesquisa foi construído com base em seus discursos onde as sujeitas foram identificadas alfabeticamente como forma de preservação pessoal.

Quadro 10 - Participantes das entrevistas

Nome	Idade	Cor	Curso	Ingresso	Renda	Filhos	Cotas
D	21	Preta	C. Biológicas	2018	Própria e ajuda da família	N	Cota Escola – Cor
E	34	Preta	Pedagogia	2019	Nenhuma das alternativas	S	Cota Escola - Cor
G	20	Preta	C. Contábeis Intervalar	2019	Familiares	N	Cota Renda - Cor

Fonte: Autora, 2021

As sujeitas pesquisadas estão na faixa etária de 20 a 34 anos e todas se autodeclararam pretas. Duas delas recebem apoio financeiro familiar para auxiliar em suas trajetórias educacionais. A participante **E** por exemplo, possui a condição materna que influencia na visão que a mesma tem em relação a alguns pontos questionados em comparação com as outras duas, como por exemplo a ajuda da família na criação do filho e a condição de mãe - estudante. A questão das cotas se iguala a todas já que adentraram a Universidade a partir das condições de cor e renda, evidenciando vulnerabilidade econômica que possui forte influência na permanência e desenvolvimento da vida acadêmica.

É importante compreender como elas se enxergam enquanto mulher preta numa região amazônica marajoara para que se analise a influência da Universidade, enquanto espaço de ressignificações de representações sobre o feminismo, no reconhecimento da identidade dessas sujeitas e no processo de autorreconhecimento como mulher preta.

Assim, segue a apresentação de seus discursos por categoria analisada.

A – Categoria 1 – (Percurso educacional)

De forma geral, pesquisar sobre mulheres implica em dar visibilidade às mudanças e práticas culturais que fomentam novas posturas, novas visões e relações que permeiam o cotidiano social feminino. Quando estas mulheres carregam condições raciais que as subalternam, estudá-las significa ampliar os trabalhos e discussões que abrem a mente e mudam a forma de pensar e agir dessas mulheres em relação a essas mudanças que as atravessam e também, revelar e discutir as trajetórias escolares de mulheres negras, aqui autorreconhecidas pretas e marajoaras, que conseguiram chegar ao ensino superior e “saíram do seu lugar” até então pré-destinado por sua condição de gênero e raça, baseado em um pensamento racista para além das condições socioeconômicas da maioria das mulheres negras da região Amazônica, refazendo e transformando o caminho histórico do lugar da doméstica, da lavadeira, da passadeira, daquela que realiza serviços gerais até a Universidade onde ocupam posições que não as subalternizem.

Sendo assim, as trajetórias como as das nossas sujeitas, mostram a urgente necessidade em romper com as posturas preconceituosas e racistas arraigadas na sociedade e reconhecer as diferenças regionais para que deixem de subestimar as potencialidades das mulheres pretas marajoaras. Diante disso, apresentamos a seguir, os discursos das sujeitas desta pesquisa onde podemos identificar pontos importantes relacionados a educação feminina na Amazônia marajoara e como aquela influencia na vida dessas mulheres quando se faz presente ou ausente. Vejamos:

A educação de mulheres na Ilha de Marajó tem um cenário mais caótico ainda. A maioria das mulheres por aqui só tem o ensino fundamental, e quando tem. (Sujeita D)

A educação das mulheres, principalmente na Ilha do Marajó, tem se tornado sem dúvida, um ato de resistência, pois a mulher além de estudante, tem que ser dona de casa (mesmo se morar com os pais e não tiver filhos) e mãe, e muitas não têm o apoio dos pais, da escola e das autoridades. (Sujeita E)

Não vejo um incentivo na região valorizando a educação até porque muitas famílias têm que escolher entre estudar ou trabalhar e o estudar aqui é algo para o futuro e infelizmente a fome não espera. A grande porcentagem das meninas, engravidam cedo... (Sujeita G)

Diante desse contexto de dificuldade e de uma realidade constante da região amazônica percebido em uma educação deficiente ainda mais quando relacionada às mulheres que já possuem esse passado de exclusão educacional e se tratando do Marajó, detentor de problemas históricos -sociais -econômicos que favorecem negativamente a constância do cenário apresentado pelas sujeitas em seus discursos, percebe-se em suas narrativas seguintes a condição de personagens ativas da própria história, que mesmo diante do contexto adverso, demonstraram a força de criar e recriar caminhos e destinos numa sociedade onde o preconceito e o racismo ainda sobrevivem mascarados pelas desigualdades sociais e econômicas como apontam a seguir quando tratam sobre as dificuldades na continuidade de uma vida acadêmica. Vejamos:

Não foi nada fácil, principalmente porque eu venho de uma família onde as pessoas são predominantemente negras e hipossuficientes economicamente. (Sujeita D)

Necessitei de recursos financeiros, pois a escola ficava em outro município e ainda, a escola não sustentava a qualidade de ensino do conteúdo oferecido. (Sujeita E)

Posso até dizer que foi fácil, considerando que minha mãe sempre trabalhou para me dar um futuro diferente do dela. Ao contrário dela, não queria que eu fosse dona de casa e nem que tivesse filhos cedo demais então fez muito esforço para que meu irmão e eu tivéssemos educação básica adequada. (Sujeita G)

As dificuldades econômicas e as ausências da escola, reforçam o estigma da inferioridade em que muitas mulheres pretas vivem. Contudo, os discursos das sujeitas revelam que esse horizonte não é absoluto e mesmo com toda a barbárie do racismo elas representam uma parcela de mulheres pretas que conseguiram romper com a matriz branca da ciência que historicamente não apenas mitologiza os conhecimentos não brancos, mas sobretudo, destitui as sujeitas não somente pelo seu gênero, mas principalmente por sua cor de pele dos espaços da intelectualidade, ou seja, das escolas e principalmente das universidades.

Ressalta-se entretanto, que a trajetória de pobreza e da marginalidade a que é submetida a mulher preta, que em muitos casos reforçam o preconceito, a interiorização da condição de inferioridade e inibe a reação de luta contra a discriminação sofrida, nos discursos das Sujeitas entrevistadas, ganharam os contornos da diferença por serem pretas oriundas de uma região amazônica marajoara com uma realidade conturbada por seus problemas sociais onde ainda que essas mulheres tenham conseguido alcançar o ambiente universitário, a trajetória “não foi fácil” onde elas sentem a necessidade de mostrar e demarcar a urgência de “rompimento de ciclos de vidas”, conforme apresenta o quadro 11:

Quadro 11 - Resultados – Primeira etapa

Ideia central	Ancoragem	Valores
Não foi fácil	<i>1)- família onde as pessoas são predominantemente negras e hipossuficientes economicamente</i>	Pessoas negras X pobreza
	<i>2) necessitei de recursos financeirosestudei em outro municípioe a escola não tinha qualidade .</i>	Ausência de direitos
Apoio familiar	<i>3) minha mãe, trabalhou para dar um futuro diferente do dela.</i>	Rompimento com o ciclo da vida

Fonte: Autora, 2021

Os discursos sobre a trajetória educacional até a chegada à universidade – inclusive com o debate sobre as condições de sua permanência, refletem a realidade vivida pela população universitária preta e pobre do Marajó, destacando não apenas as dificuldades, mas sobretudo, mostrando sujeitas ativas inseridas em um processo de autonomia e autodeterminação. São narrativas que expressão a necessidade de romper com ciclos viciosos de subalternidade, de “tomar para si” a responsabilidade não apenas de sua própria vida, mas também da transformação da situação familiar, implicando na luta para manter a decisão de estudar, de enfrentar os condicionantes que aprisionam estas sujeitas pretas, inclusive da própria família - muitas vezes crivada com os preceitos do patriarcado - a partir do autorreconhecimento enquanto sujeita amazônida, mulher preta e pobre.

Observa-se ainda, que nossas entrevistadas buscam romper os ciclos em processos relacionais, ou seja, no caso das sujeitas que definiram a trajetória para chegarem até a universidade como “difícil”, ancoraram essa ideia na ausência de seus direitos diante das condições enquanto mulheres pretas e pobres, que ganham mais contornos negativos ao ampliar os condicionantes da maternidade, por exemplo, como revelou a sujeita G, partindo da experiência de sua própria mãe, que é consequência de sua condição, onde atrela a

condição da maternidade às condições de pobreza e esta por sua vez, designada ao fato de ser preta, em que passa a ser movida pelo desejo de ruptura, não mais para si, mas para os filhos, assumindo dessa forma a responsabilidade de dar-lhes as condições necessárias e “possíveis” para que venham ter a vida diferente da sua, tendo o “direto a educação” e melhores condições de vida.

A capacidade das sujeitas em “quebrar” as dificuldades e se fazerem empoderadas quando escolhem os seus caminhos mesmo diante das dificuldades encontradas, pode ser entendido como o “poder para” que segundo Mosedale (2005) significa a capacidade de fazer algo, com o objetivo de alargar horizontes que podem ser conquistados por uma pessoa sem a necessidade de invasão aos limites de outras pessoas. Para além dessa definição, Shirin Rai (2002, p. 134) classifica o empoderamento como o “poder como algo que capacita como competência no lugar de dominação” em que estas mulheres destroem o imaginário feminino de mãe e esposa e vão em caminho oposto as condições de vida pré-definidas advindas do seu gênero e da cor de sua pele.

Romper as fronteiras que oprimem essas sujeitas torna mais evidente a importância em criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas, pois de acordo com Eunice Léa Moraes (2010) a problemática da exclusão social possui reflexo na organização da sociedade brasileira que não consolida a ideia de igualdade, onde o combate à pobreza, o desemprego e a exclusão feminina do sistema educacional coloca esse grupo num campo maior de vulnerabilidade onde a realidade e as diversidades regionais compõem este cenário impulsionado por estereótipos e papéis sociais que possuem urgência em serem desmistificados e combatidos.

Autores como Gita Sen e Caren Grown (1985) defenderam a emancipação feminina desde a década de 80 implicando numa transformação das estruturas de subordinação, envolvendo mudanças radicais na legislação, direitos de propriedade, e outras instituições que reforçam e reproduzem a dominação masculina, onde esse processo emancipatório interfere na análise das condições vividas pelas mulheres pretas marajoaras auxiliando na concepção crítica de sua condição na sociedade e na capacidade de emponderar-se lutando pelo seu reconhecimento e atuação enquanto agente social e protagonista de sua própria história.

Ainda sobre o processo de emancipação feminina, é importante salientar que a educação exerce um papel fundamental nessa construção. Segundo Eunice Léa Moraes (2010, p. 83) “respeitar a diversidade das pessoas significa criar condições para que elas tenham espaço e oportunidades de profissionalização, considerando sua realidade sociocultural, suas características e seu potencial a ser desenvolvido”. Para esta pesquisa, percebe-se então a

Universidade como local emancipador dessas sujeitas que se configura como o ponto de partida para assumirem o controle sobre suas próprias vidas e histórias com o desejo de mudanças necessárias as suas condições.

Dessa maneira, as participantes ao relatarem sobre o que poderiam ter feito diferente e quais as ferramentas que poderiam ter utilizado, revelam trajetórias que imprimiram o desejo de mudança diante do sofrimento da fome e das condições materiais de suas existências, colocando-se diante do peso social de assumir o compromisso da mudança. Seguem abaixo, estes fatos e condições narradas por elas seguidos da análise no quadro 12:

Queria que os meus pais tivessem condições de bancar meus estudos, e não precisar trabalhar tão cedo, pois perdi muitas fases da minha adolescência e juventude. Sofri algumas dificuldades como passar fome, não adquiri muitos bens, não tinha muito tempo para estudar, visto que eu precisava trabalhar (Sujeita D)

Queria ter tido mais maturidade na escolha do curso [...]pois a identificação com o curso foi tão grande que enfrentaria qualquer obstáculo para chegar até o final. (Sujeita E)

Às vezes, penso que poderia ter vivido mais. Não que não tenha feito, mas como disse antes, eu tinha um peso nas costas para mostrar ao mundo que eu faria tudo diferente do que haviam planejado para mim por ser mulher e preta.(Sujeita G)

Quadro 12 - Resultados – Primeira etapa

Ideia central	Ancoragem	Valores
Desejo (querer)	1) <i>Queria que os meus pais tivessem condições de bancar meus estudos, e não precisar trabalhar tão cedo</i>	Necessidade de custear os estudos
	2) <i>Queria ter tido mais maturidade na escolha do curso</i>	Falta de opção de curso
Compromisso	3) <i>eu tinha um peso nas costas para mostrar ao mundo que eu faria tudo diferente do que haviam planejado para mim por ser mulher e preta</i>	Mudança do destino “traçado”

Fonte: Autora, 2021

É preciso ressaltar como descreve Sandra Jovchelovitch (2008) que o conhecimento comum produzido pela comunidade oferece os nós associativos que geram a experiência de pertença a mesma realidade. Narrativas individuais e as narrativas coletivas, sejam dos membros de suas famílias ou da comunidade são entrelaçadas de tal modo que, quando uma história de uma vida individual é contada, ela contém as histórias, os acontecimentos, as formas culturais e maneira de comportamento de toda a comunidade. Desta maneira o “peso nas costas” descrito pela sujeita G por exemplo, seria a percepção acerca de sua condição com o “desejo” de fazer diferente do destino traçado socialmente para uma mulher preta por meio dos modos de vida dessa população e da estrutura sócio – racial que o Brasil se desenvolveu “dando lugar” a uma nova realidade social por meio da Universidade.

Assim sendo, as sujeitas tratam de reconstruir a partir de novas experiências da vida cotidiana, os sentidos e significados dos quais os membros da comunidade retiram as normas e regulamentações dos padrões de comportamentos, ou seja, o duplo caráter da vida em comum de comunidades descrito por Sandra Jovchelovitch (2008, p. 139) “de já estar ali, de propiciar fundamento e chão para a comunidade, marcado pelo desejo de mudar o já vivido, e, ao mesmo tempo, de necessitar ser constantemente produzido e renovado por atores sociais”, neste caso definido pelo compromisso de mudar o destino traçado as mulheres pretas marajoaras.

Reconhecer-se diferente e apontar a necessidade de mudança, vai muito além do encontro subjetivo entre o eu e o outro, no caso desse estudo, entre as mulheres pretas marajoaras e outros. É um encontro de sujeitas historicamente e socialmente que se deparam na arena pública, posicionadas por determinantes sociais e econômicos e por um conjunto de representações sociais que pré-estabelecem as condições gerais em que se encontravam/encontram e sobre as quais atuavam/atuam diante das dificuldades oriundas de sua condição enquanto mulher...

Sofri algumas dificuldades como passar fome, não adquiri muitos bens, não tinha muito tempo para estudar, visto que eu precisava trabalhar. (Sujeita D)

[...]as dificuldades pessoais aparecem ainda mais quando tive meu primeiro filho onde tinha que leva-lo nas aulas nos primeiros meses e que acabava por incomodar alguns docentes em sala. (Sujeita E)

Ser testada todos os dias muitas vezes passa longe de ser um instrumento de aprendizagem, mas sim de preconceito e de relação de poder (Sujeita G)

Essas dificuldades elencadas pelas sujeitas, “pobreza, maternidade, opressão social”, devem ser analisadas sob a ótica das políticas públicas, onde se tem uma propagação de acesso a Universidade, mas que desconsidera as necessidades específicas do público feminino para permanência, necessidades estas que são carregadas de valores que desqualificam e destituem a participação da mulher preta nos espaços universitários, como apresenta a sujeita D que teve dificuldade de subsistência, ou até mesmo as sujeitas E e G que mostram respectivamente, a maternidade como limitadora para a sua formação acadêmica em que a mesma necessita submeter seu filho as condições de uma sala de aula e de ter que provar capacidade muitas vezes originárias em cursos predominantemente masculinos, nesse viés as sujeitas acabam valorando negativamente a sua estadia no ambiente universitário, conforme observa-se no quadro 13.

Quadro 13 - Resultados – Primeira etapa

Ideia central	Ancoragem	Valores
Pobreza	1) Sofri algumas dificuldades como passar fome... visto que eu precisava trabalhar	Necessidade de trabalho precoce
Maternidade	2) as dificuldades pessoais aparecem ainda mais quando tive meu primeiro filho onde tinha que leva-lo nas aulas nos primeiros meses	Apoio familiar
Opressão social	3) Ser testada todos os dias muitas vezes passa longe de ser um instrumento de aprendizagem, mas sim de preconceito e de relação de poder	Avaliação da capacidade X gênero

Fonte: Autora, 2021

Dentro deste contexto é preciso considerar que quando essas mulheres subalternizadas reivindicam suas autonomias e se colocam na perspectiva de falar e analisar a sua própria trajetória, elas potencializam rompimento dos discursos hegemônicos academiados brancos. Destarte que é a própria participação das mulheres pretas nas universidades que a fazem um espaço de representações e interações sociais, tornando-se a extensão da emancipação feminina e espaço onde essas mulheres e seus semelhantes conseguem se reconhecer como portadores de saberes legítimos configurados pelos saberes que já possuem sobre si mesmas e sobre os outros e, em particular, sobre a representação que elas constroem acerca do próprio conhecimento. Dito de outra forma, a Universidade se apresenta como espaço de reflexão e questionamentos das posições hierárquicas dos conhecimentos.

Diante deste cenário, entende -se que o acesso a Universidade se apresenta como um fator ou ação emancipatória(o) destas mulheres, onde chegam dotadas de representações oriundas de suas vivências e experiências cotidianas e encontram um lugar totalmente desconhecido e formador de novas representações e interações que vão influenciar na construção identitária delas, agora na condição de mulheres pretas marajoaras e universitárias.

Consequente, aborda-se os resultados desta pesquisa a partir da análise da Segunda etapa, nomeada **Sentidos de si**. Nesta fase as sujeitas se reconhecem enquanto ser social e se colocam na história como protagonistas pertencentes a um(ns) grupo(s), a partir do momento que são submetidas as condições de cultura, valores, crenças e comportamentos de um novo ambiente.

B - Categoria 2- Sentidos sobre si

No Brasil a representação da mulher preta é percebida com mais intensidade após a ascensão da classe média ao final dos anos 90, entre os diferentes fatores, principalmente na criação das políticas afirmativas, dentre as quais a inserção de jovens negros nas universidades através das cotas raciais, regulamentada pela Lei nº 7.824/2012 que permitiu um percentual de vagas no ensino superior para negros e indígenas (OLIVEIRA, 2020). Um movimento, que embora lento, no sentido do alcance do número de pessoas pretas nas universidades, tem levado a (re)construções das representatividades desses grupos sociais historicamente excluídos.

A visibilidade das causas das mulheres pretas e a luta por seus direitos tem sido pauta do movimento de empoderamento feminino. E uma das temáticas que envolve essa luta é a quebra das representações negativas historicamente construídas a respeito das mulheres pretas. Assim, as falas proferidas pelas sujeitas da pesquisa, fomentam o debate e a reflexão na Amazônia marajoara acerca dos sentidos construídos sobre a mulher preta, visto que historicamente sofreram com a discriminação racial, de gênero e de classe, enraizadas na sociedade desde o processo de ocupação do arquipélago do Marajó, inclusive por causa das formas de tratamento e abandono que as populações oriundas do continente africano e as comunidades indígenas vivenciaram. Desta forma esta segunda categoria de análise engendra uma rede de sentidos onde as representações de gênero, origem, cor e posição social convergem no debate de representação social (re)construída e de uma identidade compreendida, reconhecida e vivenciada em um ambiente educacional universal: a Universidade.

Observa-se que os sentidos de “orgulho”, “invisível... sem baixar a cabeça” ou ainda “sinônimo de luta” que as sujeitas dessa pesquisa atribuem ao significado de serem mulheres pretas estão diretamente ligados ao modo como foram e são tratadas e vistas na sociedade amazônica, seja no acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e segurança, fatores essenciais para uma vida de qualidade.

Hoje eu tenho orgulho de ser uma mulher preta, mas na minha infância e adolescência não era assim, pois eu sofria muito com o preconceito tanto na escola quanto por parte da minha parentela. (Sujeita D)

Me vejo em algumas situações invisibilizada, porém não abaixo a cabeça. [...]Minha irmã, preta, não sentia a necessidade de se ter um ensino superior até pouco tempo atrás[...]. (Sujeita E)

Ser mulher e preta sempre será um sinônimo de lutas. [...] Sem falar no estereótipo de mulher que já vem desde muito tempo e sendo preta ainda acrescentam condições inferiores a nós. [...] (Sujeita G)

Os sentidos entre invisibilidade, orgulho e luta constante refletem o nível de um autorreconhecimento de sentidos e significados (re)construídos a partir do ambiente universitário até então negado, como indicado na fala da sujeita E “[..]Minha irmã, preta, não sentia a necessidade de se ter um ensino superior até pouco tempo atrás[...]”, onde a Universidade se transforma em um espaço de direito, interação social e de identificação social. Os Sentidos de sí, expressam na dinâmica temporal a o combate a consciência do preconceito e estereótipo de seres inferiores marcadas pelas ações de enfrentamento nas ações do “ não abaixo a cabeça” no tempo presente e no tempo futuro , em que “Ser mulher e preta sempre será um sinônimo de lutas.”

Essa realidade reflete de muitas maneiras as realidades de múltiplas mulheres pretas que enfrentam espessas barreiras socioculturais, racistas, machistas e sexistas que “impossibilitam” reconhecer-se enquanto uma mulher preta capacitada para ocupar o lugar que queira. Na tríade Mulher, negra (preta e parda) e pobre, Zélia Amador de Deus (2020) reflete essa realidade ao descrever que desde a infância a mulher preta sofre discriminação que a impede da autoaceitação e valorização de sua identidade por apreender desde cedo que sua “incapacidade” estaria diretamente relacionada ao seu gênero e a cor de pele.

Entretanto, no campo representacional, quando as sujeitas E e G, descrevem que “não abaixam a cabeça” e seguem “lutando” inclusive contra os estereótipos, já atravessados em seus corpos e em suas trajetórias de vida como símbolo de destino, acabam por (re)significar suas existências e criam novos sentidos para as mulheres pretas. Evidenciam que podem estar e fazer onde e o que quiser, mesmo que sofram preconceito e discriminação ou que tenham que dispor de esforços superiores a outros grupos, inclusive os das mulheres brancas.

Não se trata aqui, de romantizar a luta das mulheres pretas por direitos que deveriam ser providos sem custo, mas ressaltar que transportam historicamente em suas existências e resistências, um conjunto de dores advindos do desejo em ocupar lugares de poder na sociedade, inclusive dentro de seu próprio núcleo familiar. As mulheres pretas precisam lutar e resistir para terem as mesmas perspectivas e expectativas que demais sujeitas em que precisam romper com as condições de coadjuvantes da sua própria história, muitas vezes imposta pela parcela dominante da sociedade: Branca e machista.

O processo de empoderamento que simboliza o movimento feminino contra as posições sociais impostas por condições de existência dessas sujeitas, implica segundo

Deere, León(2002) na alteração radical de estruturas e de processos que venham reproduzir a condição da mulher como um gênero submisso. Romper barreiras do sentimento de invisibilidade apresentado pela sujeita E, requer reconfigurar as representações negativas que marcam simbolicamente os lugares de “sobra” como descreve Lélia Gonzáles,

Aquele papo do “exige-se boa aparência”, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de butique elegante, comissária de bordo etc. e tal são profissões que exigem contato com o tal do público “exigente” (leia-se: racista). Afinal de contas, para a cabeça desse “público”, a trabalhadora negra tem que ficar “no seu lugar”: ocultada, invisível, “na cozinha”. Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo). (GONZÁLES, 2020, p. 200)

Nesse processo de reconhecer-se como pretas e detentoras do sentimento de luta e resistência, a Universidade se anuncia como uma conquista territorial em que poderá desfazer a invisibilidade que atravessa estas mulheres pelo gênero e pela cor de pele. Entretanto, as dificuldades enfrentadas se intensificam pelas mesmas condições, como descreve as sujeitas D quando afirma que “Tudo é mais difícil sendo mulher” e a sujeita G, que tem sua capacidade avaliada quando declara “ Me sinto testada todos os dias como se eu tivesse que me esforçar muito mais do que homens ou mulheres brancas”, o que implica dizer que no processo de resistência contra a invisibilidade feminina outras existências e vivências são apreendidas e os sentidos e significados sobre ser mulher preta são (re)construídos, ao integrar nova categoria MULHER – MARAJOARA – PRETA – UNIVERSITÁRIA nesse processo de autorreconhecimento.

Tudo é mais difícil sendo mulher. Além das tarefas da Universidade como pesquisas, monitoria etc., ainda tenho os afazeres domésticos. (Sujeita D)

O fato de eu poder cursar uma graduação é motivo de orgulho para minha família e um incentivo aos que estão começando. (Sujeita E)

Me sinto testada todos os dias como se eu tivesse que me esforçar muito mais do que homens ou mulheres brancas de uma condição financeira melhor que a minha. Ser mulher e preta na Universidade é ter que lutar para ser enxergada, para ser ouvida, para ser respeitada. (Sujeita G)

Dentro do contexto universitário, as mulheres pretas adquirem novos conhecimentos não somente acadêmicos, mas inclusive sobre a sua própria condição, quando muitas não

possuem ainda o olhar sobre o seu corpo enquanto mulher preta e iniciam esse processo de autorreconhecimento ou não, quando se deparam com as diferenças e comparações negativas principalmente de capacidade intelectual. Ressalta-se que na condição de universitárias elas não se desatrelam de seu gênero, ainda são mulheres, ainda possuem a carga dos afazeres domésticos, do cuidado com a família e com a casa como primeira obrigação como Foucault (1997) e Rodrigues (2016) apontam em seus estudos dizendo que as mulheres já tem funções pré-definidas socialmente a partir do seu gênero e, quando se trata da mulher preta, os estereótipos são recriados principalmente pela historicidade que seu corpo carrega, seja da escravidão e da subserviência ou mesmo na atualidade onde essas mesmas condições históricas se transportam de um passado remoto ao presente expondo e reafirmando as marcas de exclusão e inferioridade social e educacional.

Essa visão, reflete paradoxalmente a disputa para romper a representação hegemônica das mulheres pretas como incapazes, que pela condição de gênero e cor de pele que precisam fazer segundo a Sujeita D “Além das tarefas da Universidade como pesquisas, monitoria etc., ...os afazeres domésticos.” Para além das dificuldades, o discurso da Sujeita E também mostra que o lugar conquistado na Universidade é carregado do sentido de orgulho familiar e exemplo para aquelas que ainda estão no começo como afirma “ ...orgulho para minha família e um incentivo aos que estão começando.”. O que implica em dizer que a conquista da mulher preta de ser universitária, continua cercada de lutas e resistências, como nos diz a Sujeita G, “Ser mulher e preta na Universidade é ter que lutar para ser enxergada, para ser ouvida, para ser respeitada.”

Cabe refletir aqui neste estudo, que a Universidade como espaço repleto de representações sociais tidas a partir de um contexto acadêmico, científico, reflete os processos de disputas de representações sobre as mulheres pretas. O que seria direito se torna, portanto, mais um movimento de luta que as mulheres pretas marajoaras tomam para si como forma de ressignificação, não somente do reconhecimento de suas capacidades diversas enquanto indivíduo pensante e reflexivo, mas como uma mulher de resistência diante da necessidade de ter que provar esta mesma capacidade como descreve a Sujeita G ao se comparar a outros “...como se eu tivesse que me esforçar muito mais do que homens ou mulheres brancas.”

Dessa forma, para as sujeitas dessa pesquisa, agregar a categoria universitária à construção de sua identidade significa:

A representatividade de cor para mim é a mais importante, visto que é nela que eu me identifico. (Sujeita D).

Significa que, quanto mais a gente vê mulheres, ainda por cima pretas, chegarem à universidade isso se torna uma ferramenta para que a população preta se veja em lugares diferentes dos mostrados nos noticiários. (Sujeita E)

Acredito que não há lugar melhor do que a Universidade em termos de representatividade. (Sujeita G)

Assim, para as sujeitas, a representatividade de gênero e cor na Universidade se confronta em sentimentos de pertença, como revela a sujeita G “Acredito que não há lugar melhor do que a Universidade em termos de representatividade”, trata-se em suas palavras de um processo de identificação. Na fala da sujeita D “A representatividade de cor para mim é a mais importante., visto que é nela que eu me identifico,” ultrapassa a relação subjetiva entre o Eu e Outro e ganha os contornos da intersubjetividade Eu-Outro-Outros, ou seja, o seu processo de identificação fomenta a possibilidade de outras mulheres pretas perceberem a Universidade como um lugar possível de ser ocupado, como nos diz a sujeita E “Significa que, quanto mais a gente vê mulheres, ainda por cima pretas, chegarem à universidade isso se torna uma ferramenta para que a população preta se veja em lugares diferentes dos mostrados nos noticiários”

Portanto, a relação estabelecida no processo de identificação mulher preta e universitária corrobora com a visão do Feminismo Interseccional de Carla Akotirene (2019) em que as mulheres pretas possuem necessidades diferentes advindas da cor, reafirmando que na relação de gênero, elas também encontram barreiras que as “limitam” de cursar trajetórias profissionais masculinizadas socialmente pelo pensamento segregador sexista. Diante disso, como espaço detentor de conhecimento, a Universidade engloba uma série de condições para transformar educacionalmente a vida de cada indivíduo que nela adentra. Daí a expressão de “orgulho” repetidas vezes manifestado como sentimento tradutor da experiência da mulher preta na conquista do acesso à Universidade, mesmo reconhecendo que o alcance desse direito, significou luta e resistência (individual e coletiva) e que ainda precisa ser combatida no lugar conquistado.

Simbolicamente, no processo de luta, cada conquista é um degrau escalado: O Primeiro, seria superar o preconceito do gênero, que embora já seja um delimitador complexo para as sujeitas desse estudo, sempre esteve intimamente atrelado ao segundo degrau a ser superado que está relacionado ao preconceito da cor. Talvez seja o mais difícil por conta da bagagem pesada que elas carregam marcadas pelos estigmas da escravidão e exclusão na região em que vivem, onde ser mulher e ser preta significa a necessidade de dois grandes passos a serem dados para alcançar o rompimento do lugar de subalternia socialmente desenhado. O terceiro

degrau seria as condições sociais e econômicas, resultantes dos anteriores onde as expectativas de sobrevivência, advém da historicidade do indivíduo e do núcleo social em que ele se encontra e se reconhece. Desta forma quando as sujeitas E e D apontam que quanto mais mulheres pretas na Universidade influenciam a entrada de outras, elas indicam que estas mesmas mulheres nas mesmas condições estão conseguindo ultrapassar os três degraus aqui representados. E mais, esse incentivo acaba por ser libertador de uma opressão social e histórica que colocou essa população as margens da sociedade, em que precisam romper as estruturas, como revela a sujeita G “...isso se torna uma ferramenta para que a população preta se veja em lugares diferentes dos mostrados nos noticiários” .

Destarte, os resultados obtidos nesta segunda categoria estão organizados a partir da forma sistêmica, passando para a complementação de frases formando as Representações Sociais (RS's) das sujeitas relacionadas a si mesmas, aos outros e ao(s) grupo(s) que pertence(m). Vejamos a seguir:

Quadro 14– Resultados- Segunda categoria

Sujeitas	Forma sistemática	Complementação de Frases	Representação que o sujeito faz de si mesmo e do(s) grupo(s) a que pertence
D	<p>EU- Como mulher preta eu tenho orgulho.</p> <p>NÓS - Como mulheres pretas nós sofremos preconceito</p> <p>ELAS- Como mulheres pretas elas me representam na Universidade.</p>	<p>Se identifica como preta. Sente conforto e orgulho na condição de mulher apesar do preconceito.</p>	<p>Orgulho e enfrentamentos de duplas jornadas por ser mulher universitária.</p>
E	<p>EU- Como mulher preta eu vejo conquistas.</p> <p>NÓS - Como mulheres pretas nós somos invisibilizadas.</p> <p>ELAS - Como mulheres pretas elas não sentiam a necessidade de estudar (mãe, irmã)</p>	<p>Se identifica como preta. Considerando que ser mulher preta é motivo de orgulho para a família e exemplo de conquista e incentivo para demais mulheres pretas.</p>	<p>Ruptura de ciclo de vidas</p> <p>Modelo para novas mulheres</p>

G	<p>EU- Como mulher preta eu sempre possuo lutas</p> <p>NÓS - Como mulheres pretas nós somos inferiorizadas.</p> <p>ELAS - Como mulheres pretas elas são testadas todos os dias</p>	<p>Se identifica como preta. Possui o sentimento de “teste” todos os dias e inferioridade que transforma em força para mostrar o contrário do que seria premeditado.</p>	<p>Mulher preta é sinônimo de lutas contra opressões</p>
----------	---	--	--

Fonte: Autora, 2021 (baseado na Teoria Ego-ecológica)

A autodescrição de si, se reflete nas construções identificadas no processo de formação enquanto ser social que tem início no âmbito familiar, mas que pode ser modificado por meio das interações sociais de outros meios, como a experiência de ser universitária. Interações que podem (re)construir as representações que cada participante constrói sobre si como mulher e preta diante dos sentidos de: a) orgulho e enfrentamentos de duplas jornadas por ser mulher universitária; b) ruptura de ciclo de vida e Modelo para novas mulheres; c) sinônimo de lutas contra opressões.

Na dinâmica do como as sujeitas da pesquisa se veem e como elas se relacionam as outras mulheres pretas revelam um processo de conflitos que provocam mudanças em seu universo representacional, ou seja, o lugar do passado histórico (re)significado por diferentes domínios de saber, vivido no perímetro da história pessoal e em contextos interacionais, se inscrevem nas nossas chaves de leitura do mundo, de novas representações, já que vivemos imersos num presente que se renovado sem cessão o qual termina por interferir em um futuro propositivo (SPINK, 1995).

A dupla jornada enquanto mulher e universitária, sobrecarrega as sujeitas ainda que não sejam mães, pois continuam sendo mulheres com papéis pré-definidos pela sociedade em torno do lar e da família, não lhe permitindo a opção em escolher quanto tempo dedicará para cada atividade a ela atribuída. No caso da sujeita E que possui a condição materna, ela não pode se dar ao luxo de deixar seu filho a sua espera em prol de sua escolha de ser universitária, pois antes deste desejo, há a condição mulher e mãe, que embora não explicitado pela sujeita, são papéis que a sobrecarrega, refletindo a falta de apoio por parte do companheiro que não divide as tarefas com o lar e com a família (filhos) deixando essas responsabilidades a cargo dela se apoiando no pressuposto da dimensão patriarcal do homem como ser provedor e da mulher como a responsável por todas as outras dimensões da vida: a

família, as responsabilidades domésticas e o âmbito afetivo e subjetivo, definindo assim o papel secundário e da mulher. (ABRAMO, 2004).

Para Giffin e Costa (1999) a desigualdade nas tarefas domésticas para casais que possuem filhos em comparação aos que não os possuem, é uma situação recorrente em todos os países, mas principalmente em sociedade patriarcais, onde a mulher deve optar entre a sua carreira profissional e a maternidade e quando se encontra nas duas condições mesmo que não escolhidas, ela se vê na “obrigação” da dupla jornada.

Não se pode olvidar, como analisa Oliveira (1999), que a maternidade representa o desejo enraizado nas estruturas sociais para a mulher, indicado historicamente como seu principal papel social. Neste sentido os desejos de estudar e ascender profissionalmente se transformam em um sentimento de crime pelo qual são penalizadas quando colocadas em situações de escolhas e cobranças seja por parte da família ou pela sociedade.

Dados do IBGE (2020) mostraram que mais da metade dos 13,9 milhões de brasileiros sem trabalho no ano de 2020, eram do sexo feminino e desse montante, seis em cada dez (60,0%) se autodeclaravam pretas ou pardas numa faixa etária de 14 e 24 anos (35,3%), desse total para além das condições escolares, quatro em cada dez (40,6%) tinham até o ensino médio incompleto ou equivalente. Corroborando, os dados do IPEA de 2020 também apresentaram indicadores que mostram que as mulheres seguem em desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho. Em 2019, elas correspondiam a 46,2% e em 2020 reduziu esse quantitativo para 39,7%. Ainda assim elas continuam ganhando menos e ocupando cargos de menor valorização no mercado como o caso das empregadas domésticas em que a cor/raça intensifica a dificuldade em mudar a situação das mulheres negras mesmo antes da crise econômica brasileira influenciada pela pandemia do Covid-19.

Diante desse cenário, o chegar à Universidade não é suficiente para mudar uma historicidade de luta por direitos e melhores condições de vida e trabalho, como diria Cibele Henriques (2016) é imprescindível que estas mulheres possam ter liberdade de escolha, o que implica consolidar condições necessárias a permanência delas na Universidade principalmente às mães e chefes de família, para que elas possam estudar e trabalhar sem ter que se culpabilizar em “abandonar” a família, pela ruptura do papel a elas determinado socialmente.

Assim, quando as sujeitas se autorreconhecem mulheres pretas partindo de um olhar individual que se (re)constrói em um núcleo coletivo identificador de pertença, confirmam que os conhecimentos, experiências e vivências dessas mulheres pretas, marajoaras e universitárias são individuais e coletivos ao passo que estão situados em estruturas sociais e

culturais de gênero, raça, cor e classe que são atravessadas por essas identidades individuais e coletivas de outras mulheres nas mesmas condições experienciadas.

Dessa forma, se reconstroem representações e abalam-se ideologias da historicidade do corpo feminino como reprodutor e da mulher como provedora de cuidados. Para além do espaço determinado historicamente, as sujeitas dessa pesquisa se olham e se reconhecem como indivíduos de direitos e de poder, usando as suas próprias experiências como bases de apoio as novas estruturas que desejam construir para si e demais mulheres.

No tocante a estes desejos elas se utilizam do conhecimento que possuem quanto ao movimento de luta e de conquistas que será apresentado na etapa de análise desse estudo a seguir.

c) Categoria 3 - Representações Identitárias: mulheres pretas de lutas

Como discutiu-se no subtópico anterior, a acumulação de informação, experiências e conhecimentos transformam-se em elaborações e compõem novas representações sobre o que é ser mulher preta com as quais projetam um futuro que constituirá o próprio imaginário que vai acolhê-las. Isso implica, entre outras coisas, que o senso comum de amanhã e a disposição para agir (ou a falta dela) começam no tempo presente., ou seja, as representações sociais não são apenas tributárias do passado, são também passagem para o futuro: está se construindo hoje o acervo cognitivo-afetivo com o se lidará com o amanhã. (ARRUDA, 2000).

Partindo dessa compreensão, nesta terceira etapa de análise, busca-se identificar e analisar os valores positivos ou negativos atribuídos ao “ser mulher preta” no processo de auto identificação e os graus de pertencimento ao movimento feminista, com o intuito de compreender os sentidos e significados das sujeitas dessa pesquisa sobre esse movimento de luta constante que envolve o seu existir e a forma como representam o feminismo e como o relacionam as suas vivências enquanto mulher em seu contexto de experiência, vivência e sobrevivência: a Amazônia marajoara.

Assim, partindo das discussões anteriores, perguntou-se as participantes:

- O que você pensa sobre o feminismo dentro da Universidade? Você se considera feminista? Se sim, quais causas na sua concepção ainda devem ser discutidas dentro da Universidade?

As respostas obtidas, mostram a importância e de certa maneira uma preocupação por parte delas em conhecer o Feminismo e se identificar positivamente com o mesmo, onde as sujeitas levam em conta as suas histórias de vida e experiências, vejamos:

Sim, eu me considero feminista. Uma pauta que eu acho que deve ser discutida na universidade é sobre a baixa taxa de ocupação de cargos de gestão por mulheres nas universidades.(Sujeita D)

Me considero feminista sim, pois sou totalmente favorável a garantia dos direitos das mulheres, seja no acesso aos cursos de graduação, seja na garantia de condições de permanência como auxílio creche, moradia, entre outros necessários. (Sujeita E)

Sim me considero, até porque sendo mulher preta e pobre creio que lutamos diariamente mesmo sem perceber. (Sujeita G)

As respostas nos permitiram estabelecer um grau positivo de identificação com seus pares e com o grupo de pessoas que se identificam com o objeto estudado, como podemos ver a seguir no quadro 15:

Quadro 15 – Resultados – Terceira etapa

Feminismo	Identificação positiva	3+	Representação social Lutas por garantia de direito das mulheres
	Identificação negativa	-	
	Diferenciação positiva	-	
	Diferenciação negativa	-	
Resultados	(3+) - As três participantes se identificam positivamente com o objeto estudado;		
	(-) Não houve ocorrência		

Fonte: Autora, 2021

Os resultados desta etapa, apontam que as sujeitas desta pesquisa se auto identificam Feministas pelo fato de estarem de alguma forma relacionadas a defesa dos direitos das mulheres a estarem na universidade até mesmo por sua própria luta de acesso a esse ambiente. É importante considerar que as sujeitas fazem referência a defesa ao lugar da mulher que precisa ser ampliado ao campo da gestão onde a sujeita G faz referência direta a tríade “mulher preta e pobre” e ao processo de naturalização da luta pela garantia daquilo que é direito: “...lutamos diariamente mesmo sem perceber.”

A partir dessa análise do reconhecimento do Feminismo como fenômeno social de luta por garantia de direitos e de emancipação, reconhecer-se feminista na lógica do feminismo negro de Lélia Gonzales (1984), faz de sua existência e luta o “dedo na ferida”, que a cada conquista evidencia as falácias da democracia racial e mostra a luta para não ser vista como objeto que se atira a “lata de lixo”, nesse processo é preciso reconhecer que mulher preta (‘sempre’ pobre) traz representações hegemônicas, refletidas negativamente da empregada doméstica [mucama] assexual, corpo-trabalho incapaz de trabalhos intelectuais, e que o racismo revela uma de suas características mais perversas. Nas palavras de Lélia Gonzales,

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALES, 1984, p.224)

Para romper estruturas, na luta por garantia de direitos das sujeitas aqui participantes, elas utilizam de sua condição de universitárias para alcançar conhecimentos acerca de sua trajetória e conceber formas de como se desvencilhar das condições predeterminantes a elas. O dizer “Sim! Me considero feminista!” retoma como diz a citação acima, a sua existência como mulher preta em uma outra perspectiva, aos nossos ouvidos, como uma forma de dizer que elas não aceitam o que foi lhes dado pela história.

Ao longo de todas as respostas dadas, durante toda a pesquisa, observa-se que o sentimento de luta e contrariedade ao destino se apresenta como uma força, que impulsiona o desejo de querer fazer diferente, mesmo que ainda seja difícil. Nesta perspectiva o movimento de luta e resistência diante das dificuldades, fora e dentro da própria Universidade se apresenta como um ponto chave do sentimento feminista concebido por elas como movimento de luta de mudança da vida individual e de forma mais abrangente e coletiva exemplo para outras mulheres pretas.

As condições de vida das mulheres pretas marajoaras são reflexos dos vários problemas sociais e econômicos da região que levam à gravidez precoce e abandono escolar ainda na adolescência. Mulheres que vivem em situações de extrema pobreza, falta de acesso a políticas públicas de saúde e educação e que acabam reproduzindo as condições de vida vividas por suas avós e mães obedecendo a um círculo vicioso de falta de oportunidades (GONDIM; GONDIM; CHAVES, 2020). Portanto as sujeitas desta pesquisa, ao “erguerem as suas vozes” como diria Bell Hooks (2019) pensar como feminista, pensar como negra,/preta é parte essencial da luta da emancipação da subalternização da mulher. Um feminismo, parafraseando Bell Hooks (2019) que ainda precisa ser pautado como contraposição à dominação patriarcal e que também necessita ser construído com amor, cuidado e solidariedade na sociedade.

Compreender o Feminismo, enquanto movimento que visa superar dominação patriarcal, requer a compreensão deste e o conhecimento de sua presença na vida cotidiana,

principalmente, no contexto da vida privada/doméstica (PINHEIRO, 2019). Então, pode-se inferir que as sujeitas desta pesquisa, abriram esse caminho ao conseguirem romper com os padrões de baixa escolaridade, no dizer de Lélia Gonzalez (1984) do lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber ou da falta desse.

Porém, sabe-se que ainda há muito o que lutar e conquistar, diante do desejo de transformar as estruturas racistas, sexistas e que para isso, os papéis atribuídos as sujeitas pretas, marajoaras e universitárias estão sendo reivindicados por elas agora a partir da universidade, na condição de indivíduos que pertencem a este ambiente gerador de conhecimento e de espaço para discussão de direitos e participação igualitária dos gêneros na sociedade.

Dessa maneira nossa análise evolui para a construção dos eixos de identidade-egomórfico e alomórfico – e eixos de afetividade – positivo ou negativo-, onde poderemos concluir com a discussão dos pensamentos sobre nossas sujeitas e suas representações. Apresentaremos a seguir a análise geral dos dados, a partir dos resultados das três etapas de análise da Teoria Ego-ecológica, organizados de acordo com o quadro 16 do Espaço Elementar de Identidade Social de Marisa Zavalloni (1987), atribuídos a partir dos discursos das próprias entrevistadas, fazendo em seguida a triangulação sujeito-outro-objeto na relação indivíduo-sociedade da Teoria Ego ecológica tratando-se da (re)construção de Representações Sociais a partir de um contexto identitário relacionado a um objeto investigado que é influenciável pelo meio social em que está inserido.

A partir dessa concepção formada, apresentamos a análise dos dados agrupados de acordo com a organização do espaço elementar de Mariza Zavalloni (1984, 1987, 2001), a partir das identificações identitárias de nossas sujeitas nesta pesquisa, vejamos:

Quadro--16 – Resultados do espaço elementar

Pólo Egomórfico Positivo	Polo Alomórfico Positivo
Polo positivo (auto – referência)	Polo positivo (hetero- referência)
Situação de: Dificuldade Sentimento de: Desejo de mudança do destino comum Necessidades financeiras Compromisso com a vida(mudar a trajetória)	1. Situação de: Pessoas negras X pobreza Ausência de direitos 2. Situação de: Rompimento com o ciclo da vida 3. Referente: escolha em estudar contrariando o destino traçado Sentimento de: conquista e luta por direitos
Situação de: autoidentificação como mulher preta Sentimentos de: conforto e orgulho conquista e incentivo enfretoamento e lutas	Expressão de oposição: Percepção de não pertencimento social Falta de oportunidade

Polo Egomórfico Negativo	Polo Alomórfico Negativo
Situação de: Pobreza Condição materna Opressão social Sentimento de: Destino comum Falta de escolhas	Referente com diferenciação negativa 1.Situação de: necessidade de trabalho precoce e apoio familiar 2.Situação de: Avaliação da capacidade pelo gênero Sentimentos de: teste individual Discriminação e inferioridade (relações de poder)

Fonte: Autora, 2021 (adaptado de Zavalloni, 1984, 1987, 2001)

Através da aplicação do nosso referido referencial teórico metodológico, foi possível observar os fatores facilitadores e limitadores da construção de uma identidade social e de representações sociais acerca de um fenômeno. Considerando os resultados alocados em cada polo, pudemos identificar a possibilidade de atribuição de valor positivo ou negativo sob determinado objeto. Assim, analisamos a seguir cada um dos polos, nos permitindo conhecer a percepção de cada sujeita sobre si mesma e os outros, bem como as relações estabelecidas com o grupo de pertencimento e com os demais indivíduos de outros grupos com os quais se convive, vejamos:

1. **Polo Egomórfico positivo - Polo positivo (auto referência)**

As auto referências aqui feitas pelas sujeitas consideram como elas se sentem em relação a sua condição de mulher preta fazendo auto referência a cor de pele (situação) e com as representações construídas (sentimentos). Essas auto referências egomórficas positivas, sugerem a identificação positiva das nossas sujeitas com a condição social associada a cor de pele como forma de auto avaliação enquanto indivíduo social partindo do pressuposto que a autoidentificação em determinada condição, influencia na (re) construção da identidade social de cada indivíduo tão logo, de suas representações sociais.

Quanto as auto referências feitas pelas participantes, podemos elencar o pensamento do estigma da cor de pele utilizado como elemento marcador de discursos históricos, políticos culturais em que Fanon (2008) caracteriza como “processo epidérmico” do sistema colonial. O autor ainda aponta o prejuízo da autoidentificação com a cor de pele realizada pelos próprios indivíduos, quando os processos discursivos colonizadores tentam reduzir os negros a partir de um esquema corporal de elementos fornecidos pela visão do outro: o branco. Pois diante da “criação” do Brasil numa falsa democracia racial, as identidades dos indivíduos passam a ser reconstituídas em grande parte por meio do sortilégio da cor que se transforma em uma permanente busca da população brasileira do simulacro da brancura.

(NASCIMENTO, 2003). Dessa forma a identidade da mulher preta passa a também ser secundária já que seu gênero bem como raça e classe já os são vistos dessa maneira diante do cenário em que estão inseridas.

A partir desse olhar do outro, são construídos os estereótipos em torno do corpo preto da mulher como abordou-se neste estudo na concepção da herança escravocrata por Maria Silva (2009) onde ela descreve esse pensamento social a partir da herança histórica que coloca a mulher preta remetendo-a primeiramente as marcas trazidas pela cor de sua pele na condição de escrava, destinadas a inferioridade do seu corpo, revelando um processo contínuo de construção da identidade a partir da dimensão da auto atribuição ou autodefinição, que se forma quando o próprio grupo seleciona sinais diacríticos para se autodefinir. (MUNANGA, 2012).

Entretanto, ao se auto identificarem positivamente com cor de sua pele, as sujeitas desta pesquisa vão contar todos os estereótipos e historicidade transportadas em seu corpo através dos tempos. Percebemos que para elas, a mulher tendo uma identidade construída com sentidos e significados de uma pretitude – negritude como referência de lutas e conquistas para além das condições sociais vividas e experiências trazidas, as tornam mulheres pretas autovalorizadas onde deixam a inferioridade do seu corpo e cor no passado traçando seus próprios caminhos sendo sujeitas de suas próprias histórias.

Todavia, se faz necessário a construção de uma sociedade justa e igualitária com vistas à cidadania como direito real, que reconheça as diferenças e as diversidades de cada indivíduo social e que rejeite todo e qualquer artifício de discriminação e preconceito em todos os âmbitos sociais. Para isso, as sujeitas se autorreconhecem pretas num movimento de concepção de uma identidade de resistência, é produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condição desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante (MUNANGA, 2003).

2. Polo Egomórfico negativo - Polo negativo (auto referência)

Ainda no polo egomórfico mas agora negativo, há a auto referência com as condições precárias vivenciadas pelas sujeitas, em que a representação obtida diante de tais situações remetem a um sentimento de “perda” das suas identidades já que as mesmas classificam as situações como “comuns à mulher preta”. Neste polo há uma sugestão de afirmação por parte das sujeitas às condições ali explicitadas, onde entende-se que mesmo não possuindo valores positivos à identidade, fazem parte da construção identitária de cada sujeita, contribuindo de forma negativa para sua construção social enquanto indivíduo.

Podemos dizer por meio de Moscovici (1978) que o julgamento de cada indivíduo por questões raciais contribui para o distanciamento da identidade conhecida e até mesmo a “perda” desta, quando vítimas de racismo e de preconceito, as sujeitas tentam se encaixar em padrões sociais na expectativa de serem aceitas, como alisar os cabelos por exemplo.

Kambegele Munanga (2012) defini a identidade do negro (pretos e pardos) como fruto da seleção de sinais diacríticos (atributos selecionados a partir do seu complexo cultural - religião, política, economia, artes, visão de mundo etc.), realizada pelo grupo de oposição e podemos pensar partindo das ideias de Moscovici (1978) que as condições comuns a mulher preta ocorrem a partir de cada julgamento de uma pessoa percebida, vivida como representante de uma sequência de outras pessoas ou de uma coletividade que direciona e defini ações baseadas no gênero e cor de pele de cada indivíduo. Um retrato negativo e comum as mulheres pretas é o mercado de trabalho em que mesmo inseridas nesse contexto, possuem uma construção negativa de suas identidades quando continuam possuindo um papel secundário, seja na função que exercem como as empregadas domésticas (pouco valorizadas) bem como nas remunerações recebidas que não conseguem custear todas as necessidades familiares.

Percebe-se então que a construção da identidade está diretamente relacionada a essência da supremacia branca. Em que mesmo as sujeitas se autorreconhecendo pretas e tomando isso para si como expressão de lutas (Polo Egomórfico positivo), a dominação racista e sexista, padroniza e eleva a brancura como efeito sobre a identidade de todos os povos dominados indicando que essa supremacia branca é responsável pelo alcance da cidadania como direito real e absoluto.

3. **Polo Alomórfico positivo - Polo positivo (hetero referência)**

Este eixo focaliza a maneira como as sujeitas vivenciam o seu autorreconhecimento, apresentando que o apoio familiar embora num primeiro momento seja considerado positivo ele se apresenta aqui como negativo pois para as sujeitas é visto como um sentimento de contrariedade advindo do sistema patriarcal e que mesmo quando se tem o incentivo a elas para o estudo e o trabalho, as funções femininas da maternidade e de cuidados com o lar aparecem rapidamente quando estão passíveis de interferência, pois, se tornam conflitos internos das sujeitas com si mesmas nesse processo de “escolha”, referenciados nas situações de necessidades econômicas, do estigma da feminilidade a partir de funções históricas e para as nossas sujeitas pretas, ainda nos fatores de preconceito e inferioridade sofridos ao longo desse processo de reconhecimento de si.

Dessa maneira, os atributos alocados no polo alomórfico ressaltam a negativa das sujeitas em aceitar tais situações refletidas no sentimento referenciado de preconceito e inferioridade, como formas de entrave na construção de uma identidade social baseada nos preceitos de pertencimento e de autorreconhecimento. Em determinadas construções de sentidos e significados, os marcadores sociais determinam limites na construção da identidade. Esses conflitos internos subjetivos, advém das percepções do processo de construção identitária como assinala Hall (1996) partindo da compreensão de que as diferenças sociais como gênero, sexualidade e classe, são “negociadas” entre os indivíduos de um mesmo grupo de pertença onde podem ser constituídas as relações de poder em cima dessas mesmas diferenças. Nesse contexto, as construções das identidades sociais se diferem em lugar, tempo e espaço onde deve-se compreender a individualidade de cada sujeito e deve-se entender a construção identitária concebida.

Sendo assim, à Universidade cabe respeitar a diversidade das pessoas criando condições para que elas tenham espaço e oportunidades de profissionalização, levando em conta a realidade socio sociocultural, características individuais e o potencial de cada um. Dessa forma, os sentimentos de discriminação, de teste de capacidade atrelados ao gênero ou até mesmo a cor da pele devem ser combatidas e (re)construídos com em novas representações sociais individuais e coletivas em que as sujeitas pretas, marajoaras e universitárias possam construir no interior de suas lutas cotidianas suas identidades sócio-político-culturais a partir do direito a educação como libertadora de suas opressões experienciadas até então.

4. Polo Alomórfico negativo - Polo negativo (auto referência)

Neste polo percebemos uma auto desvalorização, relacionada às características de ser mulher preta. A situação de dificuldade nos estudos é abordada como um fator comum vivenciado principalmente por mulheres pretas, ao passo que dependem de condições financeiras para tanto e levam em conta as condições sociais e educacionais que possuem na historicidade uma herança dificultosa por conta da cor e do gênero. A representação social aqui como sentimento é o desejo que elas possuem que a sua trajetória fosse diferente do círculo viciosa familiar em que estão inseridas, considerando as suas percepções de que as oportunidades não são iguais e, portanto, se sentem deslocadas do grupo ao qual deveriam pertencer enquanto indivíduos sociais.

Existe então uma dificuldade de diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade, já que as diferenças sociais acabam por criar fronteiras rígidas capazes de estabelecer o distanciamento de oportunidades tão requerido e desejado pelas sujeitas,

fazendo com que estas retomem a negativa diante da cor de pele como forma de exclusão social. Há ainda, dificuldade na construção da identidade que está em processo inacabado e constante que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro. Dessa maneira, a identidade é sempre construída a partir de um processo de interação e diálogo que são estabelecidos com outros indivíduos sociais. (NASCIMENTO, 2003)

Considera-se a partir dessas análises, que cada indivíduo possui experiências particulares que geram percepções e compreensões diferentes acerca de um mesmo objeto investigado em relação aos demais e a seu mundo exterior, contribuindo ou não para que este sujeito obtenha o sentimento de pertença ao grupo o qual está inserido.

Diante disso aponta-se a seguir as representações sociais (re)construídas apresentadas no quadro 17, em que se organizam elementos constituintes destas representações. Vejamos:

Quadro 17 – Representações Sociais concebidas

Polo Egomórfico	
Situação	Sentimentos – Representações sociais
Identificação com a cor da pele	Orgulho Conquista Representatividade Modelo e exemplo social
Trabalho precoce Necessidade financeira Opressão social Jornada dupla	Destino comum a mulher preta Inferioridade Falta de oportunidades ou de escolhas
Polo Alomórfico	
Situação	Sentimentos – Representações sociais
Apoio	Contrariedade no processo de autorreconhecimento Preconceito
Dificuldades de estudos	Percepção de não pertencimento social Oportunidades diferentes consideradas mais difíceis de alcance. Validação da capacidade enquanto mulher preta universitária.

Fonte: Autora, 2021

Desta maneira, as representações sociais (re) construídas pelas sujeitas da pesquisa mostram que a identidade, o discurso e ação são categorias que se encontram resultantes da concepção de representações sociais entendendo que o ambiente exterior permite a integração do objeto com o indivíduo na conceituação e geração de novas representações. Diante disso, assimilam-se a indissociabilidade entre o sujeito e a sociedade, bem como o interno e externo evidenciando a relação entre sujeito e objeto, diante da aceitação individual de uma realidade construída simbolicamente mediante representações (re)criadas a partir da relevância do

contexto social, material e ideativo, onde esse sujeito consegue desenvolver ações individuais sociais e posteriormente coletivas em seu grupo.

Assim, a análise dos dados apontou que para o indivíduo social, não se é importante apenas “viver”, mas sim “existir” em determinado grupo, possuindo valores, crenças e comportamentos oriundos de uma identidade compreendida a partir de sua identificação com seus semelhantes, pois partindo de suas interações sociais com os outros e o meio em que vive que este sujeito se identifica como ser social e constrói a sua individualidade com suas próprias representações que estarão sempre em um movimento de reconstrução mediante a ocorrência de trocas de experiências com o(s) grupo(s) ao(s) qual(is) possui sentimento de pertença e com os demais diferentes de si.

Neste sentido, através da Teoria Ego ecológica foi possível compreender de forma mais clara e individual cada sujeitada nossa pesquisa a partir de seu ambiente e de suas experiências e vivências onde compreende-se que a referida Teoria atende, enquanto vertente, às necessidades da Teoria das Representações Sociais, incluindo na construção dessas, o ambiente externo – Universidade- como fator de influência na concepção de uma identidade social e de posteriores representações acerca de um fenômeno como objeto investigado, se apresentando nesta pesquisa, como uma metodologia sistematizada, dinâmica e flexível, sempre objetivando conhecer e compreender o indivíduo, o seu contexto social e suas relações com si mesmo e com os grupos sociais de pertencimento.

Portanto, há concordância no discurso de Nilma Lino Gomes (2002) quando salienta que a aceitação da mulher preta como tal perpassa por um processo de conscientização e de valorização da negritude, onde essa sujeita se reconhece em uma identidade construída a partir de elementos políticos – sócio - culturais representativos em que ela (mulher preta) consegue se afirmar como tal e estabelece sentidos e significados em torno do sentimento de pertencimento a um grupo. Deste modo, a Universidade favorece, como espaço de interação e troca de experiências, o diálogo entre os indivíduos de diferentes grupos sociais e raciais permitindo assim, a troca de vivências e a possível desconstrução dos estereótipos advindos historicamente em relação as mulheres pretas.

Assim, a partir do lugar que esta pesquisa se desenvolve nos leva a refletir a respeito das identidades (re)construídas bem como as representações sociais concebidas por nossas sujeitas a partir do ambiente universitário como local de emancipação daquelas. O que nos leva a crer em nossas considerações que a compreensão do indivíduo enquanto ser social de direito, protagonista de sua própria história para além das suas condições de gênero, raça e classe se consolida a partir do ambiente em que esse ser social está inserido. Para tanto, a

Universidade a partir da Teoria Ego-ecológica demonstrou o campo valorativo de conhecimentos e de interações sociais que nela existem, como fatores de transformação de nossas sujeitas, oferecendo não somente novas experiências e vivências positivas, mas também negativas que de qualquer maneira, influenciarão nesse processo de construção de identidade social de nossas sujeitas enquanto mulheres pretas.

Positivamente a Teoria Ego-ecológica nos mostrou neste estudo que a educação a partir da Universidade como espaço de interação e de conhecimento exerce um papel fundamental na construção das nossas sujeitas como individu@s sociais, percebendo e (re)construindo sentidos e significados sobre si mesmas e sobre os outros, fortalecendo o seu autorreconhecimento de gênero e cor/raça e desmistificando a história que contaram delas para elas se tornando protagonista e contadoras de suas próprias histórias.

As representações sociais das sujeitas, dialogam com as suas realidades e contribuem com a formulação e (re) construção de uma identidade social positiva dessa mulher preta marajoara e universitária a partir do rompimento de um cotidiano histórico-sociológico vivenciado em um círculo vicioso de seu núcleo familiar. Sabemos a partir de Paulo Freire (1967) que a educação liberta, mas também sabemos que para que haja liberdade do corpo feminino é preciso liberta-las das mazelas sociais como desemprego, pobreza, trabalho precário, discriminação, preconceito, para além dos estereótipos de um corpo historicamente marginalizado e sexualizado. No entanto, as sujeitas desta pesquisa mostraram que veem lutando contra toda essa dinâmica social enraizada e concentrada em fazer dessas mulheres meros números estatísticos em dados de violência, de pobreza e outras condições precárias de vida.

Quanto ao autorreconhecimento enquanto mulher preta, as sujeitas nos apresentam um aprendizado que embora não diretamente indicado, é perceptível em suas narrativas quando nos contam as suas trajetórias, vivências e experiências expondo todas as dificuldades presenciadas e de que maneira elas conseguiram se transpor a estas barreiras para alcançar seu espaço na sociedade e na Universidade. Elas tiveram referências por meio do próprio movimento feminista em que as lutas deste trouxe direito a elas e voz para alcançar o seu tão sonhado lugar de fala bem como o apoio familiar na mãe que ajudou a filha a estudar para que tivesse um futuro diferente do dela (círculo vicioso do patriarcalismo) bem como no apoio financeiro para que conseguisse permanecer e desenvolver sua trajetória acadêmica, mesmo que ainda assim tenha sido um caminho difícil.

A importância em evidenciar a identidade de mulheres pretas marajoaras na condição de universitárias, incentiva o debate acerca da equidade de gênero e raça. Pautas relacionadas

as discussões de enfrentamento da violência contra as mulheres pretas ou mesmo a construção de um espaço em que elas possam conciliar a maternidade e a vida profissional foi durante as lutas nas ondas feministas e ainda continuam sendo um desejo que, pode-se dizer que está sendo alcançado gradativamente, ainda mais se este espaço for a Universidade como ambiente repleto de representatividade em que se torna um ambiente de tomada de decisões pelas nossas sujeitas da pesquisa. Quanto a sensação de pertencimento social, os sentidos e significados (re)construídos pelas nossas sujeitas desempenham um papel fundamental, mas bastante desafiador no que diz respeito ao se autorreconhecer como tal em um país racista como o Brasil, onde essa mulher tem que se preocupar em criar um ambiente seguro não somente das violências direcionadas ao seu corpo, mas também de suas emoções relacionadas a sua própria aceitação como mulher preta.

Assim, os discursos de nossas sujeitas mostram a necessidade do diálogo sobre ser mulher preta universitária em uma realidade amazônica marajoara reflexo da construção racial brasileira e necessitada de insurgências acerca das temáticas de gênero e cor -raça da sua população feminina em discussões a partir da Universidade. Dessa maneira, não só as sujeitas desta pesquisa, como outras mulheres em outros contextos sociais possam expressar seus sentimentos e (re)construir seus papéis e funções na sociedade a partir do protagonismo de sua própria história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, intitulada **Representações Sociais da Mulher Preta universitária sobre o feminismo: a realidade da Amazonia Marajoara** na linha de Pesquisa Educação, Linguagens e Culturas na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia da Universidade Federal do Pará, apresentou como problema: quais são as representações que as mulheres pretas universitárias marajoaras constroem sobre o Feminismo e suas as implicações sobre seu autorreconhecimento como mulher preta? Para tanto, as questões de cor, gênero, classe e territorialidade estão ligadas a todas as seções articulando uma rede sentidos que revelam a condição universitária como uma conquista de sua luta na esfera de disputa para o alcance da transformação de sua vida e de espelhamento para as demais mulheres pretas marajoaras. Assim ao assumir-se feminista legítima a sua luta cotidiana dos objetivos de transformação da realidade social essas mulheres pretas universitárias marajoaras.

Os sentidos construídos sobre o Feminismo, relacionam-se a sua luta cotidiana para garantir o direito de suas escolhas, ruptura com representações subalternizada pela sua

condição de gênero, da cor de sua pele, de classe social e a origem. Como observa-se nos resultados as três sujeitas da pesquisa se autorreconhecem como mulher preta e sentem principalmente orgulho desta condição, mesmo tendo consciência dos desafios que ainda precisa enfrentar. Para el@s, os sentimentos de orgulho, conquista e representatividade por exemplo, são formas de lutas à opressão sofrida diante de um “destino pré determinado”.

No construto de uma identidade social enquanto mulher preta, foi possível perceber que é necessário que o indivíduo possua uma representação a respeito de si mesmo para que ele se perceba e se identifique diante das interações sociais com outros indivíduos, em que estas interações possuirão influências positivas e/ou negativas nesse processo de autorreconhecimento de identidade. Assim, esta pesquisa prossegue afirmando que a percepção do sujeito acerca de seus pares e dos indivíduos dos outros grupos se relacionam diretamente com os sentidos e significados sobre si e sobre os outros na relação Eu-Outro-sociedade. Quando identificadas nesse processo interacional, nossas sujeitas rompem as representações negativas sobre elas enquanto pretas (re)significando o seu lugar como mulher preta universitária apresentando um movimento de disputas, embates e de possibilidades de mudanças nas estruturas sociais das mulheres pretas na realidade amazônica marajoara.

Compreender como a luta cotidiana (re)constrói as representações sociais que as mulheres pretas marajoaras constroem sobre si para acessar e permanecer na Universidade, invoca a crença de que a meta das transformações das relações sociais focalizadas nas questões de gênero e cor vão além das discussões de opressão e subordinação feminina, ou seja, engloba circunstâncias (re) construtoras da identidade social de nossas sujeitas como feminista, lutadoras por direito sociais.

A complexidade das Representações Sociais relacionadas as mulheres pretas marajoaras e universitárias indicou um arcabouço teórico que ainda deve ser debatido e assimilado diante dos corpos femininos aqui apresentados que não podem ser aprisionados em uma identidade historicamente atribuída, construída com base em significações hierárquicas preservadas em relações de poder. As Representações negativas acabam por destruir o sentimento de pertencimento social a um grupo, onde as violências físicas e/ou simbólicas contribuem para a deterioração desse sentimento de pertença.

No entanto, a consciência de ser lutadora de seus direitos e da necessidade de lutar, se apresentou neste estudo como fenômeno intra e interpessoal, de (re)construção de representações sociais que englobem sentidos e significados positivos na construção e identificação da identidade da mulher preta. Instigador de novas representações sociais,

cabendo o dever de se posicionar diante das demandas que as sujeitas pretas tenham enquanto indivíduos de direitos que são.

Assim, acredita-se na possibilidade de mudança da realidade que aflige e oprime as mulheres pretas marajoaras, mediante um políticas que possibilitem a reafirmação da identidade social de forma positiva. Como no caso desse estudo, que possa resignificar as imagens que a sociedade e as próprias pretas possuem sobre seus lugares. Que possam acreditar que também podem ocupar outros lugares, inclusive de serem também universitárias. Porém, sabe-se o quanto ainda há que se caminhar para essa mudança. Sabe-se da dificuldade de mudar representações hegemônicas de um sistema sexista, machista e patriarcal.

Sabe-se que a promoção da equidade entre pessoas pertencentes aos diversos grupos étnico-raciais que compõem o Brasil, está distante a olho nu. No entanto, e como forma de alívio, sabe-se que as sujeitas desta pesquisa e seus pares estão lutando e fazendo valer as suas experiências, vivências e escrevivências dentro e fora da academia, trilhando percursos atravessados por poucas mulheres pretas. Daí a necessidade de outras tantas pretas também trilharem para reconstruir novos sentidos sobre si .

Representa-se como mulher preta e ter orgulho de ser, é assumir para si uma luta que não é individual, é a luta contra o epistemicídio do conhecimento do preto e, principalmente a luta contra o silenciamento, invisibilidade e subalternização da mulher preta. Neste sentido, a pesquisa pretende contribuir com novas possibilidades de estudos e investigação científica acerca das representações do feminismo como fenômeno social na vida de mulheres pretas trazendo narrativas de sujeitas pretas carregadas de histórias e de vozes e, se colocando com referências a novos estudos neste campo considerando suas especificidades de origem, etnia, classe social e gênero, levando em conta ainda suas experiências advindas de uma realidade específica: a tal bela e majestosa Mulher Preta - Amazônia Marajoara.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, DF: OIT, 2004. *In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios.* 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_229333.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

AÇÃO EDUCATIVA; CARREIRA, Denise. Informe Brasil – Gênero e Educação. *In: CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação.* São Paulo: Ação Educativa, 2011. Edição 2013. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gen_educ.pdf Acesso em: 10 maio 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras; 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Ed. Jandaira, 2019.(Coleção Feminismos Plurais).

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1991.(Coleção Primeiros Passos).

ALVES-MAZZOTTI. Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando, **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa qualitativa e quantitativa. São Paulo: Ed. Pioneira, 1998.

AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela.** 51. ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1975.

ANDI. **Comunicação de direitos.** Unicef aponta principais desafios para crianças e adolescentes que vivem na Amazônia. 05 set 2019. Disponível em: <http://www.andi.org.br/pauta/unicef-aponta-principais-desafios-para-criancas-e-adolescentes-que-vivem-na-amazonia#:~:text=Nos%20nove%20estados%20da%20Amaz%C3%B4nia,Maranh%C3%A3o%2C%20abaixo%20da%20m%C3%A9dia%20nacional..> Acesso em: 23 dez. 2020.

ANDRADE, C. A construção da Identidade, Auto-conceito e Autonomia em Adultos Emergentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, Jan/abr. 2016; 137-146. São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304453598_Andrade_C_2016_A_construcao_da_Identidade_Auto-conceito_e_Autonomia_em_Adultos_Emergentes_Psicologia_Escolar_e_Educacional_20_1_137-146_doi_httpdxdoiorg1015902175-353920150201944. Acesso em: 10 nov. 2021.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro:** a construção da subjetividade em afrobrasileiros. Brasília: LGE, 2008.

ARAÚJO, Karina de Toledo; CALSA, Geiva Carolina. Teoria das representações sociais (TRS) e a psicologia social como fundamentos para as reflexões sobre a constituição de

saberes, as significações de práticas sociais e a escola. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. 2013, Paraná. **Anais**[...] Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_01/07.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020

ARRUDA, Angela. Mudança e representação social. **Temas em Psicologia da SBP**, 2000, v. 8 n. 3, pp 241-247. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a03.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARBOSA, Maria José de Souza, SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o Estado do Pará em foco. *In*: SHERER, Elenise (org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/a-pobreza-e-a-riqueza-na-regiao-amazonica-e-a-contribuicao-da-politica-de-assistencia-social-o-estado-do-amazonas-em-foco.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BBC News Brasil (São Paulo). Desnutrição, abusos e mortes fazem da Amazônia o pior lugar do Brasil para ser criança (reportagem por Ligia Guimarães), 5 novembro 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50215491#:~:text=A%20C3%BA%20nica%20exce%20A7%20C3%A3%20na%20regi%C3%A3o,n%C3%A3o%20completar%20o%20ensino%20fundamental>. Acesso em 30 de mar. 2020.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução de Celina Porto Carrero. São Paulo: Planeta Brasil, 2018.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BERQUÓ, Elza. Democracia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n.21, jul 1988, p. 74 - 84. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/479/463> Acesso em: 15 dez.2021.

BONILHA, Maíra Coelho; SACHUK, Maria Iolanda. Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 2, p. 412-437, Jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000200011. Acesso em: 10 maio 2021.

BONOMO, Mariana. **Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário** : campo de antinomias, 2010. 468 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e

Naturais, 2010. Disponível em:

https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3123/1/tese_2477_.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:**

promulgada em 5 de outubro de 1988. [Recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL DE FATO. **Cor, gênero e classe:** os desafios da mulher preta. Por Catarina Barbosa, Belém (PA), 2020. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XJhixYmS_B8J:https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/cor-genero-e-classe-os-desafios-da-mulher-preta+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - Portal de Convênios. Elaboração de Plano Municipal de Saneamento. **Relatório**, 2017. Disponível em:

<https://www.soure.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Justificativa.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. **Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros.** [Reportagem 12/05/2021]. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRITO, Flávio dos Santos. **Mulher chefe de família:** um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina, 1998. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.htm>.

Acesso em: 15 de set. 2020.

BUTLER, Judith P. 2003 [1990]. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-

modernismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 11–42, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2020. *In: Artigos – NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI/UNICAP).* Disponível em:

<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARTA CAPITAL. **A atualidade e a urgência de Lélia Gonzalez em 2020:** Homenageada essa semana no Google, Lélia González é uma das mais importantes pensadoras, brasileira de todos os tempos, por Patricia Maeda, 2020. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-atualidade-e-a-urgencia-de-elia-gonzalez-em-2020/> . Acesso em: 19 abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989 , Article 8.

Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Representações sociais da formação docente em estudantes e professores da Educação Básica. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP**. v. 18, n. 2, Maio/Agosto, 2014, p.303-312. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000200303#B08. Acesso em: 11 abr. 2021.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000. 96p.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. 278p. (Coleção Os Pensadores).

CORRÊA, Laura Guimarães. **De corpo presente**: o negro na publicidade em revista. 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CUNHA, Patrícia da Silva Simões da; PAIVA, Patrícia da Silva Simões da . A erotização da mulata na cultura brasileira. *In*: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2017. **Anais [...]** Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA1_ID428_13062017162251.pdf Acesso em: 20 abr. 2020.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O Empoderamento da Mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DESCHAMPS, J. C.; PASCAL, M. **A identidade em Psicologia Social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Psicologia Social).

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.(Coleção Feminismos Plurais).

DOSSIÊ violência contra as mulheres. (Agência Patrícia Galvão), 2015. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dossie-violencia-contra-as-mulheres-acesse-aqui/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

FEMINISMO. *In*: HOUAISS, A. VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 885p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 3 ed. São Paulo: 2008.

FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 55-72, Mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552006000100004#:~:text=J%C3%A1%20a%20identidade%20social%20refere,grupos%20C%20emocionalmente%20significantes%20para%20ele.&text=Podemos%20afirmar%20C%20oportanto%20que%20quanto,organiza%C3%A7%C3%A3o%20maior%20o%20comprometimento%20desses. Acesso em: 12 maio 2021.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. **Psicol. Soc.** v.14, n.1. Belo Horizonte, jan./jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

FERREIRA, Ricardo Franklin ; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicol. cienc. prof.** v.31, n.2, Brasília, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERREIRA, Francisco H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? *In*: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 131-158.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n.esp, 2003, p. 31-38. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yJ7FJKchnyMrnhgPPp463yc/?lang=pt#>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORUM Econômico Mundial. Global Gender Gap Report 2018. **Relatório**. Disponível em: http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2018/?doing_wp_cron=1545060896.9536979198455810546875. Acesso em: 30 jan. 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: vontade de saber. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf Acesso em: 10 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Ricardo. Marajó: Quem tem dicas para Loanda, 2012. *Blog. Viaje na Viagem*. Disponível em: <https://www.viajenaviagem.com/2012/07/marajo-quem-tem-dicas-pra-loanda/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbete – Movimento Feminista**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. As conquistas das mulheres ao longo da história. **Canal Futura**. [Reportagem, 10/03/2021] Por Thais Bernardes. Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/> Acesso em: 13 jun. 2021.

GABAY, Marcello M. A literatura como registro histórico da cultura marajoara: um requisito para a leitura crítica dos meios de comunicação. *In: V ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA- ENECULT*, 2009. **Anais [...]** Salvador-Bahia-Brasil., Faculdade de Comunicação/UFBA, Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19133.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

GESSER, Roselita; COSTA, Cleber Lázaro Julião. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Rev. bras. Psicodrama**, v. 26, n. 1, São Paulo jan./jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932018000100003. Acesso em: 20 abr. 2021.

GODOY, A . S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul/set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51,

set./dez. 2002, p. 42. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmxrHf5nTC7r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GONDIM, Kelle Daiane Cardoso; GONDIM, Gilvano Duarte; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires . Gravidez na adolescência e evasão escolar na Amazônia Marajoara: a realidade da comunidade Turé. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. , p. 60883-60903 aug.2020. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15433/12705> . Acesso em: 10 dez. 2021.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.

GREGÓRIO DE MATOS. **Texto-fonte**: *Obra Poética*, de Gregório de Matos. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992. (Crônica do Viver Baiano Seiscentista.). Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000227.pdf> Acesso em: 20 abr. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 103-133.

HAGE, José Elias Pereira. D. Amélia: a mãe dos pobres em chove nos campos de cachoeira de Dalcídio Jurandir. *In: XIV CONGRESSO INTERNACIONAL FLUXOS E CORRENTES, TRANSITOS E TRADUÇÕES LITERARIAS*, 2015. **Anais**, [...] Belém (Pa). Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456149181.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; & SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *In: III SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE*, 2012. **Anais**[...] São Paulo, 2012. Disponível em: de https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

HALL, Stuart. A questão multicultural. *In: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: Iphan, 1996. Disponível em

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>. Acesso em: 12 dez. 2021.

HARRES, Anita Martos. **Globalização e trabalho análogo ao escravo**. 2013. 77f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35487/7.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. *In: Universidade e Sociedade*. ANDES-SN, junho de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-119479076.pdf> Acesso em: 10 dez. 2021.

HERRERO, Thais. O que querem as mulheres da Ilha do Marajó? Movimento pela igualdade de gênero ganha força na Amazônia-combate à violência e promoção de saúde estão na pauta. **Revista Época**, 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blogdoplaneta/amazonia/noticia/2015/07/oque-querem-mulheres-da-ilha-do-marajo.html>. Acesso em: 14 mar. 2020.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**, Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=27611&t=sobre>. Acesso em: 12 jun 2021.

IBGE. Desemprego, 2021. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 jan. 2022.

IBGE. **Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil: 2006**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2008+CD – Rom. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280904>. Acesso em: 28 mar. 2020.

IBGE. Brasil. Pará. Soure. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/panorama> . Acesso em: 10 abr. 2021.

IBGE. PNAD. Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Estatísticas Sociais**; 2020. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tXPmJ_QQwewJ:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 30 jan. 2020.

IPEA. História: o destino dos negros após abolição. Ano 8, n. 458, Edição 70, 2011. **Desafios do desenvolvimento**: a revista de informação e debates do Instituto de Políticas Econômicas Aplicada. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 10. ed. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

JACQUES, M. da G. C. Identidade. *In.*: JACQUES, M. da G. C., et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, pp. 159-167, 2001.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão, 2001. *In.*: JODELET, Denise (ed.), **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ. p. 17-44.

JODELET, Denise. As representações sociais no campo da cultura. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 9, 2003, p.7-27.

JODELET, D. Représentations sociales: un do-main en expansion, 1989. *In.*: JODELET, D.(org.). **Les Représentations Sociales** Paris: Presses Universitaires de France, 1989,p. 31-61.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de Cachoeira**. Belém: Cejup/Secult, 1997.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. *In.*:HIRATA, Helena etc al(org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São PAULO: Editora Unesp. [s.d]. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345998/mod_resource/content/0/KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. “Negro”, “preto”, “mulato” e “afrodescendente” e o silenciamento dos sujeitos nos discursos sobre as ações afirmativas. *In.*: III SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LUZ_MARCELO_GIOVANNETTI_FERREIRA.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

MALACHIAS, Rosangela. **Cabelo bom. Cabelo ruim**. São Paulo: NEINB, 2007.

MARQUES, Fabricio. **As chances das mulheres na universidade**. Pesquisa Fapesp, 2015. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-chances-das-mulheres-na-universidade/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MELLO, Rosâne; FUREGATO, Antônia Regina Ferreira . Teoria ego-ecológica e o estudo da identidade social : aplicabilidade em pesquisas de enfermagem. **Esc. Anna Nery**, v.15 n.4. Rio de Janeiro Oct./Dec. 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000400023. Acesso em: 10 dez. 2020.

MINAYO, M. C. S. A utilização do método qualitativo para a avaliação de programas de saúde. Prefácio. *In* R. O. Campos, J. P. Furtado & E. Passos, R. Benevides. (org.). **Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 15-19.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, v.9, n.3 Rio de Janeiro July/Sept. 1993.

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002. Acesso em: 23 mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **Censo da Educação Superior: Divulgação de resultados**, Brasília- DF, 2019. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Discurso de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Letramentos, educação e sociedade).

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. *In*: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (org.) **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub, 2001, p. 55-71.

MORAES, Eunice Léa. A Política de Promoção da Igualdade de Gênero e a Relação com o Trabalho. *In*: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. 2010. Disponível em:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_229333.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca , et al. Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. **Texto contexto - enferm.** v.24, n.4. Florianópolis Oct./Dec. 2015.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072015000401157&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2020.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 64p.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse**: son image et son public. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Lo social em tiempos de transición**. Entrevista concedida a Mireya Losada). Venezuela, 1999. p. 302-305.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social; Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S., & ZAVALLONI, M. (1969). **The group as a polarizer of attitudes**. *Journal of Personality and Social Psychology*, v.12, n. 2, 1969, p. 125–135. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1969-12889-001>. Acesso em: 10 out. 2021.

MOSEDALE, SARAH. **Towards a framework for assessing empowerment**, 2003. Manchester UK, nov. 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.583.6299&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MULHERES DA PERIFERIA. **Trabalho doméstico**: mulheres negras são a maioria na categoria e têm os piores salários. 2015. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/trabalho-domestico-mulheres-negras-sao-a-maioria-na-categoria-e-tem-os-piores-salarios/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil: *In*: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p. 177-187.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil: Entrevista de Kabengele Munanga. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, 2012, p. 9. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2210272-negritude-e-identidade-negra-ou-afrodescendente-um-racismo-ao-avesso. Acesso em: 10 fev. 2021.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, v. 68, 2006, p. 46-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003. *In*: MORAES, Eunice Léa de.

Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional. Brasília: MTE, SPPE. DEQ, 2005.

NEVES, Joana d'Arc de Vasconcelos. **Projetos vividos representações construídas: as representações sociais que mulheres e homens do assentamento CIDAPAR possuem sobre os saberes que buscam na escola para os seus projetos de vida.** 2007. 262 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Pará. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/dissertacao_joana_darc_neves_2007.pdf Acesso em: 19 ago. 2020.

NETO, Pedro L. C. **Estatística.** São Paulo: Ed. Blücher Ltda, 1977.

OLIVEIRA, Kamila Pimenta de. **Um estudo sobre a importância do feminismo:** fenômeno social fruto da desigualdade de gênero e da privação dos direitos à individualidade. 2019, 55f. Monografia (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Anápolis Unievangélica, Campus CERES, Góias, 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/5991/1/MONOGRAFIA%20CURSO%20DE%20DIREITO%20KAMILA%20PIMENTA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais: uma teoria para a sociologia? **Estudos de Sociologia;** v. 1, n. 7, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235454>. Acesso em: 14 maio 2021.

OLIVEIRA, Elenora Menicucci de. O drama da mulher no mundo do trabalho: o ser e o estar. In: GIFFIN, Karen (org.) **Questões da saúde reprodutiva.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 468p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/t4s9t/pdf/giffin-9788575412916.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

OLIVEIRA, Thayná Vieira de. Cota racial na universidade como inclusão étnico-racial. **Revista Educação Pública,** v. 20, n. 15, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/15/cota-racial-na-universidade-como-inclusao-etnico-racial>. Acesso em: 05 fev. 2022.

PACHECO, Agenor Sarraf; CAETANOS, Viviane Nunes da Silva; BALIEIRO, Maria Neco Pereira. **Artes da memória marajoara:** (Auto)biografias e Interculturalidades nas Telas de Maria Neco Balieiro, 2014. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Vivianne%20Nunes%20da%20Silva%20Caetano%20-%201020413%20-%203787%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

PACHECO, Agenor. Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara (African diasporas and afroindígenas contacts in Marajoara Amazon). **Cadernos de História.** v. 17, n. 26, p. 27-63, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n26p27>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra:** afetividade e solidão. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

PACHECO, Agenor Sarraf; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Remando por campos e florestas: memórias e paisagens dos marajós**. Rio Branco: Gknoronha, 2011, p. 139-147.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: O desafio de tornar-se um paradigma. **R. Bras. Enferm.** Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez., 1997. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/reben/v50n4/v50n4a07.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

PASCHOAL, Gisele Ribeiro; MARTA, Taís Nader Marta. O papel da família na formação social de crianças e adolescentes. **Confluências**, v. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, out. 2012, p. 219-239.

PATRIOTA, L. M. . Teoria das Representações Sociais: contribuições para a apreensão da realidade. **Serviço Social em Revista**, v. 10, p. 1-9, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

PERDIGÃO, Juliana Andrade ; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Informação simbólica, representações sociais e identidade: aproximações conceituais. **Em Questão**, v. 25, n. 1, 2019, p. 185-211. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4656/465657930009/html/index.html>. Acesso em: 11 mar. 2021

PICANÇO, Eloane Janay dos Santos; et al. Pajés, benzedores, puxadores e parteiras: **os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia**. UFOPA, 2016. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/herbario/wp-content/uploads/2018/02/Paj%C3%A9s-Benedores-miolo-17jun16.pdf>. Acesso em: 20 dez 2020

PINHEIRO, Miliane de Carvalho; PAULA, Yara Bruna Vitorino DE. HOOKS, Bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. 2019. **Revista Feminismos** .v.7, n.2, Mai/Ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/35381>. Acesso em: 15 dez 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Márcia Cristina Costa ; FERREIRA, Ricardo Franklin . Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. psicossociais** v.9 n.2 São João del-Rei dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011. Acesso em: 20 abr. 2020.

POLITIZE. **Feminismo Negro no Brasil**: história, pautas e conquistas, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/> Acesso em: 13 maio 2019.

POLITIZE. **Movimento feminista**: história no Brasil, 2016. Disponível em: https://www.politize.com.br/movimento-feminista/?https://www.politize.com.br/&gclid=EAIaIQobChMIImKC015ei8AIVDa7ICh13qQrAEAAAYASAAEgKeZfD_BwE. Acesso em: 13 maio 2019.

POMBO, Délcia Pereira; FARES, Josebel Akel. . Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. **Revista Agricultura familiar: pesquisa, formação de desenvolvimento**, v. 12, n. 1, jan-jun, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/6080>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PONTES, Nádia. **Universidade deve ser aliada importante no combate ao racismo institucional**, 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/07/22/universidade-deve-ser-aliada-importante-no-combate-ao-racismo-institucional>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PORTAL Geledés. Negro é uma construção social, afirma especialista do IBGE. **Em pauta**, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negro-e-uma-construcao-social-afirma-especialista-do-ibge/> Acesso em: 10 jan. 2021.

RAGUSA, G. **Fragmentos de uma deusa**: a representação de Afrodite na Lírica de Safo. Campinas: Unicamp, 2005.

REIS, E. A. **Mulato**: negro-não-negro e/ou branco-não branco. São Paulo: Altana, 2002.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais : teoria, procediemntos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/10256/pdf/> Acesso em: 19 jan. 2021.

RIBEIRO, D. Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico. **Sapere Aude**, v. 4, n. 7, 2013, p. 506-509. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5565>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RIBEIRO D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais). Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ha/a/WrqXLFMHpLHgGZCpnph8wCM/?lang=pt#:~:text=lugar%20de%20fala%3F,-.Belo%20Horizonte%3A%20Letramento%2C%202017.,\(Feminismos%20Plurais\)&text=Este%20livro%2C%20lan%C3%A7ado%20por%20Djamila,res\)%20negras\(os\)..](https://www.scielo.br/j/ha/a/WrqXLFMHpLHgGZCpnph8wCM/?lang=pt#:~:text=lugar%20de%20fala%3F,-.Belo%20Horizonte%3A%20Letramento%2C%202017.,(Feminismos%20Plurais)&text=Este%20livro%2C%20lan%C3%A7ado%20por%20Djamila,res)%20negras(os)..) Acesso em: 10 nov. 2019

RIOS, Roger Raupp ; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** n.16, Brasília, Jan./Abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200011. Acesso em: 20 mar. 2021

RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.(Coleção Ensaio Brasileiros Contemporâneos).

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas psicol.** v.4 n.3 Ribeirão Preto dez. 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002. Acesso em: 17 mar. 2020.

SACERDOTES DO POVO NA AMAZÔNIA, 2016. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2019/0257e12537b267b4391b66dd10062a8f_Wa0HHqV.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

SAIS, Lilian Amadei. Vestes que falam: a tecelagem e as personagens femininas dos poemas homéricos. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 15, dez. 2015, p. 7-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/102115>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Brasília MIC/SECULT, 1988.

SANAR SAÚDE. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 09 fev. 2020.

SANTOS, Geilza Da Silva *et al.* A mulher negra na sociedade brasileira. **Anais[...] IV CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/35483> . Acesso em: 10 abr. 2021

SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos . **Representação do Feminino em uma escritura desautorizada** : *Celeste*, de de Maraia Benedita Câmara Bormann e o *Perdão*, de Andradinda América Andrade de Oliveira. 2007, 222f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós graduação em Estudos de Literatura Comparada – Estudos Literários e Culturais de Gênero , Porto Alegre, 2007. Disponível em: 222f.<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12756/000632521.pdf?sequence=1>. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12756/000632521.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Wellington Pereira. **Linguagem e Identidade Sexual de Jovens Negr@s.[s.d.]**. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/4/gt02/30.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

SEIDMANN, S.; THOMÉ, S.; DI LORIO, J.; AZZOLLINI, S. Construção Identitária Docente: reflexões a partir da teoria das representações sociais. *In*: PLACCO, V. M. N. S.; VILLAS BÔAS, L. P. S.; SOUZA, C. P. **Representações sociais: diálogos com a educação**. Curitiba: Champagnat, 2012, p. 43-56.

SEN, G.; GROWN, C. Development, crisis, and alternative visions: Third World Women's perspectives, 1987. Disponível em: https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2017/11/devt_crisisalt_visions_sen_and_grown.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

SESCRIO. Março Delas: **Conheça a Trajetória das Lutas pelos Direitos das Mulheres no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.sescrrio.org.br/noticias/assistencia/marco-delas-conheca-a-trajetoria-das-lutas-pelos-direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Crísthenes Fabiane de Araújo; SILVA JÚNIOR, Cláudio Gomes da. Elas em foco: a produção sobre a mulher e questões de gênero na universidade federal de alagoas. *In: XVIII REDOR*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/2257/770>. Acesso em: 10 abr 2021.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo n atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SILVA, Marcionei Miguel da. Juventude e protagonismo feminino. **Revista Missões**, n. 10, 2011. Disponível em: <http://www.revistamissoes.org.br/2011/10/juventude-e-protagonismo-feminino/>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, Maria Aparecida. O Cotidiano das Mulheres Negras a partir de Suas Narrativas: as experiências e formação de Araraquenses. *In: REVISTA FÓRUM IDENTIDADES*, Ano III, v. 06, n. 06, jul./dez. 2009, p. 69-79. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/5498>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/4760/3121>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, Armando Lirio de. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. **Cadernos CEPEC**, [S.l.], v. 3, n. 1-6, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6835>. Acesso em: 07 maio 2021.
SOUZA, L. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. *In: L. Souza & Z. A. Trindade (Org.), Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 57-74.

SOUZA, Maria Páscoa Sarmiento de; FREITAS, Alice Rodrigues de. Ofício das matas e das águas: sabedoria e medicina caboclas em Salvaterra. *In: PAJÉS, BENZEDORES, PUXADORES E PARTEIRAS: OS INVISÍVEIS E IMPRESCINDÍVEIS SACERDOTES DO POVO NA AMAZÔNIA*, 2016. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2019/0257e12537b267b4391b66dd10062a8f_Wa0HHqV.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

SPINK, Mary Jane P.. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Set. 1993, p. 300-308. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017#fig1. Acesso em: 13 maio 2021.

SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In*: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 117-145.

TEIXEIRA, Maria Santana dos Santos Pinheiro; DE QUEIROZ, Josiane Mendes. Corpo em Debate: **A objetificação e sexualização da mulher negra**, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA24_ID402_17072017210303.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

TORCHIO JR., A. A inserção do negro no mercado de trabalho: dificuldades e preconceitos. **Pesquisa de Iniciação Científica**, Curso de Psicologia, Universidade São Marcos, São Paulo, 2001.

TUPIASSÚ, Amarílis. A Resistência do Feminino em Chove nos campos de Cachoeira. *In*: **Asas da palavra – revista de letras**, v.13, n. 26. Belém: UNAMA, 2010/2011. 248p

TURNER, J.C. Towards a Cognitive Redefinition of the Social Group. *In*: TAJFEL, H., (ed). **Social Identity and Intergroup Relations**, Cambridge University Press, Cambridge, 1982.

UFPA. **Histórico e estrutura**, 2019. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/universidade>. Acesso em: 10 nov. 2019.

VILLAS BOAS, Lúcia Pintor Santiso. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. **Psicol. educ.** São Paulo, n. 19, dez. 2004, p. 143-166. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200008 Acesso em: 15 maio 2021.

VOGT, Sergio; LOURENÇO, Mariane Lemos. A identidade social e o processo de identificação. Cadernos de Resumos- Comunicação científica. **Anais[...]** EVINCI, UniBrasil, v. 1 n. 2, 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/search>. Acesso em: 12 maio 2021.

WOOLF, Virginia. **Profissão para mulheres**. Tradução de Denise Bottman. L&PM Editores, 2012.

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo; ERTZOGUE, Marina Hainzenreder. Barragem e turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia – Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115459473014>. Acesso em: 20 maio 2021.

ZAVALLONI, M. Subjective culture, self concept and the social environment. **Intern J. Psychol.** 1973; v. 8,n. 3, 1973. p. 183-92. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1080/00207597308247074>. Acesso em 10 nov. 2020.

ZAVALLONI, M. & LOUIS-GUÉRIN, C. L'égo-ecologie comme étude de l'interaction symbolique et imaginaire de soi et des autres. **Sociologie et sociétés**, v.19, n. 2, out. 1987, p.65-75.

ZAVALLONI, M. & LOUIS-GUÉRIN, C. **Identité sociale et conscience**. Introduction à l'égo ecologie. Quebec: Les presses de l'Université de Montreal, 1984.

ZAVALLONI, M. Cognitive processes and social identity through focused introspection. **European Journal of Social Psychology**, [s. l.], v. 1, n. 2, 1971, p. 235–260. Disponível em: <https://search-ebSCOhost-com.ez3.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=12051256&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ZAVALLONI, Marisa. Social identity : Perspectives and prospects. **Social science information**, v. 12 n. 3, Jun. 1973.

APÊNDICES

5 PERCURSO EDUCACIONAL X ENSINO SUPERIOR

5.1 Me conte como foi sua trajetória educacional até a chegada à Universidade ...

5.2 O que você queria que fosse diferente nessa trajetória?

5.3 Quais as dificuldades enfrentadas para cursar uma graduação? Comente sobre sua permanência e quais anseios tem para o futuro.

5.4 Como sua família (mãe, pai, filho etc) contribuem ou não para a sua jornada universitária?

6 FEMINISMO PARA A MULHER PRETA NA UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DA MULHER MARAJOARA

6.1 O que você pensa sobre o feminismo dentro da Universidade? Você se considera feminista? Se sim, quais causas na sua concepção ainda devem ser discutidas dentro da Universidade?

6.2 De modo geral, o que você acha sobre a educação das Mulheres no Marajó?

Apêndice 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada Colaboradora,

O estudo “**Representações Sociais da Mulher Preta universitária sobre o feminismo: a realidade da Amazonia Marajoara**”, sob a responsabilidade da mestranda Camila de Cássia Brito, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação e Linguagens e Saberes na Amazônia na linha Educação, Linguagens e Culturas sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª Joana D’Arc Vasconcelos Neves.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo das Representações Sociais do feminismo da mulher preta marajoara na universidade considerando a realidade amazônica da Ilha do Marajó (PA) a partir do contexto universitário do Campus UFPA – Soure. Visto as condições sanitárias que o país se encontra devido a Pandemia do COVID-19 (Corona Vírus), será marcado encontros individuais virtuais (Web Conferências) em data a definir mediante contato prévio com as participantes. A pesquisa será realizada em duas etapas, na primeira, será respondido um questionário online, onde você informará alguns dados relevantes para a sua identificação assim como contatos de telefone e email. A segunda etapa se dará por meio da entrevista semiestruturada onde utilizaremos um roteiro base de entrevista com um tema central, como norteador do estudo em que você como participante será convidada a responder as seguintes perguntas:

✚ Quanto ao percurso educacional no ensino superior

- Me conte como foi sua trajetória educacional até a chegada à Universidade ...
- O que você queria que fosse diferente nessa trajetória?
- Quais as dificuldades enfrentadas para cursar uma graduação? Comente sobre sua permanência e quais anseios tem para o futuro.
- Como sua família (mãe, pai, filho etc) contribuem ou não para a sua jornada universitária?

✚ Quanto a representatividade e construção de uma identidade social na universidade

- Você consegue se identificar na relação: **MULHER – MARAJOARA – PRETA - UNIVERSITÁRIA** ? Se sim, descreva como se sente dentro da universidade a partir dessa identidade?
- O que significa para você representatividade na Universidade a partir das discussões de gênero e cor?
- O que você pensa sobre o feminismo dentro da Universidade? Você se considera feminista? Se sim, quais causas na sua concepção ainda devem ser discutidas dentro da Universidade?
- O que é ser mulher preta para você? E como você se vê nessa condição?
- De modo geral, o que você acha sobre a educação das Mulheres no Marajó?

A princípio elegemos a plataforma Google Meet que possui fácil acesso e usabilidade permitindo que os vídeos conferências sejam gravadas para posterior análise dos discursos (respostas). Caso não seja possível sua utilização, o último recurso a ser utilizado será algum dos Aplicativos de mensagens existentes que permitem vídeo chamada.

Quanto a confidencialidade, seus dados serão manuseados apenas pelo pesquisador principal da pesquisa e não será permitido o acesso a outras pessoas. O material com suas informações (gravação de imagem e /áudio e questionário com dados pessoais) ficará guardado sob a responsabilidade do pesquisador principal com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade podendo ser solicitado uma cópia por você participante. Será solicitada autorização para uso posterior de áudios e imagens que se façam necessárias em apresentação de trabalhos, eventos etc considerando que imagens e vozes serão modificadas, disfarçadas, encobertas ou preservadas garantindo o sigilo da identificação das participantes da pesquisa, assim como em produções científicas tais como artigos, revistas etc

Entende-se que toda e qualquer pesquisa apresenta riscos, mesmo que mínimos e nesta pesquisa os riscos previstos se apresentam a seguir tais como:

- Invasão de privacidade;
- Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade;
- Revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;
- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE);
- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista;
- Vazamento de gravação de áudio e vídeo do participante.

Entretanto, informamos que serão tomadas todas as medidas, providências e cautelas que podem ser adotadas frente aos riscos / danos que surgirem, tais como:

- Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos.
- Minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras;
- Garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados (muito importante para grupo focal e entrevista);
- Estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto;
- Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção de áudio e imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico – financeiro.

Ressalta-se, ainda, que sua participação na pesquisa não resultará em riscos para sua saúde e nem em despesas para você em qualquer fase do estudo. A efetivação desse estudo necessita de sua colaboração voluntária e garante o sigilo de sua participação. Deste modo, a qualquer momento você pode se retirar da pesquisa sem penalidades ou prejuízos e podemos esclarecer as dúvidas via e-mail ou telefone informados ao final desse documento. Como previsto nas normas brasileiras de pesquisa com participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Por último, caso esteja de acordo e seja maior de 18 anos, você deve confirmar sua participação nesta pesquisa.

Pesquisadora:

Camila de Cassia Brito

- () Aceito e desejo conhecer os resultados desta pesquisa
 () Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa
 () Não aceito

Assinatura da participante da pesquisa

() DECLARO, para os devidos fins, que a pesquisadora CAMILA DE CASSIA BRITO, responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **Representações Sociais da Mulher Preta universitária sobre o feminismo: a realidade da Amazonia Marajoara**, me concedeu o prazo de 2 (dois) dias, para refletir sobre a conveniência de minha participação no referido projeto.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2021

Assinatura da participante da pesquisa.

Este documento será emitido em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma entregue ao(à) participante da pesquisa